



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

Avaliação da Autoeficácia na formação do Policial Militar do Estado do Pará

Fabricio Silva Bassalo

Belém - Pará
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Fabricio Silva Bassalo

Avaliação de autoeficácia na formação do Policial Militar do Pará

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Segurança pública.

Área de Concentração: Segurança Pública, Justiça, Conflitos e Cidadania

Linha de Pesquisa: Políticas, Gestão, Direitos Humanos, Criminalidade e Tecnologia da Informação

Orientadora: Profa. Maély Ferreira Holanda Ramos, Dra.

Belém-Pará

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B317a Bassalo, Fabricio Silva.
Avaliação de autoeficácia na formação do Policial Militar do
Pará / Fabricio Silva Bassalo. — 2021.
131 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1, Belém, 2021.

1. Autoeficácia. 2. Avaliação. 3. Formação policial. 4.
Ensino. I. Título.

CDD 363.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Avaliação de autoeficácia na formação do Policial Militar do Pará.

Fabricio Silva Bassalo

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública no Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará,

Belém-PA, 28 de janeiro de 2021.

Profa. Dra. Silvia dos Santos de Almeida
(Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos
Universidade Federal do Pará
Orientadora

Profa. Dra. Ana Patrícia de Oliveira Fernandez
Instituto Federal do Pará
Avaliadora

Prof. Dr. Edson Marcos Leal Soares Ramos
Universidade Federal do Pará
Avaliador

Prof. Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio
Polícia Militar do Pará
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, ao Nosso Senhor Jesus Cristo e Nossa Senhora de Nazaré, pelo fortalecimento espiritual para vencer as dificuldades. A minha instituição, Polícia Militar do Pará, feita de ideais de uma sociedade justa e igualitária e homens honrados que acreditam na profissão de protetores do Povo paraense.

A Universidade Federal do Estado do Pará, e ao Programa de Pós Graduação em Segurança Pública (PPGSP) pelo imenso grau de profissionalismo, dedicação e qualidade no ensino ofertado, ao Núcleo de Estudos Aplicados ao Comportamento (NEAC). Que me acolheu, ajudou, direcionou e compartilhou uma gama de conhecimentos diversos da minha área profissional, podendo desta feita abrir meus horizontes acadêmicos para novas possibilidades de aprendizado.

A minha orientadora, Profa. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos, que aceitou o “hercúleo” desafio de orientar um policial militar com pouquíssima experiência acadêmica, com mais dúvidas que certezas, sempre a disposição, como muita paciência, educação e humildade para fazer os ajustes necessários na construção desse trabalho.

Ao meu pai Antonio Bassalo (*in memoriam*), meu sogro José Maria (*in memoriam*) e meu compadre Evandro Cunha (*in memoriam*), que não estão mas entre nós, mas tenho certeza que estão muito orgulhosos dessa conquista. Ao meu melhor amigo e segundo pai Coronel Nazareno, por ter sido uma grande fonte de orientação, amizade e camaradagem. As minhas irmãs Fabiola, Flávia, aos meus irmãos Luciano, Adriano e Bruno, por sempre me enxergarem como exemplo, isso sempre me fez ter correção de atitudes.

A minha querida e amada mãe Maricely, por sempre ter sido exemplo de determinação e superação e que por muitas vezes me forçou a estudar aquilo que eu não queria, projetando para o futuro o agradecimento que faço hoje, e ainda por sempre descrever que o Conhecimento é um poderoso instrumento de transformação pessoal e coletivo, isso eu tenho como um “mantra” até hoje.

As minhas queridas Sogra Jady e Rosângela, pelo carinho e acolhimento, inclusive em tempos difíceis.

A minha amada Madrinha e segunda mãe Rosângela Bassalo, por sempre torcer por minha jornada.

A minha tia Regina (*in memoriam*) e meu Tio Alaor pela acolhida, ensinamentos e compartilhamento e significado de vida em família.

As minhas cunhadas Elisângela e Maria Clara, por terem me aceitado e acolhido como sou, o maior exemplo de quer amar e aceitar alguém é incondicional.

Ao meu Cunhado Heriton Mendes, mestre em Educação, grande exemplo de resiliência, perseverança.

Ao Chefe e sempre incentivador Coronel César Mello, o qual me apresentou ao programa durante o Congresso internacional de segurança e defesa.

A minha colega e (de fato) co-orientadora, Emmanuelle Pantoja por toda ajuda, paciência e orientação durante o curso.

Faço um agradecimento especial a minha amada Esposa Patrícia, por nunca ter medido esforços para eu realizasse todos os sonhos profissionais e pessoais que projetei ao longo do nosso casamento, essa vitória também te pertence. Agradeço ainda as minhas adoráveis filhas Maria Luisa e Manuela, é por elas que me esforço todos os dias para me tornar um ser Humano melhor para o mundo, para que eu seja um “norte” um “farol” em meio a qualquer tormenta em que elas porventura possam se encontrar.

Aos meus colegas de turma, pela amizade, camaradagem, e discussões dentro e fora de sala de aula. E por fim, gostaria de agradecer a todos meus amigos e familiares que torceram por mim nessa jornada, em especial ao Grupo Dom Zico da igreja da Trindade, pelo conforto espiritual que proporcionaram a mim e a minha família. Muito obrigado a todos vocês que de forma direta ou indireta compartilharam essa vitória comigo.

“Confiar em si mesmo não garante sucesso, mas
não fazê-lo garante fracasso”

Albert Bandura

BASSALO, Fabricio Silva. A formação do Policial Militar do Pará e as crenças de autoeficácia. 2021.131f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, Brasil. 2021.

RESUMO

Objetivou-se analisar a percepção de autoeficácia de praças da Polícia Militar do Pará quanto a tríade de competências previstas na formação, para a construção de um instrumento de autoavaliação componente do projeto pedagógico aprovado a cada novo ciclo de formação. Para alcançar os objetivos, foram produzidos 2 artigos científicos, sendo o primeiro norteado pela técnica de pesquisa de campo, quantificando-os para a análise dos dados. O segundo, uma pesquisa Bibliográfica. No Artigo 1 utilizaram-se técnicas quantitativas, buscando apontar estatisticamente a autoeficácia aplicada a percepção de desempenho sob os conhecimentos adquiridos na fase de formação. O instrumento de coleta, uma escala tipo Likert foi composta por trinta perguntas extraídas da tríade de competências da Matriz Curricular Nacional, para isto, utilizou-se formulários, a fim conhecer aspectos específicos da formação. Participaram da pesquisa 284 recém-formados no Curso de Formação de Praças 2018/2019. Os resultados mostraram que 63% estão acima do grau de escolaridade exigido pelo concurso. Ao considerar a formação para capacidade de compor sindicância policial e capacidade de interagir com órgãos da justiça, 75,6% possuem nível superior completo, 70,8% possuem ensino superior incompleto e 55,2% possuem ensino médio, os quais responderam se sentir capazes para o item . No Artigo 2 objetivou-se analisar estudos de formação profissional em nível superior nos seus diferentes níveis e áreas, aplicados a autoeficácia sob a ótica da Teoria Social Cognitiva. O Artigo 2 possui abordagem quantitativa, utilizando da técnica da revisão da literatura. As fontes foram artigos científicos, pesquisados nos diretórios: CAPES, SCIELO, LILACS, após a aplicação dos critérios de inclusão, 13 artigos foram selecionados. Os artigos sobre esta temática foram publicados do ano de 2008 a 2019, tendo maior frequência de publicações nos últimos 4 anos. A maioria dos artigos utiliza abordagem quantitativa, aplicando escalas e questionários. As temáticas mais relacionadas à Autoeficácia foram: Desenvolvimento Profissional Teoria Social Cognitiva Orientação Profissional e Avaliação Psicológica. Também surgiram com menor frequência outros temas, como: bem-estar, internet e empregabilidade. Para o desenvolvimento do produto utilizou-se a técnica de análise de documentação direta intensiva, e entrevista semiestruturada, na qual as perguntas foram designadas como explicativas ou causais. O objetivo desse tipo de pergunta foi determinar razões imediatas ou mediatas do fenômeno pesquisado. A entrevista foi aplicada a seis Oficiais que atuam na área de ensino, os quais compuseram a comissão que produziu a atualização do Projeto pedagógico do Curso. Para análise foram utilizados os softwares Nvivo 11 e Atlas.ti 8. Para a construção do produto técnico, foram desenvolvidas as seguintes etapas: (i) pré-teste de uma versão preliminar que resultou no artigo 1; (ii) entrevista com oficiais para melhoramento do instrumento; (iii) teste de juízes especialistas para avaliação final do instrumento. Os principais resultados alcançados reforçam a necessidade de adequação do modelo de ensino para policiais militares, para obtenção de melhores resultados prático-institucionais no exercício da atividade de segurança pública, creditando ainda, a mudança da legislação estadual como fator de aprimoramento e modernização dos critérios de ingresso para a Polícia Militar do Pará.

Palavras- Chave: Avaliação; formação policial; ensino.

BASSALO, Fabricio Silva. The Police Officer formation in the State of Pará's Military Police and self-efficacy beliefs. 2021. 131p. Thesis (Master degree). Post-graduate Program in Public Security, Federal University of Pará, Belém, Pará, Brasil. 2021.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the perception of self-efficacy in the formation of the police officers of Military State Police of Pará, regarding the three branches of competencies provided in the training phase, to build a self-assessment instrument that is part of the pedagogical project approved for each new training cycle. To achieve the objectives, 2 scientific papers were produced, the first being guided by a field research technique, quantifying them for data analysis. The second, a Bibliographic research was conducted. In paper 1, quantitative technique were used, seeking to statistically point out the self-efficacy applied to the perception of performance under the knowledge acquired in the training phase. The collection instrument, a Likert-type scale, was composed of thirty questions extracted from the triad of competencies of the National Curriculum Matrix, for that matter, forms were used to understand specific aspects of the training. 284 recent graduates police officers participated from the 2018/2019 Training Course. The results showed that 63% are above the level of education required by the public tender. When considering training for the ability to compose police police inquiry and the ability to interact with law enforcement agencies, 75.6% have college graduation, 70.8% have incomplete college graduation and 55.2% have a high school graduation, who responded feeling capable for the item. In Article 2, the objective was to analyze studies of professional training at college formation in its different levels and areas, applied to self-efficacy from the perspective of Social Cognitive Theory. Article 2 has a quantitative and qualitative approach, using the literature review technique. The sources were scientific articles, searched in the directories: CAPES, SCIELO, LILACS, after applying the inclusion criteria, 13 articles were selected. The articles on this theme were published from 2008 to 2019, with a higher frequency of publications in the last 4 years. Most of the studies use a quantitative approach, applying scales and questionnaires. The themes most related to Self-efficacy were: Professional Development, Cognitive Social Theory, Professional Guidance and Psychological Assessment. Other themes also appeared less frequently, such as well-being, internet, and employability. For the development of the technical product the technique of analysis of intensive direct documentation was used, and semi-structured interview, in which the questions were designated as explanatory or causal. The objective of this type of question was to determine immediate or mediating reasons for the phenomenon studied. The interview was applied to six Police Officers who work in the training/learning section, who took part in the commission that produced the most update formation Course's pedagogical Project. For the analysis, the Nvivo 11 and Atlas.ti 8 software was used. For the construction of the technical product, the following steps were developed: (i) pre-test of a preliminary version that resulted in article 1; (ii) interview with officers to improve the instrument; (iii) test by expert judges for the final evaluation of the instrument. The main results achieved to reinforce the need to adapt the teaching model for military police officers, to obtain better practical-institutional results in the exercise of public security activity, also crediting the change in state legislation as a factor of improvement and modernization of the criteria for admission to the Military Police of Pará.

Keywords: Assessment; Police training; Teaching .

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BG	Boletim Geral
BPCHQ	Batalhão de Polícia de Choque
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS	Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos
CEE/PA	Comissão avaliadora do conselho estadual de educação no Pará
CF	Constituição Federal
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFP	Curso de formação de Praças
CFSD	Curso de formação de Soldados
CGS	Cursos de adaptação a Graduação de Sargentos
CMBRN	Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte
CME	Comando de Missões Especiais
DGEC	Departamento Geral de Ensino e Cultura
EB	Exército Brasileiro
EMG	Estado Maior Geral
IES	Instituição de Ensino Superior
IESP	Instituto de Ensino em Segurança Pública do Pará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOB	Lei de Organização Básica
MCN	Matriz curricular nacional
NEAC	Núcleo de Estudos Aplicados ao Comportamento
NPCEI	Normas de Planejamento e Conduta para Ensino e Instrução
PM	Polícia Militar
PMCE	Polícia Militar do Ceará
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
PMPA	Polícia Militar do Pará

PMPR	Polícia Militar do Paraná
PMRN	Polícia Militar do RN
PPGED	Programa de pós graduação em educação
PPGSP	Programa de Pós graduação em Segurança Pública
QSG-12	Questionário de Saúde Geral
QVT	Qualidade de vida no trabalho
SCIELO	<i>Scientific electronic library online</i>
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
TSC	Teoria Social Cognitiva

LISTA DE FIGURAS

Apresentação

Figura 1 - Mapa conceitual sobre o percurso metodológico desta Dissertação (2021)..... 20

Capítulo 1

Figura 2 - Eixos articuladores da Matriz curricular nacional, na formação policial (2014). ..27

Figura 3 - Áreas temáticas da Matriz Curricular Nacional de 2014, utilizadas nas ações formativas dos cursos de formação policial.29

Figura 4 - Mapa conceitual das variáveis de autoeficácia aplicadas à tríade de competências almejadas em 2021, na Formação Policial Inicial.41

Figura 5 - Distribuição dos artigos científicos sobre Formação Policial segundo ano de publicação, no período de 2010 a 2020.50

Capítulo 2

Figura 1 85

Figura 2 88

Capítulo 3

Figura 6 - Mapa Conceitual sobre o percurso metodológico na construção do Produto Técnico.95

LISTA DE QUADROS

Capítulo 1

Quadro 1- Malha curricular de 2017 do Curso de Formação de praças.....	31
Quadro 2 - Malha curricular do Curso de Formação de praças 2018 da Polícia Militar do Pará.	32
Quadro 3 – (cont.) Malha curricular do Curso de Formação de praças 2018 da Polícia Militar do Pará.	33
Quadro 4 - Comparativo das características das formações (Projeto pedagógico CFO 2017; CFP 2018) da PMPA.	35
Quadro 5 - Pesquisa na base de dissertações do PPGSP/UFPA sobre formação de praças e autoeficácia de 2011 a 2018.	43
Quadro 6 - Descritores e cruzamentos utilizados para busca de artigos sobre autoeficácia na formação policial e na Polícia Militar, nos diretórios de pesquisa da CAPES e SCIELO, no período de 2010 a 2020.	45
Quadro 7 - Categorização e dados dos artigos selecionados nos diretórios de pesquisa da CAPES e SCIELO e no período de 2010 a 2020, conforme seleção.	49

Capítulo 2

Quadro 1 - Descritores utilizadas para busca de artigos sobre Autoeficácia na Formação superior e Profissional, nos diretórios de pesquisa da CAPES, LILACS, SCIELO, no período de 2009 a 2019.	83
Quadro 2 - Os grupos de participantes/fontes investigados nos 12 artigos científicos sobre Autoeficácia na formação profissional, encontrados nas bases de dados CAPES, LILACS, SCIELO, no período de 2008 a 2019.....	87

Capítulo 3

Quadro 1 - Detalhamento das etapas de construção do instrumento de autoavaliação e autoeficácia dos praças, a partir da tríade de competências(operativas, cognitivas e atitudinais) estabelecidas no curso de formação, 2021.....	94
Quadro 2 - Itens das perguntas do instrumento de autoavaliação e autoeficácia dos praças da turma 2019, a partir da tríade de competências (operativas, cognitivas e atitudinais) estabelecidas no curso de formação de praças da PMPA.....	97

Quadro 3 - Síntese do conteúdo resultante das entrevistas semi-estruturadas aplicadas em dezembro de 2021 a 6 Oficiais integrantes do Corpo Técnico do DGEC/CFAP da PMPA. . 101

LISTA DE TABELAS

Capítulo 1

Tabela 1 - Resultado das buscas por cruzamento de artigos sobre formação policial de praças, encontrados nas bases de dados SCIELO e CAPES, no período de 2010 a 2020.....46

Tabela 2 - Resultado da quantidade de artigos sobre Autoeficácia na Polícia Militar, encontrados nas bases de dados SCIELO e CAPES, no período de 2010 a 2020.....47

Capítulo 2

Tabela 1 - Avaliação dos participantes, quanto ao curso da Polícia Militar, com notas de 1 a 10.....68

Tabela 2 - Percepção dos participantes quanto à sua capacidade de compor sindicância policial, por grau de escolaridade no CFP.....71

Tabela 3 - Percepção dos participantes quanto à sua capacidade de interagir com órgão e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social.....72

Tabela 1 - Resultado da quantidade de artigos sobre Autoeficácia na Formação Profissional, encontrados nas bases de dados CAPES, LILACS, SCIELO, no período de 2008 a 2019.....84

Tabela 2 - Tipos de abordagem metodológica mais utilizadas nas pesquisas sobre Autoeficácia na Formação Profissional, no período de 2008 a 2019.....86

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	23
1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	23
1.1 Introdução.....	23
1.2. Formação de Policiais Militares	25
1.3. Formação de Praças - PM.....	26
1.4. Diferenças entre a Formação das praças e dos oficiais	34
1.5. Autoeficácia e o Policial Militar	36
2. RELEVÂNCIA DA PESQUISA	42
2.1. Relevância Acadêmica.....	42
2.2. Relevância prática e institucional	43
3. REVISÃO DA LITERATURA	44
3.1 Identificação do Descritores	45
3.2. Refinamento e seleção dos artigos incluídos	46
3.3. Caracterização dos artigos incluídos.....	48
3.4. Formação Policial	50
3.5 Autoeficácia na Polícia Militar	53
4. OBJETIVOS	54
4.1. Objetivo Geral.....	54
4.2 Objetivos Específicos	55
5. METODOLOGIA	55
5.1. Natureza da pesquisa.....	55
5.2. Protocolo de pesquisa Bibliográfica	56
5.2.1. Diretórios de busca.....	56
5.2.2. Fontes	57
5.2.3. Coleta de dados	57
5.2.4. Análise de dados.....	57
5.3. Protocolo de levantamento – Pesquisa de campo	58
5.3.1. <i>Lócus</i>	58
5.3.2. Participantes	58
5.3.3. Coleta de dados	58
5.3.4. Procedimentos éticos.....	59
5.3.5. Análise de dados.....	59
CAPÍTULO 2	60

2. ARTIGOS CIENTÍFICOS	60
ARTIGO 1.....	60
ARTIGO 2.....	77
CAPÍTULO 3.....	93
3. Produto Técnico.....	93
Fonte: Elaborado pelo Autor (2021).	94
3.1. Levantamento Documental	94
3.2. Construção e teste do instrumento	96
3.3. Entrevista	100
3.4. Versão final do instrumento de autoavaliação	103
3.5. Propostas de Intervenção	109
CAPÍTULO 4.....	111
4.1. Considerações Finais	111
4.2. Recomendações para trabalhos futuros.....	112
REFERÊNCIAS CAPÍTULO 1	114
ANEXO 1.....	117
ANEXO 2.....	122
APÊNDICE A	126

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa tem como campo de estudo a formação inicial de policiais militares que fazem parte da carreira inicial do ciclo de praças da instituição Polícia Militar do Pará (PMPA) e terá a aplicação da Teoria Social Cognitiva (TSC) (BANDURA, 1977) como viés pedagógico, sendo o presente trabalho parte de um projeto guarda-chuva que se intitula “Autorregulação e capacitação de pedagogos, policiais militares e civis”, no qual a TSC dialoga com as áreas da Educação e da Segurança Pública.

A Teoria Social Cognitiva, desenvolvida por Bandura (1986), investiga, dentre outros aspectos, mecanismos cognitivos (intrínsecos), fatores contextuais (extrínsecos) e suas relações com o comportamento humano (GATTI, 2010; BANDURA, 1986). No meio acadêmico, considera-se que tal construto é indispensável para todos os indivíduos – independentemente do nível de ensino – devido sua operacionalidade auxiliar no desenvolvimento integral e autônomo, bem como na sua formação profissional. Isto porque, o baixo nível de autonomia do aluno pode ser considerado um aspecto problemático no processo de formação de professores.

O projeto guarda-chuva considera necessário, portanto, pensar e repensar estratégias promotoras de comportamentos autorregulatórios. A aprendizagem, de modo geral, deve ser compreendida nos mais diversos contextos, como, por exemplo, no da segurança pública, uma vez que a formação de policiais militares ou civis é de suma importância para enfrentar e combater o avanço da violência em suas várias formas (física, psicológica, cibernética etc.).

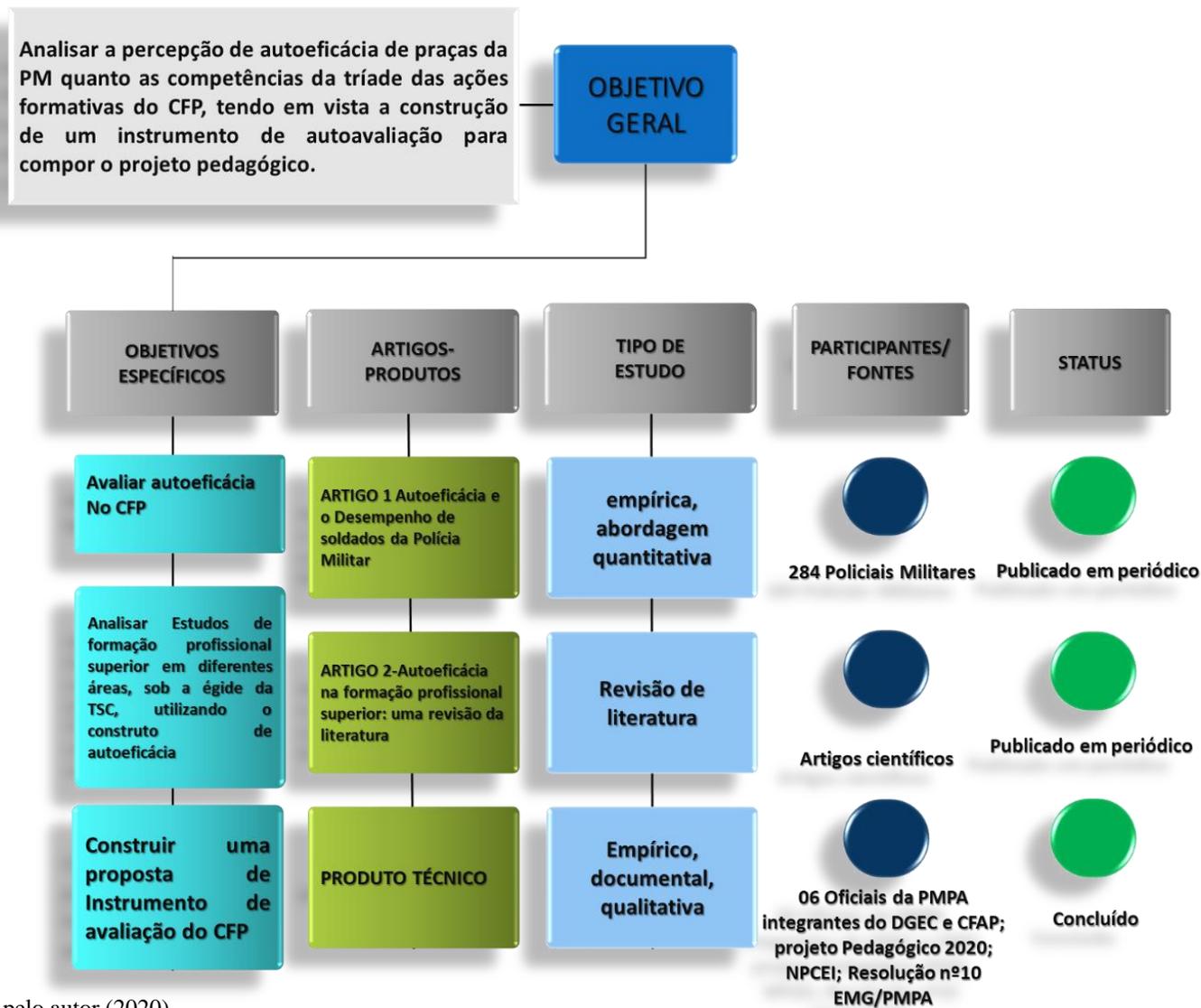
Um dos objetivos primários do projeto guarda-chuva, que tem relação direta com esta pesquisa, diz respeito à segurança pública e visa analisar as matrizes curriculares dos cursos de Formação de Praças da Polícia Militar do Pará. Ademais, ressalta-se que as contribuições vinculadas ao projeto estão inseridas nas áreas de Educação e Segurança Pública, em interface com a Psicologia.

Nesse contexto, os estudos constantes do projeto guarda-chuva e que versam sobre a Teoria Social Cognitiva têm sido desenvolvidos por meio de discussões e pesquisas vetorizadas pelo Núcleo de Estudos Aplicados ao Comportamento (NEAC); grupo de estudos este instalado nas dependências da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus Belém, e que possui participantes nos níveis de graduação e pós-graduação, sob a coordenação da Profa. Maély Ferreira Holanda Ramos (ICED/ UFPA).

À luz da TSC e outras teorias cunhadas na psicologia, sociologia e educação, o NEAC investiga o desenvolvimento e as ações humanas por meio de encontros quinzenais em que são socializadas as temáticas correspondentes, principalmente, a métodos e teorias. O grupo também conta com a participação de discentes dos programas de pós-graduação em Educação (PPGED) e em Segurança (PPGSP), da UFPA, e possui publicações em revistas que possuem Qualis nas áreas de educação, psicologia e interdisciplinar.

Por fim, ressalta-se que este estudo foi submetido e devidamente aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa. Na Figura 1, a fim de melhor representar o caminho que foi percorrido neste trabalho, indica-se o percurso desta dissertação, assim como seus objetivos específicos e seus construtos basilares e interdisciplinares, para, logo em seguida, aplicar ao contexto da formação de praças da Polícia Militar do Pará.

Figura 1 - Mapa conceitual sobre o percurso metodológico desta dissertação (2021).



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A presente dissertação está dividida em quatro (04) capítulos para melhor compreensão do caminho teórico metodológico seguido nesta pesquisa. O capítulo 1 é composto pela apresentação e pelas considerações gerais do estudo, de modo a caracterizar como é desenhada a formação policial militar, a formação de praças, as diferenças entre as formações de oficiais e praças, a autoeficácia aplicada a Polícia Militar, a relevância do estudo (acadêmica e prática institucional), bem como a problemática do estudo. Ainda nesse capítulo, destaca-se a revisão de literatura, incluindo subtópicos de identificação de descritores e refinamento e seleção de artigos, incluindo a análise dos artigos sobre formação policial e autoeficácia na Polícia Militar.

Continuamente, apresentam-se os objetivos gerais e específicos do estudo e a metodologia, sendo esta dividida nestes tópicos: natureza da pesquisa e protocolo de pesquisa documental com subtópicos de *locus*, fontes, coleta e análise de dados. O protocolo de levantamento (pesquisa de campo), por sua vez, é composto pelos seguintes subtópicos: *locus*, participantes, procedimentos éticos e produto técnico.

No capítulo 2, destacam-se os resultados preliminares da pesquisa na forma de dois (2) artigos científicos publicados no periódico *Research, Society and development*, em consonância com as normas de submissão da revista. Intitulado como “Autoeficácia e desempenho de Soldados da Polícia Militar”, o primeiro artigo é de natureza quantitativa e possui abordagem descritiva, enquanto a segunda publicação – de título “A autoeficácia na formação profissional superior: uma revisão da literatura” – caracteriza-se como uma revisão de literatura de natureza quali-quantitativa.

No capítulo 3, apresenta-se o produto técnico resultante desta pesquisa e que trata sobre um instrumento de autoavaliação da percepção das praças da Polícia Militar do Pará quanto às competências e habilidades desenvolvidas no curso de formação (que será um item do próprio projeto pedagógico a ser aplicado para a turma de formação da carreira inicial do certame 2021 da PMPA). Discorre-se, também, acerca de propostas de intervenção que versam sobre: a) a aplicação do instrumento de avaliação no início e ao final do curso; e b) a atualização das Normas para Planejamento e Conduta de Ensino e Instrução (NPCEI).

Esse instrumento utiliza-se da escala de Likert, no mesmo modelo aplicado no artigo 1 desta dissertação. Nele, realizou-se uma adaptação de acordo com as necessidades observadas no documento que deverá ser aprovado pela Polícia Militar como projeto pedagógico do Curso de Formação de Praças (CFP) 2020/2021, bem como com os dados extraídos da análise produzida a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com seis (06) oficiais pertencentes ao órgão responsável por fomentar as políticas de ensino – Departamento Geral

de Ensino e Cultura (DGEC) – e por oficiais pertencentes ao órgão de execução do projeto pedagógico/formação do CFP (CFAP) da PMPA. É justo e necessário ressaltar que os sujeitos da pesquisa que participaram das entrevistas fizeram parte da comissão que construiu o projeto pedagógico CFP 2021 a ser utilizado na próxima turma de formação.

No capítulo 4, finalmente, são apresentadas as considerações finais e as recomendações para trabalhos futuros.

CAPÍTULO 1

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 Introdução

No Brasil, é possível identificar inúmeros fatores de questionamentos relativos à atuação da Polícia Militar e de como a sociedade enxerga o desempenho do policial enquanto servidor público no exercício de sua atividade profissional. Nota-se que a atividade policial é questionada pela sociedade, que, de forma genérica, minimiza suas ações e deixa de lado a visão macro de problemas estruturais das corporações a fim de individualizar o desempenho do policial enquanto prestador de serviço, relegando, dessa forma, o trabalho do agente ao controle social de combate ao inimigo a qualquer preço (CORRÊA, 2015).

Em linhas gerais, o policial militar é estereotipado como despreparado, truculento, com baixa cultura e escolaridade, desprendido da realidade, corrupto e que apenas cumpre a função repressora do Estado. No entanto, a imagem socialmente construída diverge do que de fato é a atividade policial (SILVA; SENTO-SÉ, 2013).

Neste contexto, é importante problematizar como esse indivíduo – que antes de ser policial é um ser social, cidadão, com suas próprias crenças, valores, formação e visão de mundo – é preparado pelo Estado para exercer a função de escudo e protetor dos valores estabelecidos pelo ordenamento jurídico (BRASIL, 1988) ou por convenções sociais, respeitando preceitos constitucionais de cidadania em uma sociedade de extremos, com abismos sociais evidentes (SZABÓ; RISSO, 2018) Nesta sociedade, ademais, tem-se como premissa a punição do transgressor, mas não a transgressão, e que o policial dê conta dos dois aspectos exigidos pela demanda social: o do garantidor de direitos e ao mesmo tempo de carrasco, que aplica punição capital àqueles considerados páreas sem recuperação por esta mesma sociedade (BITTNER, 2003).

Nesse sentido, torna-se importante elencar conceitos que transponham a genérica formatação profissional específica da formação militar, tais como as capacidades de automonitoramento e autoavaliação, sendo estas reguladas por suas crenças pessoais. A formação militar pelo *ethos* inerente à profissão, ou seja, às tradições militares clássicas, ligadas à formação de um “guerreiro” com costumes e hábitos fundamentais, no âmbito do comportamento institucional, com seus valores, ideias e crenças características de uma

formação ligada às forças armadas, já contempla, guardadas as devidas proporções, saberes definidos na cultura militar como intangíveis, quais sejam: confiança, liderança, sentimento do dever e espírito de corpo¹, apenas para citar alguns exemplos (ZANINI; MIGUELES; COLMERAUER, 2014).

Considera-se importante, porém, avançar na formatação de um modelo de formação policial que privilegie saberes que contemplem um arcabouço metacognitivo, como, por exemplo, as crenças de autoeficácia. Para Bandura (1977), a autoeficácia é a crença de uma pessoa na sua capacidade para realizar tarefas com qualidade. Estas crenças estão relacionadas à motivação quanto ao uso de recursos cognitivos e metacognitivos adquiridos para traçar metas visando o alcance de um objetivo. Entende-se que abranger elementos como estes na formação policial favorecerão a potencialização dos desempenhos tendo em vista que pessoas que creem em suas habilidades para executar tarefas específicas “constroem cenários prospectivos de sucesso e com isso antecipam melhores roteiros” (COELHO *et al.*, 2016, p.7).

Em pesquisa realizada por Coelho *et al.* (2016) com 1.027 policiais militares, em um estudo de caso quantitativo e correlacional sobre autoeficácia e qualidade de vida no trabalho, os resultados indicaram que os participantes que alcançaram escores mais elevados de autoeficácia demonstraram menor incidência de abatimento, sensação de insegurança e desejo de desistir da profissão.

Compreende-se que as crenças de autoeficácia, as quais se referem às percepções de competências específicas, podem ser a base para a motivação pessoal, influenciando a qualidade da realização de tarefas. Deve-se considerar, no entanto, que além de crenças robustas é necessário o desenvolvimento de habilidades que permitam aos indivíduos executar estratégias planejadas (BANDURA, 1977; 1997; 2009). Assim, contemplar estes aspectos na formação policial pode favorecer desempenhos mais eficazes e melhor qualidade de vida no trabalho (COELHO *et al.*, 2016).

Dessa maneira, levando-se em conta esse contexto, o ensino policial na formação inicial de praças² deve se tornar um atrativo a uma parcela jovem da população que busca formação técnica e uma profissão já com plano de carreira definido. Mas, como parte de política pública de Estado, é preciso que a corporação reconheça suas limitações e erros.

¹ Na profissão militar tem-se a representação de um conceito abstrato de sentimento de coesão, pertencimento e lealdade ao grupo, em que o individual é apenas uma parte que possibilita a vontade coletiva.

² Dentro da estrutura militar, as praças são os policiais militares que pertencem ao nível de execução, sendo a primeira graduação da categoria o soldado e a última o subtenente.

Além do mais, é fundamental oferecer condições para que, por meio de métodos científicos, o ensino policial se torne eficiente, levantando soluções que uma perspectiva mais acadêmica possa oferecer na direção de esforços instados por um mundo cada vez menor em distância digital, barreiras internacionais e em crescente transculturalidade (SANTOS JUNIOR, 2011).

Para tanto, é preciso pensar um modelo de formação de policiais para além da pressão popular ou interesses políticos ideológicos. Este, por sua vez, pode e deve ser o caminho de transformação para uma instituição historicamente relegada a ações reativas ou presa a um modelo ultrapassado de gestão e formação militarizada, ligado tão somente à formação técnico-profissional e à modelagem e internalização de valores institucionais que fortalecem o simbolismo do *ethos* do guerreiro (BEM; SANTOS, 2016).

1.2. Formação de Policiais Militares

No Brasil, o ingresso aos quadros da instituição Polícia Militar se dá por meio de certame público com critérios de seleção intelectual de nível médio/superior, físico e psicotécnico, a partir de duas portas de entrada distintas, quais sejam: a) concurso para provimento de vagas para carreira dos praças, que possui uma variação de nomenclatura técnica entre os entes federativos, sendo, em alguns, referenciado como Curso de Formação de Soldados (CFSD), e, em outros, como Curso de Formação de Praças (CFP); e b) concurso para provimento de vagas para carreira de oficiais, que também possui algumas variações entre os entes federativos. Em alguns estados, no caso dos oficiais, exige-se nível superior em qualquer área de conhecimento, enquanto em outros estados o bacharelado em Direito é obrigatório como pressuposto de carreira jurídica.

O curso de formação de praças, objeto desta pesquisa, é destinado a formar aqueles que irão executar as estratégias de aplicação da atividade de polícia ostensiva preventiva, o que representa o maior efetivo dentro da estrutura organizacional da Polícia Militar (PARÁ, 2015).

De modo a desempenhar suas funções no seio da sociedade, esse profissional precisa desenvolver competências e habilidades específicas condizentes às suas demandas de atuação, assim sendo capaz de mobilizar estes conhecimentos para agir em diversos cenários no exercício de sua profissão. Nesta perspectiva, tem-se a produção de reflexões antes, durante e após as ações desse agente, o que estimula a sua autonomia intelectual em serviço.

A respeito desses aspectos, a formação tem um papel crucial de capacitação (BRASIL, 2014).

Desta forma, o soldado da Polícia Militar é o agente que irá atender as ocorrências rotineiras no exercício da atividade e que será procurado quando um cidadão for vítima de crime de qualquer natureza. É ele que estará patrulhando as ruas e os bairros, tanto nos grandes centros urbanos como nas zonas rurais dos diversos municípios do Estado. Portanto, deve-se investir na formação deste profissional com o maior número possível de conhecimentos que possam trazer a baila um pensamento analítico no emprego de suas ações, não fazendo deste um mero reforçador da lei (BRASIL, 2014).

1.3. Formação de Praças - PM

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) foi criado por ato do então comandante Geral da Polícia Militar do Pará, Coronel EB Douglas Farias de Sousa, por meio do Boletim Reservado Nº 035, de 17 de dezembro de 1973. Somente em 15 de abril de 1974, o CFAP foi instalado no aquartelamento do antigo Batalhão de Destacamento, onde hoje está situado o Comando de Missões Especiais (CME) e Batalhão de Choque. Em 12 de junho de 1976, o CFAP, sob o comando do Major PM Wagner Travassos de Queiroz, mudou-se para a Ilha de Caratateua (Outeiro), utilizando as antigas instalações do Colégio Agrícola Manoel Barata, o qual se encontrava em verdadeiras ruínas. Nesse contexto, o CFAP recebeu a denominação de Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças “Cel. PM Carlos Alberto Moreira” (PARÁ, 2017).

A formação das praças é definida pelo Departamento Geral de Ensino e Cultura da Polícia Militar do Pará, por meio do projeto pedagógico, que é o modelo da formação adotada naquele contexto temporal específico, elaborado em conjunto com o Comando do CFAP, aprovado pelo Comandante Geral da Corporação e publicado em Boletim Geral, em consonância com a Lei de Organização Básica, Lei Complementar Nº 053 (PARÁ, 2006). Para ingresso no curso, exige-se o nível médio, porém, o curso não possui reconhecimento enquanto graduação ou tecnólogo (PARÁ, 2019).

Em nível de legislação e regulamentação, a formação de praças da Polícia Militar do Pará foi oficialmente modificada a partir do Decreto Governamental Nº 2.242, de 17 de maio de 1982, o qual instituiu o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças. Esta data foi o marco da primeira tentativa institucional de profissionalizar o ensino e a formação inicial de Policiais Militares, porém, ainda ligados aos paradigmas de segurança e defesa interna e

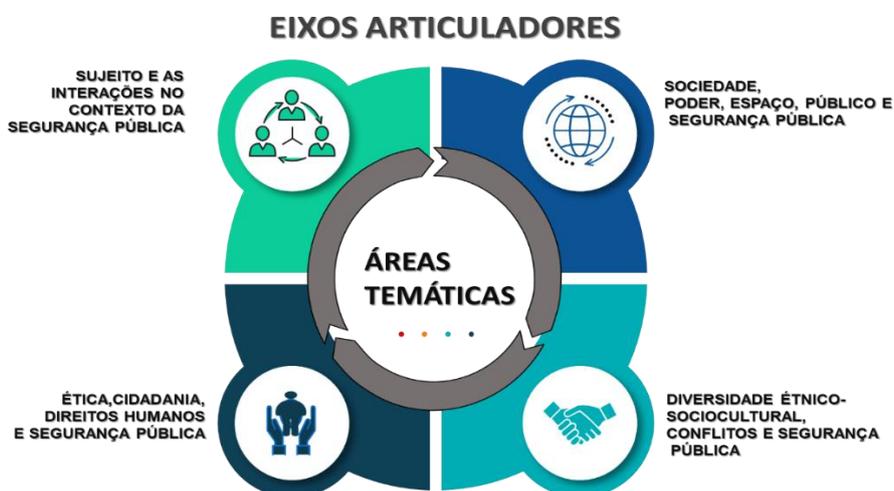
territorial. Ademais, seguia-se este modelo com poucas mudanças até promulgação da Constituição Federal de 1988, criando, a partir daí, uma formação voltada para os novos paradigmas de proteção individual e de patrimônio, como os bens principais a serem protegidos contra violência (LIMA; BUENO; GUARACY, 2016).

Quando se fala, no entanto, da formação inicial das praças da Polícia Militar, que não é reconhecida como graduação em nível superior, faz-se necessário que as instituições de ensino de segurança pública planejem suas ações formativas, ao passo que estes profissionais possam, de maneira autônoma e responsável, refletir e agir criticamente em situações complexas que envolvem a rotina desta atividade (BRASIL, 2014).

Neste sentido, torna-se importante preencher algumas lacunas, quais sejam: definir um perfil profissional de formação; realizar uma qualificação técnica do quadro de docentes; estabelecer um projeto pedagógico padrão; e realizar acompanhamento, análise, avaliação e revisão do projeto pedagógico a cada novo ciclo de formação. Assim, trata-se não somente de realizar um curso técnico que acumule informações, mas guiar-se pelo que aduz a Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014).

Algumas mudanças foram implementadas no curso de formação de praças ao longo da última década. A principal delas foi a adoção da Matriz Curricular Nacional (MCN), produzida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, a qual introduziu eixos articuladores e áreas temáticas de saberes humanistas além dos técnico-profissionais, reconhecendo o profissional de segurança pública como sujeito que desempenha sua atividade em constante interação com diversos outros sujeitos e tipos de ambientes (BRASIL, 2014). Na Figura 2, portanto, é possível visualizar a lógica da construção do conhecimento do profissional de segurança pública de acordo com a MCN.

Figura 2 - Eixos articuladores da Matriz Curricular Nacional, na formação policial (2014).



Fonte: Adaptado pelo autor (2020), a partir da Matriz Curricular Nacional; SENASP (2014).

Os eixos articuladores (Figura 2) são as variáveis mobilizadas para a construção do modelo de formação policial. É considerado o referencial teórico metodológico que estrutura o conjunto de conteúdos transversais responsáveis por permear as ações formativas, ou seja, cruzam conhecimentos e informações subjetivas, como diversidade e espaço de minorias ou populações vulneráveis, com disciplinas específicas de gestão e gerenciamento de conflito e crises, para citar um exemplo (BRASIL, 2014).

As áreas temáticas representam o arcabouço de conhecimentos preponderantes às ações formativas dos agentes de segurança pública. Nestas é que irão se agrupar as disciplinas e seus módulos, estando, então, diretamente ligadas ao seguinte conjunto de competências: 1) cognitivas, que pretendem desenvolver o pensamento analítico permeado pela pesquisa e pela organização do conhecimento e que permitam ao profissional que está sendo preparado o exercício de pensar criticamente, com a finalidade de comunicar-se consciente de suas ações; 2) operativas, que visam habilitar no policial o aprendizado de atuação da atividade, almejando conectar e aplicar o conhecimento teórico na prática profissional pareada por ações refletidas, responsáveis e conscientes; e 3) atitudinais, que são as competências que têm por objetivo estimular a percepção da realidade no profissional que está sendo formado, mediante o conhecimento e o desenvolvimento das potencialidades individuais, da conscientização de interações com outros grupos e da convivência com diferentes ambientes sociais (BRASIL, 2014).

A dinâmica e a flexibilidade da Matriz Curricular Nacional (MCN) se encontram nas diversas possibilidades de interação existentes entre os eixos articuladores e as áreas temáticas. São essas interações que proporcionam a visualização tanto de conteúdos que contribuam para a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública, como de conteúdos que atendam as peculiaridades regionais. A Figura 3 demonstra como estão dispostas essas áreas nas ações formativas propostas pela MCN.

Figura 3 - Áreas temáticas da Matriz Curricular Nacional de 2014, utilizadas nas ações formativas dos cursos de formação policial.



Fonte: Adaptado pelo autor (2020), a partir da Matriz Curricular Nacional, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (2014).

Para fins desta pesquisa, é necessário compreender que a Polícia Militar do Pará conceitua o modelo de ensino e formação como o projeto pedagógico que definirá tudo aquilo que deve ser incluído no desenho curricular do curso de formação. Neste sentido, ressalta-se que apesar da estética de formação militar permanecer praticamente inalterada no interior do modelo de ensino, o desenho curricular dentro do modelo pode mudar de acordo com a necessidade de atualização, bem como para atender novas demandas sociais (PARÁ, 2006; 2016; 2020).

Em linhas gerais, é importante destacar que a adoção da Matriz Curricular Nacional, como espinha dorsal da formação policial no Brasil, ou seja, como padronização de formação em todos os entes federativos, facilitou a construção do modelo de ensino, uma vez que definiu eixos e áreas temáticas. Porém, esse cruzamento para definição do desenho curricular ainda é definido de acordo com cada estado, levando-se em consideração uma série de fatores distintos (BRASIL, 2014).

Para a Polícia Militar do Pará, torna-se relevante analisar a constante atualização do modelo de ensino aplicado à formação inicial das praças e identificar o seguinte: em quais partes estão as falhas, sob a ótica do cruzamento da Matriz Curricular Nacional com as especificidades regionais, culturais e geopolíticas do Estado; quais as influências de cada parte (indivíduo e corporação) para o alcance dos objetivos da formação a partir dos

projetos pedagógicos construídos e aprovados de 2014 a 2018; e quais protocolos, técnicas, procedimentos e ferramentas pedagógicas são possíveis de serem adotados e alterados para produzir efeitos positivos na formação proposta, a partir dos eixos articuladores e áreas temáticas (BRASIL, 2014; PARÁ, 2016).

No ano de 2014, e de acordo com o seu projeto pedagógico, o desenho curricular do Curso de Formação de Soldados (CFSD)³ foi formatado com 850 horas/aula, divididas em quatro módulos distintos de saberes: Módulo I, ligado às disciplinas de abordagem sociopsicológicas da violência e crime, totalizando 235 horas/aula; Módulo II, com disciplinas de legislação do Direito, computando 185 horas/aula; Módulo III, com disciplinas técnico-profissionais que ensinam procedimentos e protocolos inerentes à atividade, totalizando 80 horas/aula; e, por fim, Módulo IV, constituído de disciplinas de conhecimentos continuados, a exemplo de técnicas e táticas policiais, autoproteção, uso progressivo da força, que por suas características devem acompanhar o policial ao longo de sua carreira sendo a este computado um total de 300 horas/aula (PARÁ, 2014).

No ano seguinte, em 2015, já com a denominação do Curso de Formação de Praças (CFP), o projeto pedagógico apresentou um aumento na carga-horária total do curso, passando a apresentar 1.200 horas/aula. Nesta modificação, o Módulo I passou para 280 horas/aula, o Módulo II para 310 horas/aula, o Módulo III para 148 horas/aula e o Módulo IV para 400 horas/aula, o que representou um aumento de 41,1% na carga horária total. Porém, ao analisar o documento oficial, este não apresenta nenhuma justificativa para o reforço da carga horária, tampouco a respeito da mudança das disciplinas. Além disso, o perfil profissional desejado pela corporação é citado ainda de forma muito superficial e genérica (PARÁ, 2015).

A partir de 2017 e 2018, todos os cursos passaram a ser administrados e formatados pelo Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará (IESP), que é uma instituição de ensino superior pertencente ao Sistema de Segurança Pública do Estado do Pará, conforme a resolução 742 do Conselho Estadual de Educação, de 18 de dezembro de 2014, as quais, dentre outras atribuições, confere graus acadêmicos (PARÁ, 2014).

Com o intuito de melhor compreender o caminho metodológico escolhido pela instituição para o Curso de Formação de Praças ao longo do período estudado, apresenta-se um comparativo da malha curricular de 2017 e 2018. De forma a representar as mais recentes atualizações produzidas para o projeto pedagógico, optou-se pela representação em

³ Posteriormente, passou a ser denominado como Curso de Formação de Praças (CFP).

dois (02) quadros, sendo o Quadro 1 referente ao ano de 2017 e o Quadro 2, sequencialmente, de 2018. Ambos foram divididos por disciplinas e suas respectivas áreas temáticas na ordem linear, em conformidade com a evolução do aprendizado técnico-profissional, respeitada a transversalidade das competências cognitivas, operativas e atitudinais propostas pela Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014).

Quadro 1- Malha curricular do Curso de Formação de praças 2017 da Polícia Militar do Pará.

(continua)

AREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS		CARGA HORÁRIA
I – Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	01	Policiamento comunitário	40
	02	Sistema de segurança pública	20
TOTAL			60 horas/aula
II - Violência, Crime e controle social	03	Abordagem socio psicológica da violência e criminalidade	20
TOTAL			20 horas/aula
III- Conhecimentos jurídicos	04	Direito Civil	20
	05	Direito Constitucional	60
	06	Direito Administrativo	60
	07	Direito Penal	60
	08	Direito Processual Penal	40
	09	Direito Penal Militar	60
	10	Direito Processual Penal Militar	40
	11	Legislação Especial	60
	12	Procedimento e Processo Administrativo Disciplinar	30
13	Legislação Básica Institucional	60	
TOTAL			490 horas/aula
IV – Modalidade de gestão de conflitos e eventos críticos	14	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	20
	15	1ª Intervenção em Crises	30
	16	Local de Crime	30
	17	Sistema de Comando de Incidentes (SCI)	30
	18	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	20
TOTAL			130 horas/aula
V – Valorização profissional e saúde do trabalhador	19	Relações Interpessoais	20
	20	Treinamento Físico Militar	120
	21	Conduta Policial Defensiva	30
TOTAL			170 horas/aula
VI – Comunicação, informação e tecnologias em Segurança Pública	22	Introdução à Análise Criminal	20
	23	Tecnologia da Informação e Telecomunicações	40
	24	Atividade de Inteligência Policial Militar	20
	25	Correspondência Policial Militar	20
	26	Segurança pública e comunicação social	20
TOTAL			120 horas/aula
VII – Cultura, cotidiano e prática reflexiva	27	História da PM	20
	28	Ética, Cidadania e Direitos Humanos	40
	29	Chefia e Liderança Militar	20
	30	Instrução Militar Básica	100
	31	Metodologia da pesquisa científica	30
	32	Deontologia PM	20
TOTAL			230 horas/aula
VIII – Funções Técnicas e procedimentos em	33	Armamento, Munição e Tiro Policial Militar	120
	34	Defesa Pessoal Policial	120
	35	Técnica de Abordagem	120

(conclusão)

Segurança pública	36	Policiamento Ostensivo Geral	30
	37	Primeiros Socorros	50
	38	Operações Policiais em Área de Selva	120
TOTAL			500 horas/aula
SOMA TOTAL DAS CARGAS DA DISCIPLINA			1720 horas/aula
Atividades complementares	39	Condutor de veículo de emergência	50
	40	Palestras e cursos em áreas afins	30
	41	Coordenação do curso	166
	42	Auxiliar de Coordenação	166
SOMA TOTAL DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR			412 horas/aula
CARGA HORÁRIA TOTAL			2132 horas/aula

Fonte: Departamento Geral de Ensino e Cultura da Polícia Militar do Pará, (Pará 2017).

Em 2017, o projeto pedagógico ganhou um acréscimo na carga horária em relação aos anos anteriores. A justificativa, dentro do modelo, seria atender demandas específicas de formação nas áreas temáticas de conhecimento jurídico, cultura, cotidiano e prática reflexiva; e sistemas, instituições e gestão integrada em segurança pública, resultando em uma carga horária total de 1.720 horas/aula (PARÁ, 2017).

É importante ressaltar que, além da carga horária das disciplinas, foram acrescentadas 412 horas/aula de atividades complementares, distribuídas entre estágio supervisionado, curso de condutor de veículos de emergência (obrigatório para atividade), palestras e cursos em áreas afins, além de 332 horas/aula destinadas a coordenação do curso, totalizando uma carga horária de 2.132 horas/aula, o que representou um acréscimo de 77,6% na carga horária (PARÁ, 2017). Estas atividades complementares estão alinhadas com os art. 25 e 27 da Resolução Nº 10 Estado-Maior Geral da PMPA, de 20 de outubro de 2016, que dispõe sobre as matrizes curriculares do CFP.

Quadro 2 - Malha curricular do Curso de Formação de Praças, de 2018, da Polícia Militar do Pará. (continua)

AREAS TEMÁTICAS	DISCIPLINAS		CARGA HORÁRIA
I – Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	01	Policiamento comunitário	20
	02	Sistema de segurança pública	15
TOTAL			35 horas/aula
II - Violência, Crime e controle social	03	Abordagem socio psicológica da violência e criminalidade	20
TOTAL			20 horas/aula
III- Conhecimentos jurídicos	04	Direito Civil	30
	05	Direito Constitucional	40
	06	Direito Administrativo	30
	07	Direito Penal	40
	08	Direito Processual Penal	30
	09	Direito Penal Militar	40
	10	Direito Processual Penal Militar	30
	11	Legislação Especial	50
	12	Procedimento e Processo Administrativo Disciplinar	30
	13	Legislação Básica Institucional	40

Quadro 3 - Malha curricular do Curso de Formação de Praças, de 2018, da Polícia Militar do Pará (conclusão)

TOTAL			360 horas/aula
IV – Modalidade de gestão de conflitos e eventos críticos	14	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	15
	15	1ª Intervenção em Crises	15
	16	Local de Crime	15
	17	Sistema de Comando de Incidentes (SCI)	15
	18	Prevenção, Mediação e Resolução de Conflitos	15
TOTAL			60 horas/aula
V – Valorização profissional e saúde do trabalhador	19	Relações Interpessoais	15
	20	Treinamento Físico Militar	80
	21	Conduta Policial Defensiva	20
TOTAL			115 horas/aula
VI – Comunicação, informação e tecnologias em Segurança Pública	22	Introdução à Análise Criminal	15
	23	Tecnologia da Informação e Telecomunicações	30
	24	Atividade de Inteligência Policial Militar	20
	25	Correspondência Policial Militar	15
	26	Segurança pública e comunicação social	15
TOTAL			95 horas/aula
VII – Cultura, cotidiano e prática reflexiva	27	História da PM	15
	28	Ética, Cidadania e Direitos Humanos	40
	29	Chefia e Liderança Militar	20
	30	Instrução Militar Básica	60
	31	Deontologia PM	20
	32	História da PM	15
TOTAL			155 horas/aula
VIII – Funções Técnicas e procedimentos em Segurança pública	33	Armamento, Munição e Tiro Policial Militar	100
	34	Defesa Pessoal Policial	60
	35	Técnica de Abordagem	100
	36	Táticas e Técnicas Policial Militar	20
	37	Policiamento Ostensivo Geral	60
	38	Primeiros Socorros	30
	39	Operações Policiais em Área de Selva	10
TOTAL			380 horas/aula
SOMA TOTAL DAS CARGAS DA DISCIPLINA			1220 horas/aula
Atividades complementares	40	Condutor de veículo de emergência	50
	41	Palestras e cursos em áreas afins	30
SOMA TOTAL DE ATIVIDADE COMPLEMENTAR			80 horas/aula
CARGA HORÁRIA TOTAL			1300 horas/aula
ATIVIDADES DE COORDENAÇÃO DO CURSO			C.H.
Atividade técnica da Coordenação	42	Coordenação do Curso	120
	43	Auxiliar de coordenação	120
CARGA HORÁRIA TOTAL			240 horas/aula

Fonte: Departamento Geral de Ensino e Cultura da Polícia Militar do Pará (Pará 2018).

No que concerne ao projeto pedagógico do CFP 2018 (Quadro 2), foi observado, em relação ao projeto anterior, um corte em praticamente todas as áreas temáticas do curso na carga horária das disciplinas, sendo o de maior representatividade dentro área de conhecimentos jurídicos, além do corte da disciplina de “Metodologia do Trabalho Científico”, totalizando uma carga horária de 1540 horas/aula, já incluídas as atividades complementares.

Este corte na carga horária representou uma redução de 592 horas/aula, porém, ao analisar o projeto pedagógico, não se encontra justificativa no campo teórico-metodológico para redução e corte de disciplinas, apenas são citadas, de forma genérica, as implicações da adoção de um modelo adaptável aos eixos articuladores (Figura 2) e áreas temáticas (Figura 3) previstas na Matriz Curricular Nacional (BRASIL, 2014).

1.4. Diferenças entre a Formação das praças e dos oficiais

Quando as duas formações basilares da Polícia Militar são colocadas em perspectiva, percebem-se diferenças no que tange a qualificação entre as duas carreiras. Não está sendo discutido nesta pesquisa o desenho da formação para o desempenho da função, uma vez que são níveis diferentes; uma trata de formar o nível de comando/ gerencial da corporação, enquanto a outra, o nível tático de execução da atividade fim. Todavia, o nível de exigência do ponto de vista da educação formal para o exercício de atividade profissional é bastante distinto (PARÁ, 2015).

Em 2018, o IESP foi credenciado como Instituição de Ensino Superior (IES) pela Comissão Avaliadora do Conselho Estadual de Educação no Pará (CEE\PA). O objetivo foi estabelecer orientações gerais para o desenvolvimento e execução das atividades de ensino em segurança pública (PARÁ, 2018). Os bacharelados desenvolvidos pelo IESP são distintamente fracionados em três etapas, sendo elas: a) a instrução básica, que envolve os saberes técnicos ligados à estrutura de funcionamento organizacional da Instituição Policial e as estruturais estatais; b) a instrução militar, conectada aos conhecimentos técnico-profissionais específicos da profissão; e c) instrução básica profissional, ligadas aos conhecimentos humanistas e à legislação conectada aos aspectos jurídicos, o que proporciona ao corpo de alunos uma carga de conhecimentos tático e técnico indispensável para a futura condição de oficial. Destaca-se, também, que o curso tem duração de três anos, em regime de tempo integral e, ao concluir, o aluno estará apto a estagiar como Aspirante a Oficial da corporação, sendo declarado Bacharel em Defesa Social e Cidadania (PARÁ, 2018).

O estado do Pará adota o nível médio para o ingresso dos praças e o nível superior de bacharelado em Direito para a formação dos oficiais, conforme a nova lei de ingresso aos quadros da Polícia Militar do Pará (PARÁ, 2019). Os dois cursos, apesar de seguirem um modelo padronizado de formação militar, possuem características distintas de disciplinas, carga-horária e objetivos. O curso de formação de oficiais atende a formação daqueles que

serão os gestores do sistema de Polícia Preventiva, conforme prevê o artigo 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O curso de formação de Oficiais do Pará é reconhecido como graduação de nível superior (bacharelado). Em detrimento disto, percebem-se avanços internos de gestão operacional e administrativa da corporação desde a década de 1990, de acordo com o estudo do plano estratégico do Estado Maior Geral da PMPA (PARÁ, 2015). Essa mudança na formação tem como marco a criação do Instituto de Ensino em Segurança Pública do Pará (IESP) (PARÁ, 1999). Neste contexto, foram agregados saberes técnico-profissionais específicos da atividade profissional, tais como técnica e tática policial, com disciplinas humanistas, das quais destacam-se as que estudam fenômenos sociológicos, comportamentais e organizacionais da sociedade, ofertadas nos cursos regulares de graduação (PARÁ, 1999).

Sob a ótica estrutural, comparando os dois modelos de formação, oficiais e praças, é possível perceber que estes seguem a mesma lógica da estética do ensino militar. Destarte, ainda que a maior diferença percebida não se refira ao tipo de atividade relacionada com a formação, o CFP forma agentes do nível de execução, enquanto o Curso de Formação de Oficiais (CFO) forma o nível gestor das estratégias e políticas de segurança pública elaboradas pelo Estado. O Quadro 3 apresenta um comparativo das formações distintas.

Quadro 3 - Características das formações (Projeto pedagógico CFO 2017; CFP 2018) da PMPA.

Nº	Característica Analisada	Curso de Formação de Oficiais (CFO)	Curso de Formação de Praças (CFP)
01	Nível do curso	Bacharelado- Resolução N° 742 de 14 de dezembro de 2017 do Conselho Estadual de Educação - CEE/PA	Técnico-Profissional - Regulamento da Lei N° 8.230 de 2015, que dispõe sobre o regulamento do CFP
02	Tempo de formação	Três (03) anos	06 meses
03	Carga Horária	5.380	1.540
04	Exigência no Ingresso	Nível superior	Nível médio
05	Nível da formação profissional	Gerencia/ Gestão	Execução/técnico administrativo
06	Cursos de especialização obrigatórios na carreira	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Curso Superior de Polícia (pós-graduação <i>lato senso</i>)	Curso de adaptação de sargentos e Curso de aperfeiçoamento de sargentos Curso de Habilitação de Oficiais (nível técnico)

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A principal diferença na formação está no nível de classificação dos cursos, pois enquanto o CFO recebe a chancela e atenção de um curso de graduação superior, o CFP, apesar de sua carga horária e do corpo docente serem considerados estruturalmente como uma formação de tecnólogo, ainda é um curso de nível técnico sob a ótica estritamente regimental das diretrizes de educação, sem reconhecimento de nível superior. De fato, o curso está atrelado a políticas definidas pelo Alto Comando da Corporação em seu plano estratégico (PARÁ, 2015).

Sendo assim, as mudanças constantes nos projetos pedagógicos de 2014 a 2018 necessitam de uma investigação científica para proposição de alterações ou mudanças no modelo, objetos desta pesquisa. Neste contexto, torna-se necessário compreender que existem outras perspectivas educacionais para formação de praças na Polícia Militar. Portanto, apresentar perspectivas é imprescindível, sobretudo no que tange à obtenção de um novo perfil profissional do policial da carreira inicial.

Por isso, é importante desenvolver ou utilizar instrumentos teórico-metodológicos que possam contribuir na formação profissional de ensino superior. Essa abordagem, por seu turno, alinha-se com Minayo (2013), uma vez que a autora pondera a necessidade de cruzamentos de dados e conceitos advindos diferentes áreas do conhecimento, para permitir, dessa forma uma consolidação eficaz das competências disciplinares na formação.

A literatura científica, nesse sentido, pode mostrar que caminhos seguir quanto à utilização de estudos aplicados a ações formativas de profissionais de segurança pública da Polícia Militar, como, por exemplo, em relação à teoria da autoeficácia, cujo conceito é apresentado por Bandura (1977), de forma que as crenças de autoeficácia sejam entendidas como crenças que os indivíduos têm em sua própria capacidade de organizar e executar determinado curso de ação para alcançar um resultado específico.

1.5. Autoeficácia e o policial militar

A Teoria Social Cognitiva, formulada por Bandura (1986), tem como uma de suas bases a aprendizagem social, em que o comportamento é parte de um determinismo recíproco envolvendo aspectos cognitivos, comportamentos e influências do ambiente externo. Dentro da TSC, diversos conceitos são desenvolvidos para descrever o modelo triádico de cognição, comportamento e ambiente, dentre os quais o modelo de agência, o qual visa descrever o processo humano de autodesenvolvimento, adaptação e mudanças, ou seja, o indivíduo é capaz de influenciar o próprio comportamento diante das inúmeras interações com o ambiente

ao seu redor, não sendo um mero produto do meio, mas, como agente, sendo capaz de modificar e influenciar este ambiente a que está exposto (BANDURA, 2001).

Sendo assim, Bandura, Azzi e Polydoro (2009) inferem sobre a agência humana a partir de quatro (4) características básicas do ser humano: 1) a intencionalidade, como sendo a capacidade de planejar, estabelecer estratégias e ações para realizar tarefas a que se propôs; 2) a antecipação, que é a capacidade do ser humano de criar objetivos, antecipar resultados, ajustando e motivando seus esforços; 3) a autorregulação, que permite ao ser humano criar modelos de referência de monitoramento, avaliação e regulação de suas ações; e 4) a reflexão, que permite ao indivíduo valorar e refletir sobre seus atos, permitindo dessa forma ajustar as ações quando e caso seja necessário.

Portanto, para Bandura (2001), ser agente significa fazer as coisas acontecerem de maneira intencional, mediante os próprios atos, além dos sistemas de crenças, capacidades de autorregulação, estruturas e funções pelas quais o indivíduo exerce influência pessoal. Por meio desses mecanismos, as pessoas podem moldar suas vidas de acordo com as ações planejadas, mesmo sofrendo os efeitos de eventos fortuitos.

Não significa, porém, que a projeção de eventos futuros determina o comportamento do indivíduo no presente, uma vez que se trata de abstração. Contudo, a criação do cenário mental cognitivo no agora de um evento futuro funciona como condutor motivacional do comportamento humano, para a concretização dessa prospecção de futuro (BANDURA, 1997).

Por intermédio da autoconsciência, o indivíduo é capaz de refletir sobre sua autoeficácia, sobre a dimensão de suas ações, retidão de seus pensamentos e o motivo principal de suas buscas, sendo assim capaz de ajustar seus planejamentos quando necessário. Este planejamento antecipado ou criação de cenários mentais de eventos futuros sofre influência direta dos sistemas sociais em que este indivíduo está inserido. Dessa maneira, fica claro, segundo os preceitos da Teoria Social Cognitiva, que a agência humana funciona a partir de influências socio estruturais (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2009).

Assim, a partir de interações agênticas, estruturas sociais próprias são desenvolvidas para se organizar, regular e conduzir atividades específicas. As práticas dos sistemas sociais, por sua vez, impõem limitações e proporcionam recursos e estruturas de oportunidade para o desenvolvimento e o funcionamento pessoais. Ou seja, para a Teoria Social Cognitiva, agência pessoal e estrutural social estão diretamente conectadas com a atividade humana (BANDURA; AZZI; POLYDORO, 2009).

Dando escopo de conceitos que constituem a Teoria Social Cognitiva, está o construto da autoeficácia, ou o julgamento que o indivíduo aduz sobre a própria capacidade para agir num dado domínio (BANDURA, 1986). Este conceito é tratado com centralidade, pois entende-se que os indivíduos agem de acordo com suas “crenças pessoais”, permitindo que exerçam, em certa medida, um controle sobre como pensam, como podem agir e sentir. Por conseguinte, a autoeficácia pode ser definida como um autojulgamento das capacidades humanas de agir sobre certo aspecto de sua interação social, seja ela profissional ou pessoal, sendo um elemento basilar de motivação, autorrealizações e bem-estar do indivíduo (BANDURA, 1997; 2001; 2009).

Quando o indivíduo faz uma escolha pessoal por determinada atividade, este pode analisar suas habilidades no presente para realizá-las com êxito, julgando-se capaz ou não para obter sucesso na tarefa. Sendo assim, com processos cognitivos e metacognitivo, tem-se a possibilidade de criar diversos cenários prospectivos para tomada de decisão, determinando objetivos para realizar tarefas a contento.

Portanto, não basta o indivíduo possuir um arcabouço de competências e habilidades para realizar certa tarefa, mas este precisa ser capaz de mobilizar essa “caixa de conhecimentos” para realizá-las (BANDURA, 1986, 2009). Neste particular, as crenças de autoeficácia assumem o protagonismo correlato à condição preditiva e cognitiva na motivação e resiliência do ser humano, sobrepondo as condições de domínio de conhecimentos e habilidades (BANDURA, 2001, 2009).

Estas características foram definidas como processos mediadores de crenças de autoeficácia, sendo o cognitivo o primeiro processo, o responsável pela arquitetura de regras que influenciam tomadas de decisão sobre certos eventos, definição de metas e estratégias para alcançar objetivos propostos e criação de diferentes cenários para um mesmo problema para antecipação da solução (BANDURA, 1997).

O segundo processo é a seleção de atividade e ambiente e Bandura (1997) afirma que as pessoas querem obter total êxito sobre determinado comportamento que se propõem a realizar. Desta forma, buscam fazer escolhas para melhor controlar situações e ambientes que, de alguma forma, possam exceder suas habilidades e competências.

O processo mediador afetivo de autoeficácia é, segundo Bandura (1997), o fator que determina a modulação das interações afetivas conectadas a eventos de interesse do indivíduo. Sendo assim, apresenta-se o mediador de expectativas que define o grau de comprometimento motivacional e persistência empregados pelo indivíduo, frente a adversidades eventuais ao longo da busca do objetivo estabelecido no cumprimento de determinado comportamento.

Em seus estudos, Bandura (1977) identificou quatro fontes que constituem a autoeficácia, sendo elas: (i) experiências diretas ou de domínio – é representada pela realização da tarefa e é considerada a de maior influência, sobretudo por ser baseada nas experiências pessoais dos indivíduos, ressaltando que experiências exitosas fortalecem a crença da autoeficácia, assim como as derrotas enfraquecem; (ii) experiência vicária – baseia-se na observação da performance de outras pessoas, ou seja, quando se observa outros indivíduos realizando tarefas, podendo gerar autopersuasão de que conseguem superar suas respectivas expectativas; (iii) persuasão verbal – vastamente utilizada, por sua natureza simples e de disponibilidade imediata, em que os indivíduos são levados a crer em suas capacidades por meio de *feedback* positivos sobre seus desempenhos; o contrário também é verdadeiro; (iv) estados emocionais e fisiológicos – são as fontes provenientes de condições de estresse, fortes emoções e manifestações fisiológicas que podem afetar a autoeficácia percebida ao lidar, por exemplo, com ameaças ou desafios.

Os indivíduos observam suas reações psicofisiológicas associadas a diferentes situações, sejam elas boas ou ruins. Excitação emocional elevada, de forma geral, afeta negativamente a performance, enquanto reações de medo geram posteriores situações de desencorajamento, e isto pelo simples fato de o indivíduo pensar na situação. Sendo assim, em situações de estresse elevado, um indivíduo é levado a crer que não é capaz de superar o episódio em questão. Dessa forma, a autocompetência percebida, ou seja, saber o que fazer e o que pensar quando se está em um episódio de estado emocional elevado, pode ser menos suscetível a pensamentos incapacitantes diante de situações ameaçadoras (BANDURA, 1977; 2001; 2009).

Além das fontes constituintes da autoeficácia, Bandura (1986; 1997; 2009) afirma, ainda, que estas crenças são concebidas em torno de três dimensões distintas: (i) magnitude, que versa sobre o quanto o indivíduo se sente seguro com seu arcabouço de conhecimento para o desempenho de determinado comportamento ao qual se propôs realizar; (ii) força, que é o grau de abnegação e esforço dispendido e de que indivíduo é capaz de recrutar para alcançar o objetivo proposto; e (iii) generalização, relacionada à transferência da autoeficácia entre habilidades e ambientes em que o indivíduo é exposto.

Ao se aplicar a autoeficácia à formação de Policiais Militares, discute-se, nesta dissertação, o fortalecimento do modelo de ensino profissional para um ramo de atividade que tem como extrato social o conflito como base de atuação. É importante ressaltar que este profissional estará no exercício de sua atividade em constante criação e projeção de cenários prospectivos de como agir, sendo imprescindível que este não somente possua um arcabouço

de conhecimentos técnico-profissionais para tomada de decisão, mas que reconheça sua capacidade de utilizá-los, acreditando neles (SOUZA; BARDAGI; NUNES, 2013).

Ainda conectando a formação policial à teoria de autoeficácia, é possível destacar, nessa fase importante da construção da identidade profissional, o que discorre Souza *et al.* (2013) ao tratar da experiência vicária, fonte de autoeficácia, no processo formativo, sendo este altamente desejável. Os autores afirmam que não são somente as características individuais que formam o profissional militar preparado para o cumprimento de determinada atividade/objetivo, mas também o aprendizado coletivo desencadeado entre seus pares e dos líderes que o treinou/formou.

Formular a formação de um policial da carreira inicial também abrangendo aspectos motivacionais, tais como a autoeficácia, a partir da abordagem sociocognitiva, pode apontar na direção de que o indivíduo que será preparado para cumprir essa atividade tão complexa como a atividade policial necessitará utilizar suas cognições, tanto para as percepções do ambiente em que estará inserido quanto para sua capacidade de cumprir sua missão operativa, isto é, não somente pelo arcabouço de conhecimento apreendido na fase formativa, mas também por sua percepção de autoeficácia para fazê-lo.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996) e, ainda, na Matriz Curricular Nacional (MCN) (BRASIL, 2014), os discursos e agendas nacionais existentes sobre formação policial apontam para a necessidade de se formar profissionais capazes de lidar com as diferentes formas de violência, conflitualidades e criminalidade, buscando garantir a qualidade de vida e a integridade das pessoas mediante metodologias e técnicas fundamentadas nos princípios da legalidade, proporcionalidade e necessidade (BRASIL, 2014).

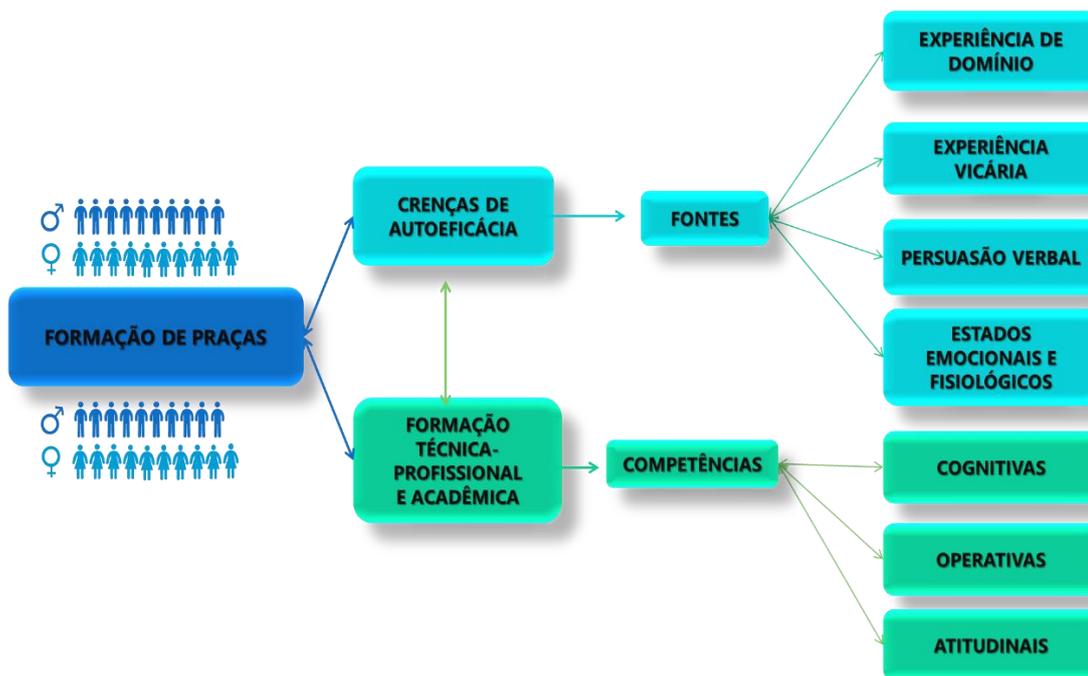
Neste sentido, em um mundo de constantes e contínuas transformações, faz-se necessário refletir criticamente acerca das diferentes habilidades e competências exigidas de forma dinâmica aos policiais militares, bem como nas ações proativas que devem ser executadas a fim de evitar que a violência e a criminalidade se expandam para níveis que fujam ao controle do Estado (MELLO, 2015). Assim, o debate sobre a formação desses policiais adquire importância, tanto no que tange à malha curricular, quanto à problematização acerca de aspectos motivacionais, de processamento de pensamentos e reflexões por meio da autoavaliação da competência e da autoeficácia, podendo melhorar a formação oferecida às praças (COELHO *et al.*, 2017).

Portanto, a utilização de uma técnica cada vez mais apurada e o conhecimento reflexivo do arcabouço legal (penal, processual, militar e administrativo/público), bem como

das próprias capacidades, além de uma formação ética abrangente e de uma preparação estratégica, podem aperfeiçoar o trabalho policial e solidificar os laços de cooperação e corresponsabilidade por parte de todos os órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública (BRASIL, 2014).

Diante deste cenário, constituiu-se a seguinte questão-problema: a) em que medida o curso de formação, atualmente oferecido, é capaz de contribuir para o desenvolvimento da autoeficácia das praças da PM para atuarem em atividades de segurança pública? A partir da questão-problema delineada, assume-se, nesta dissertação de mestrado, dois pilares conceituais: a formação de praças e as crenças de autoeficácia (Figura 4).

Figura 4 - Mapa conceitual das variáveis de autoeficácia aplicadas à tríade de competências almejadas em 2021, na Formação Policial Inicial.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A ideia do mapa conceitual, exposta pela Figura 4, é poder conectar a tríade das ações formativas da MCN com a teoria das crenças de autoeficácia, sendo esta a tríade de competências: 1) competências cognitivas – elaboradas com o objetivo de desenvolver o pensamento por meio do raciocínio investigativo e organização do conhecimento; 2) competências operativas – vislumbram a aplicação do conhecimento teórico na prática refletida, responsável e consciente; e 3) competências atitudinais – visam estimular o autoconhecimento e a percepção da realidade ao seu redor mediante o desenvolvimento de

suas potencialidades individuais, desenvolvendo a capacidade do indivíduo de interagir em diferentes ambientes, seja ele profissional, pessoal ou social (BRASIL, 2014).

Conecta-se, assim, com fontes de autoeficácia: 1) experiência de domínio, que são baseadas nas experiências pessoais do indivíduo, ressaltando que experiências exitosas fortalecem as crenças, enquanto as de derrota enfraquecem as crenças; 2) experiência vicária, que se baseia na obtenção de resultados e superações a partir da experiência alheia, de outro indivíduo, e pode ser advinda de seus pares, subordinados ou até de superiores, podendo gerar, assim, autossuperação; 3) persuasão verbal, de disponibilidade imediata, por discursos avaliativos do desempenho do indivíduo e que visa convencer pelo discurso a superar dificuldades e obstáculos; e 4) estados emocionais e fisiológicos, que são advindos das emoções e estresses absorvidos pelo indivíduo e que se manifestam em reações psicofisiológicas, podendo afetar a autoeficácia percebida em cenários de riscos e ameaças (BANDURA, 2001, 2009).

2. RELEVÂNCIA DA PESQUISA

2.1. Relevância acadêmica

Como ponto inicial para posicionar a relevância acadêmica deste estudo, realizou-se uma busca na base de dados de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), da UFPA, com a finalidade de saber se existem outros trabalhos correlatos com o tema estudado ou que, pelo menos, se aproximem da temática.

Dentro dessa base de dissertações do PPGSP, foram selecionados os trabalhos publicados no período entre 2011 e 2018, resultando na identificação de apenas três dissertações com temas que se aproximam com o desta pesquisa (Quadro 4). Com este levantamento, objetivou-se iniciar ou ampliar o debate acerca da temática estudada, circunscrevendo-se, para tanto, em temas que tratam sobre formação de praças, bem como pesquisas sobre crenças de autoeficácia na Polícia Militar do Pará.

Quadro 4 - Pesquisa na base de dissertações do PPGSP/UFPA sobre formação de praças e autoeficácia no interregno entre 2011 e 2018.

Título da dissertação	Autor	Orientador(a)	Pesquisou formação de praças?	Pesquisou autoeficácia na PM?
Formação dos soldados bombeiros do Estado do Pará: (re)significações das competências a partir da Matriz Curricular Nacional de Segurança Pública	Sandro Mendes Leal da Silva	Profa. Dra. Fernanda Valli Nummer	Sim	Não
Formação Profissional e Direitos Humanos: o Caso da Polícia Rodoviária Federal	Tainah Sousa do Nascimento	Profa. Dra. Andrea Bittencourt Pires Chaves	Não	Não
Desengajamento Moral e a Prática do <i>Bullying</i>	Ariane Lilian Lima dos Santos Melo Rodrigues	Profa. Dra. Maély Ferreira Holanda Ramos	Não	Não

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O levantamento dessas dissertações do PPGSP apontou para a relevância desta pesquisa, uma vez que o construto fruto da presente investigação ainda se mostra um campo pouco explorado dentro do programa, revelando-se menor ainda quando o recorte é sobre a formação do profissional de segurança pública; fato este que suscita, portanto, certo aprofundamento das discussões e estudos nestes aspectos, conectando os saberes das ações formativas com as teorias de autoeficácia aplicadas à Polícia Militar.

2.2. Relevância prática e institucional

A relevância prática-institucional é indicada por meio da análise das percepções de autoeficácia do profissional de segurança que está sendo formado pela Polícia Militar do Pará, assim como por apresentar uma proposta de instrumento de Autoavaliação dos Policiais Militares do Curso de Formação de Praças, que possa diagnosticar o padrão de ensino, o alcance pedagógico das disciplinas ofertadas e se o perfil profissional estabelecido está sendo alcançado, conforme previsão da matriz curricular e do projeto pedagógico do curso.

Desta forma, visa-se contribuir para correção, adaptação e melhoria da qualidade de ensino a cada novo ciclo de formação profissional, potencializando a formação desses policiais em habilidades e competências técnicas e acadêmicas com demandas específicas e

complexas da atividade de segurança pública; tudo isso em uma sociedade em constante movimento de mudanças.

Além disso, a referida proposta indicará uma aproximação com a Teoria Social Cognitiva (TSC), que pode indicar um novo caminho pedagógico na formação profissional com o intuito de instrumentalizar conhecimentos em aspectos motivacionais, cognitivos e metacognitivos, e não apenas habilitar técnica e academicamente os policiais e favorecer a elevação das suas crenças de eficácia. Portanto, a contribuição prática e institucional deste estudo será a de oferecer uma proposta de autoavaliação dos profissionais formados no Curso de Formação de Praças.

Em nível nacional, quase nenhuma diferença se percebe entre os centros de formação das unidades federativas brasileiras, atentando-se para a finalidade de “pavimentar” o caminho a seguir nesta pesquisa. Mesmo com visões particulares sobre certos aspectos da formação, algumas pesquisas (LIMA; BUENO; GUARACY, 2016; MIRANDA, 2011; BEM; SANTOS, 2016; SILVA, 2011; RICCIO; MIRANDA; MÜLLER, 2013) concordam que é necessário reformar o ensino profissional policial, notadamente a partir de conceitos sobre saberes humanistas, afastando de forma dicotômica e conflituosa o “guerreiro” (militar combatente) do profissional de segurança pública, que precisa ser revestido de mais conhecimentos de mediação de conflitos do que arbitral.

Neste sentido, considera-se possível, a partir da análise das percepções de autoeficácia dos formandos do Curso de Formação de Praças, a construção e aplicação de um instrumento de avaliação do curso na formação inicial do policial, conectando, assim, as quatro fontes descritas por Bandura (1977), quais sejam: a) domínio; b) vicária; c) persuasão verbal; e d) estados psicofisiológicos. Destaca-se que tais fontes contemplam amplamente tanto os eixos articuladores e suas áreas temáticas quanto a tríade das ações formativas previstas na Matriz Curricular Nacional inseridas nos projetos pedagógicos dos Cursos de Formação da Polícia Militar do Pará. Esta iniciativa, por sua vez, almeja o alcance das competências profissionais, entendidas como a capacidade de mobilizar saberes para agir em diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a autonomia intelectual.

3. REVISÃO DA LITERATURA

Para iniciar a revisão de literatura desta pesquisa, utilizou-se a técnica de levantamento bibliográfico a fim de gerar um agrupamento de estudos que possuem o mesmo

objeto de estudo e que, pelo menos, sejam análogos aos encontrados nesta investigação, tendo em vista uma melhor compreender o fenômeno em tela.

A metodologia descritiva também foi mobilizada nesta análise, uma vez que o levantamento realizado procurou estabelecer relação entre a formação policial e a autoeficácia. Os procedimentos técnicos utilizados correspondem ao tipo pesquisa bibliográfica, tendo sido analisados a partir de fontes secundárias, como, por exemplo, artigos científicos publicados em periódicos qualificados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

3.1 Identificação dos descritores

Para identificação dos descritores, utilizou-se uma técnica adaptada de pesquisas da área de psicologia, chamada de P.V.O., em que P refere-se a participantes/ contexto da pesquisa; V diz respeito às variáveis do estudo; e O concerne aos resultados esperados (BIRUEL; PINTO, 2011), tudo isto para identificar, descrever e analisar os estudos de formação policial e autoeficácia. A seguir, constitui-se a definição de alguns descritores relacionados ao tema em questão e que foram escolhidos a partir da técnica P.V.O. Posteriormente, realizou-se uma consulta aos descritores nos sites da SciELO e CAPES.

Destaca-se, ademais, que esse procedimento gerou resultados consideráveis para o descritor autoeficácia, tendo sido elencados os termos "autoeficácia" e/ou "*self-efficacy*" em contexto como os de domínio escolar, aplicação a docentes e ao êxito em alunos do ensino superior, porém, baixos resultados para formação policial e ensino policial, o que leva à hipótese de escassez de estudos científicos sobre o tema. Desse modo, considera-se como positiva a aplicação de operadores booleanos (OR - AND) indicados pela técnica P.V.O. para a realização dos cruzamentos (QUADRO 5).

Quadro 5 - Descritores e cruzamentos utilizados para busca de artigos sobre autoeficácia na formação policial e na Polícia Militar, nos diretórios de pesquisa da CAPES e SciELO, no período de 2010 a 2020.

Descritores	
Formação policial	Autoeficácia na Polícia Militar
Cruzamentos realizados para buscas nas bases de dados	
Formação policial x praças	Polícia Militar x Autoeficácia

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Os cruzamentos realizados foram: a) Formação policial x Praças; e b) Autoeficácia na Polícia Militar. Os portais de períodos da CAPES e da SciELO foram escolhidos pelos seguintes motivos: a) apresentam as maiores bibliotecas virtuais; b) abrangem periódicos científicos de alto nível; e c) contêm um acervo abrangente dos principais artigos publicados em diversas áreas, em nível nacional e internacional.

3.2. Refinamento e seleção dos artigos incluídos

O refinamento dos artigos se deu em relação àqueles que tratavam de formação de praças, que levantavam questões sobre ensino superior na formação de praças, novos modelos de ensino em segurança pública, que relacionavam autoeficácia na Polícia Militar. Quanto à tempestividade de trabalhos dos últimos 10 anos, optou-se pelos trabalhos mais recentes dentro deste critério.

Os materiais pesquisados precisaram passar por um refinamento para fazerem parte da pesquisa, obedecendo a estes critérios: 1) somente artigos na íntegra e gratuitos; 2) publicados nos últimos 10 anos; 3) escritos em inglês ou português; e 4) que tivessem os descritores “Formação policial”, “Autoeficácia” e “Polícia Militar” nos títulos e/ou nas palavras-chave. Os artigos que não atenderam aos critérios acima referidos foram descartados. A Tabela 1, a seguir, representa os resultados do cruzamento “Formação policial de praça”.

Tabela 1 - Resultado das buscas por cruzamento de artigos sobre formação policial de praças, encontrados nas bases de dados SciELO e CAPES, no período de 2010 a 2020.

Descritores Formação Policial x Praças			
Diretórios	Busca geral	Selecionados após a aplicação dos critérios	Total
SciELO	49	3	3
CAPES	9	4	4
Total			7

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A Tabela 1, como se pode perceber, descreve a busca geral para este cruzamento no site da SciELO, com quarenta e nove (49) resultados, enquanto no site da CAPES foram obtidos apenas nove (9) resultados. Após serem submetidos à leitura e análise, foram

coletadas as seguintes variáveis: a) palavras-chaves; b) fontes/participantes; c) ano de publicação; e d) tipo de pesquisa. Três (3) trabalhos foram selecionados no site da SciELO e quatro (4) no site da CAPES, totalizando a seleção de sete (7) artigos científicos.

É primordial citar que diversos cruzamentos foram feitos para que se chegasse a um resultado satisfatório de conteúdo, porém, encontrou-se uma baixa quantidade de literatura sobre os cruzamentos. Inúmeras tentativas de cruzamento foram realizadas, inclusive em diretórios estrangeiros, sendo que, nesse contexto, muito material foi encontrado nos seguintes descritores: “*police training*”, “*police graduation*” e “*police academy*”. Contudo, na fase de refinamento de seleção, observou-se que tais descritores não tinham relação com o tema estudado. A Tabela 2, a seguir, apresenta os resultados encontrados da busca pelo cruzamento de “Autoeficácia” e “Polícia Militar”.

Tabela 2 - Resultado da quantidade de artigos sobre Autoeficácia na Polícia Militar, encontrados nas bases de dados SciELO e CAPES, no período de 2010 a 2020.

Descritores Autoeficácia x Polícia Militar			
Diretório	Busca geral	Selecionados após aplicação dos critérios	Total
SciELO	62	2	2
CAPES	0	0	0
Total			2

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A Tabela 2 descreve a busca geral para este cruzamento no site da SciELO e apresenta sessenta e dois (62) encontrados. No site da CAPES, por sua vez, obteve-se zero (0) resultados na busca geral. Novamente, após a realização de leitura e análise do material levantado, as seguintes variáveis foram coletadas: a) palavras-chaves; b) fontes/participantes; c) ano de publicação; e d) tipo de pesquisa. Como resultado, apenas dois (2) trabalhos foram selecionados no site da SCIELO e nenhum no site da CAPES.

Considerando as duas buscas dos cruzamentos dos descritores nos respectivos sites de periódicos, chegou-se a cento e vinte (120) artigos selecionados que apresentavam as palavras-chave: “Formação policial”, “autoeficácia”, “ensino profissional” “formação de praças”. Após a aplicação dos critérios de refinamento e seleção, todos aqueles que não atendiam especificamente ou se agrupavam nos interesses da pesquisa foram descartados, restando um total de nove (9) artigos.

3.3. Caracterização dos artigos incluídos

Alguns procedimentos foram utilizados para viabilizar a realização das análises. Para mineração e realização de uma estatística de gráfico de colunas (que mostra visualmente como a amostra é), objetivando produzir análises qualitativas e quantitativas e promovendo uma melhor organização e visualização dos dados Dancey e Reidy (2007), mobilizou-se o *software* Excel 2016, como é mostrado no Quadro 7.

Quadro 6 - Categorização e dados dos artigos selecionados nos diretórios de pesquisa da CAPES e SciELO no período de 2010 a 2020, conforme seleção.

ARTIGO	DESCRITOR	ANO	AUTOR	QUALIS	METODOLOGIA
Limites da formação profissional policial militar: o caso ronda do quarteirão	Formação Policial	2012	Lara Abreu Cruz; Glauécia Mota Brasil	B2	Qualitativa
Entre a tradição e a inovação: a Matriz Curricular Nacional e a formação policial em Alagoas	Formação Policial	2016	Arim Soares do Bem; Sidcley da Silva Santos	B2	Qualitativa
Diploma para quê? A educação superior e os praças da Polícia Militar de Minas Gerais	Formação Policial	2017	Vicente Riccio	B1	Qualitativa
Formação inicial de soldados da polícia militar do estado do rio de janeiro no contexto da reforma gerencial do estado	Formação Policial	2018	Célia Cristina Pereira da Silva Veiga; José dos Santos Souza	B2	Qualitativa
A exigência do ensino superior para ingresso na polícia militar do Paraná: um campo emergente	Formação Policial	2019	Cristiano Israel Caetano	B4	Quanti-Quali
Educação corporativa e as políticas públicas: Influências e novos desafios para a formação do Profissional de Segurança pública	Formação Policial	2019	José Jailton Siqueira de Melo; Waldênia Leão de Carvalho	A2	Qualitativa
Profissionalização policial-militar e a judicialização da gestão pública no Brasil: Qual a escolaridade necessária para ser um profissional de segurança?	Formação Policial	2020	João Batista da Silva	B4	Qualitativa
Self-efficacy as a mediator of the relationship between subjective well-being and general health of military cadets	Autoeficácia na Polícia Militar	2014	Luciane Albuquerque Sá de Souza; Ana Raquel Rosas Torres; Genário Alves Barbosa; Tiago Jessé Souza de Lima; Luana Elayne Cunha de Souza	A2	Qualitativa
Autoeficácia e Qualidade de Vida no Trabalho: um estudo com policiais militares	Autoeficácia na Polícia Militar	2016	Eduardo Coelho; Carla Antloga; Marina Maia; Katsumi Takaki	A1	Quantitativa

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

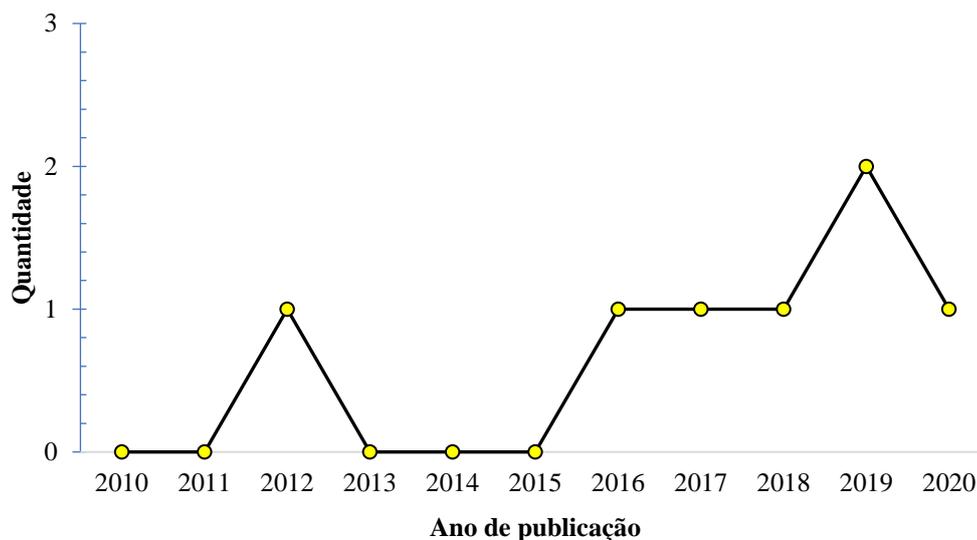
Quanto ao descritor “Formação policial”, utilizando o critério de inclusão do decênio 2010-2020, os dados sistematizados no Quadro 6 revelam que o ano com maior número de artigos publicados foi 2018, com dois (2) artigos, enquanto que nos demais anos apenas um (1) trabalho foi encontrado, em cada.

No que diz respeito ao descritor “Autoeficácia na Polícia Militar”, e à luz do critério de inclusão do decênio 2010-2020, os dois (2) artigos refinados e selecionados apresentaram estudos com mais de quatro (4) anos de consolidação em relação a esta pesquisa de 2020, sendo um (1) artigo de 2014 e um (1) de 2016.

3.4. Formação Policial

Na Figura 5, ainda levando em consideração o recorte temporal de decênio a partir de 2010, destaca-se que, quanto à formação de professores, sete (7) artigos foram encontrados, sendo o primeiro selecionado apenas em 2012. Em seguida, nota-se um hiato entre 2013 e 2015, retornando com uma frequência de um por ano entre 2016 e 2018, seguido por dois (2) artigos selecionados em 2019 e um (1) em 2020.

Figura 5 - Distribuição dos artigos científicos sobre Formação Policial segundo ano de publicação, no período de 2010 a 2020.



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

O primeiro artigo encontrado, de Cruz e Brasil (2012), teve o objetivo de verificar o modelo de polícia presente no ensino e treinamento profissional dos futuros soldados da Polícia Militar do Ceará (PMCE). A análise proposta baseia-se na documentação relativa aos currículos dos Cursos de Formação Profissional (CFP) para soldados do Ronda do Quarteirão de 2007 e 2009, em entrevistas com policiais formados nos cursos desse recorte temporal e na realização de um grupo focal com profissionais que participaram no planejamento e execução dos cursos. Identifica-se a realização de um ensino fragmentado e a manutenção de uma cultura baseada em valores rígidos, permeadas por uma hierarquia verticalizada e pouco afeita à crítica. Os principais resultados observados foram uma constatação que a formação profissional dos policiais militares no estado do Ceará, embora orientada por novos conteúdos, às vezes não tão novos assim, acaba sendo superada, sabotada pelo velho modelo tradicional de formação, mais identificado com ações repressivas do que preventivas.

Bem e Santos (2016), por seu turno, situam o estudo a partir das características específicas de elementos da formação policial se articuladas com a cultura organizacional da instituição Polícia Militar. Em complementação a essa linha, o estudo analisou, ainda, a configuração do plano de curso para formação de praças, o regimento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) e o Regulamento Disciplinar Escolar do Corpo Discente. A pesquisa utilizou uma abordagem metodológica qualitativa de análise documental, sendo possível identificar, como principal resultado do estudo, convergências entre o modelo adotado para formação inicial na Polícia Militar de Alagoas e as proposições feitas pela Matriz Curricular Nacional da SENASP.

A contribuição de Riccio (2017) analisou como as praças da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) com formação superior percebem a sua organização, a sua carreira e a relação com a sociedade. A pesquisa aborda um ponto controverso no estudo sobre a polícia: o papel da educação superior. No caso brasileiro, esta questão é reforçada pela existência de dois níveis hierárquicos em seus policiais militares: oficiais e praças. O estudo adotou metodologia qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas. A partir da análise dos dados, quatro categorias emergiram: capacidade crítica; conflitos hierárquicos; ausência de reconhecimento profissional; e abandono da carreira.

Os principais resultados apontados no estudo demonstram que a formação superior não apenas confere maior capacidade de desempenho da atividade policial, o que é um ponto positivo, mas também reforça conflito entre as duas classes da carreira policial (oficiais e praças). A pesquisa aponta ainda a falta de valorização pelo esforço pessoal de alcançar uma graduação para o melhor desempenho da atividade e conclui que o modelo de dupla entrada

das polícias brasileiras afasta os policiais com formação superior e aponta a necessidade de inserção do tema da mudança do modelo organizacional em uma agenda ampla de reformas das polícias.

A pesquisa de Veiga e Figueiredo (2018) teve objetivo de explicitar contradições existentes na configuração do Curso de Formação de Soldados (CFSd) (política de ensino da corporação) e a configuração da política de segurança pública em curso no período do recorte temporal na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

A metodologia é de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se insere na categoria de uma pesquisa documental, porém, utilizando entrevistas semiestruturadas com gestores da educação profissional da PMERJ e questionários aplicados a 983 policiais militares que concluíram o CFSd, a fim de garantir certo aprofundamento da análise.

Os resultados da pesquisa permitem afirmar que as mudanças ocorridas na política de segurança pública, a partir da Reforma do Estado, sofisticaram o discurso de mediação do conflito de classes ao propor modelos de policiamento pautado na concepção de polícia cidadã, embora a formação dos policiais da PMERJ continue pautada nas concepções de polícia repressiva e reforçadora da lei.

Caetano (2019) objetivou analisar as transformações legislativas em matéria de requisito de escolaridade para ingresso na Polícia Militar do Estado do Paraná, apresentando estatísticas da evolução educacional que a sociedade está alcançando e, conseqüentemente, alterando o modelo de ensino da instituição, tendente a incluir a exigência do diploma de curso superior para ingresso tanto nos quadros de oficiais quanto no de praças da Polícia Militar do Paraná (PMPR), bem como para impulsionar o desenvolvimento interno nas carreiras. A investigação também registra os estados brasileiros que instituíram tal alteração para ingresso, diante da possível aprovação da Legislação Federal em relação à condição mínima a ser exigida dos candidatos ao ingresso nas Polícias Militares Brasileiras. A pesquisa utiliza a metodologia quali-quantitativa, descritiva, de corte transversal e documental.

Melo e Carvalho (2019) buscaram investigar a política de formação dos profissionais de segurança de Pernambuco. Como metodologia, buscou-se o levantamento bibliográfico de forma descritiva, seguido por uma investigação dos dados dos últimos dez anos do recorte temporal em que se deu o estudo, analisando as políticas que envolvem a formação desses profissionais, da atuação e dos reflexos na sociedade. Os principais resultados obtidos concluem pela necessidade de reavaliação do modelo de ensino aplicado especificamente à formação e capacitação dos profissionais de segurança, por meio de políticas públicas consistentes para formar profissionais reflexivos e serviços de qualidade à sociedade.

Silva (2011), por sua vez, objetivou lançar luz sobre a profissionalização de operadores de segurança pública no Brasil, em especial, do policial militar. Assim, realizou uma análise a partir dos aspectos técnico-profissionais que envolvem a seleção e a formação policial, bem como dos parâmetros educacionais formativos que devem ser estabelecidos para alcance/manutenção do status de instituição profissionalizada, considerando a adequação da legislação promulgada no Estado do Rio Grande do Norte. O estudo fez uso de metodologia qualitativa de análise documental.

Os principais resultados alcançados reforçam a necessidade de adequação do modelo de ensino para policiais militares, visando à obtenção de melhores resultados prático-institucionais no exercício da atividade de segurança pública e creditando, ainda, a mudança da legislação estadual como fator de aprimoramento e modernização dos critérios de ingresso tanto para a Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN) quanto para o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN).

3.5 Autoeficácia na Polícia Militar

Quanto aos descritores e cruzamentos sobre autoeficácia na Polícia Militar, após aplicação dos critérios estabelecidos para seleção, apenas dois (2) artigos foram encontrados nos diretórios pesquisados, o que, por um lado, pode parecer, em rasa análise, um campo pouco explorado. Por outro lado, identificou-se a oportunidade de aplicar os conhecimentos nesse campo de estudo para formação de policiais militares da carreira inicial.

O primeiro artigo de Souza *et al.* (2014) objetivou investigar o papel da crença na autoeficácia como mediadora da relação entre o bem-estar subjetivo e a saúde geral de cadetes (alunos policiais e bombeiros militares). Para tanto, participaram 228 cadetes, sendo a maioria de oficiais da Polícia Militar (65%), do sexo masculino (79%), com idades variando entre 17 e 34 anos (99%) e declarados solteiros (74%).

Os participantes responderam sobre medidas de saúde geral (QSG-12), autoeficácia geral percebida, as múltiplas escalas que compõem o bem-estar subjetivo e perguntas demográficas. Análises iniciais de regressão apontaram o poder preditivo do bem-estar subjetivo sobre a saúde geral. Os resultados das análises de mediação lançaram evidências satisfatórias para o papel da crença de autoeficácia como mediadora da relação entre as variáveis do bem-estar subjetivo e a saúde geral de cadetes militares. As implicações destes resultados na formação foram discutidas.

Findando a análise desse recorte da pesquisa tem-se o artigo de Coelho *et al.* (2016), o qual teve como objetivo identificar a existência de relação entre qualidade de vida no trabalho e crenças de autoeficácia geral na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). A pesquisa se configura como estudo de caso, de delineamento correlacional e abordagem quantitativa. Os autores utilizaram o Inventário de Avaliação de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e a Escala de Autoeficácia Geral. 1027 policiais militares participaram do estudo, sendo 895 homens e 114 mulheres, com média de 16 anos de efetivos serviços prestados à PMDF. A análise dos resultados evidenciou não haver correlações evidentes entre QVT e autoeficácia, concluindo que o cerne de utilização das crenças de autoeficácia não deve ser focado tão somente em bem-estar.

Sintetizando os artigos selecionados após os critérios de inclusão, é possível observar que grande parte dos estudos relevantes, voltados para área de formação inicial policial (praças) na última década (2010-2020), giram em torno da melhoria na qualificação da formação, discutem e questionam os modelos, urgem por reconhecimento acadêmico sobre segurança pública e, principalmente, lançam luzes sobre a questão da inadequação do modelo de formação que vem sendo utilizado em consonância com as transformações sociais da sociedade brasileira, bem como as transformações que as próprias instituições policiais vêm passando ao longo da última década.

Em referências aos estudos que conectam a TSC por meio do construto das crenças de autoeficácia na atividade policial, observa-se um campo com poucos estudos, mas com grande potencial. Levando-se em conta os achados nos artigos, nota-se que esse caminho científico no desenvolvimento de um agente de uma atividade tão complexa pode ofertar um novo modelo de formação policial, menos reativo e mais reflexivo no perfil profissional.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Analisar a percepção de autoeficácia de praças da Polícia Militar do Pará quanto às competências da tríade das ações formativas do Curso de Formação de Praças, tendo em vista a construção de um instrumento de autoavaliação para compor o projeto pedagógico.

4.2 Objetivos Específicos

São objetivos específicos desta dissertação:

a) Avaliar a autoeficácia de soldados da Polícia Militar (PM) aplicada à percepção de desempenho a partir do Curso de Formação de Soldados da PM do Pará (Artigo 1).

b) Analisar estudos de formação profissional em diferentes níveis e áreas, pautados em investigações de autoeficácia (Artigo 2).

e) Construir uma proposta de instrumento de avaliação para o projeto pedagógico do Curso de Formação de Praças, aplicando o conceito da autoeficácia (produto técnico).

5. METODOLOGIA

5.1. Natureza da pesquisa

A natureza da pesquisa é aplicada, tendo em vista o estudo do modelo de ensino profissional policial com vistas ao aprimoramento do sistema de ensino e da formação inicial de praças. Assim descrito por (PRODANOV; FREITAS, 2013), essa natureza de pesquisa busca gerar conhecimentos para aplicação prática, os quais podem ser utilizados para soluções em problemas específicos, mas sempre permeados por interesses e éticas organizacionais próprias.

Em relação à abordagem do problema, salienta-se seu caráter quali-quantitativo (misto) que se justificam na utilização de instrumentos padronizados de coleta de dados, tais como questionários e formulários, que conduzem a resultados de natureza quantitativa (GIL, 2008). Em conexão, tem-se um método de interpretação célere, atualizado e completo de uma realidade específica, que considera que um fenômeno estudado não pode ser explicitado e explicado fora de um contexto sociopolítico e econômico (PRODANOV; FREITAS, 2013).

No que concerne aos objetivos, optou-se por uma perspectiva exploratória. Isto porque, a fim de se familiarizar com o assunto estudado, busca-se primeiramente observar as dinâmicas tradicionais e corporativas envolvidas na atividade por meio de vivência pragmática característica do autor nativo, analisando a cultura policial empírica e fazendo uso de levantamento bibliográfico, entrevistas e análise dos projetos pedagógicos.

Gil (2008) afirma que este tipo de pesquisa visa aproximar mais o pesquisador em relação ao problema, facilitando, assim, a formulação de hipóteses. Ademais, essa modalidade concentra esforços em melhorar ideias já consolidadas e tem como característica principal a flexibilidade no planejamento, pois pode elencar os mais variados vetores do objeto de estudo.

Optou-se, também, por uma abordagem descritiva. Nela, para que a informação seja acessível e de fácil manuseio, é necessário imprimir um tratamento adequado, com a finalidade de chegar a representações condensadas e explicativas de certo fenômeno ou realidade. Ainda, é possível vincular mais informações aos objetivos propostos e elucidar determinados estereótipos (BARDIN, 1977).

Quanto aos procedimentos técnicos, dois enfoques adquirem destaque: 1) pesquisa bibliográfica – que tem por objetivo identificar o problema de pesquisa naquele momento estudado, bem como os trabalhos que já foram realizados e as opiniões que convergem sobre o tema (PRODANOV; FREITAS, 2013). Também neste enfoque, ressalta-se que estudos bibliográficos fazem uso de fontes secundárias compostas por literatura amplamente divulgada e manipulada em relação ao tema, como descreve Kripka, Scheller e Bonotto (2015); e 2) levantamento (*survey*, pesquisa de campo) – objetivando conseguir reunir conhecimentos e informações acerca do problema de pesquisa, podendo, com isso, refutar ou confirmar respostas, descobrir novos fenômenos e fatos e a maneira como estes se apresentam espontaneamente, assim coletando e analisando os dados considerados relevantes para a pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

5.2. Protocolo de pesquisa Bibliográfica

5.2.1. Diretórios de busca

Para obtenção da bibliografia correlata ao tema estudado, foram utilizados os seguintes diretórios de busca nesta pesquisa: a Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Google Acadêmico, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

5.2.2. Fontes

Em relação à seleção das fontes, mobilizaram-se os seguintes descritores de busca: Formação Policial, Formação profissional e Formação e Autoeficácia. Quanto aos critérios de inclusão das fontes, eles foram: artigos publicados nos últimos 10 anos, que tivessem os descritores nos títulos e palavras-chave, escritos em português ou inglês.

A busca inicial, levando em consideração os descritores, apresentou um total geral de 465 artigos científicos nos quatro (04) diretórios utilizados, sendo que, após o processo de refinamento, doze (12) artigos foram selecionados, pois atenderam aos critérios de inclusão.

5.2.3. Coleta de dados

Para o direcionamento da coleta dos dados utilizados na pesquisa, foram extraídos dados sobre quantidade de estudos sobre autoeficácia e formação no Brasil, bem como quais as abordagens metodológicas mais utilizadas, quem eram os participantes e a conexão das palavras-chave com os temas dos artigos científicos.

5.2.4. Análise de dados

Com abordagem quantitativa, efetuou-se a análise descritiva dos dados com cálculo de percentuais, além de uma investigação qualitativa dos dados com a análise de conteúdo, momento em que se buscou descrever o conteúdo sob a ótica do processo de comunicação, e isto por meio de falas ou de textos formatados por procedimentos sistemáticos que proporcionaram o levantamento de indicadores (quantitativos ou não) e permitiram a realização de inferência de conhecimentos (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

Especificamente no âmbito da análise de conteúdo, foram utilizadas as seguintes técnicas: (i) lexical, que realiza, por meio de métodos estatísticos, a descrição do vocabulário e se conecta a análise de conteúdo através de unidades de significações simples e por remeterem para classificações e contabilização de frequências; e (ii) categorial, a qual opera mediante o desmembramento do texto em categorias segundo reagrupamentos analógicos (BARDIN, 1977).

5.3. Protocolo de levantamento – Pesquisa de campo

5.3.1. *Lócus*

A pesquisa foi realizada na Polícia Militar do Pará, com os soldados da última turma do Curso de Formação de Praças (CFP-2018/2019), polo Belém.

5.3.2. Participantes

Um censo foi realizado com a população composta por 283 Policiais Militares provenientes dessa última turma, declarados praças da graduação inicial dos quadros da Polícia Militar do Pará.

5.3.3. Coleta de dados

O instrumento de coleta, autoaplicado (APÊNDICE A), foi composto por trinta perguntas divididas em três grandes grupos de competências (cognitivas, operativas e atitudinais), os quais fazem parte da Matriz Curricular Nacional (MCN) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) (BRASIL, 2014). Foram definidos três (3) intervalos de respostas: capaz, nem capaz nem incapaz e incapaz. Por meio deles, buscou-se compreender a manifestação da autoeficácia na relação do aprendizado teórico adquirido no período de formação com a prática profissional recém-adquirida. Também, ressalta-se que este instrumento foi construído especificamente para fins desta pesquisa, levando-se em consideração a tríade de competências da MCN.

Um documento foi produzido e remetido ao Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Pará, por meio da parte, sem número - PM2/2019, datado de 03 de junho de 2019, e que versa sobre autorização para realização da pesquisa junto aos formandos do Curso de Formação de Praças, bem como aos sujeitos da pesquisa, os quais também autorizaram ser submetidos ao preenchimento do instrumento de coleta.

Além das perguntas provenientes dos grupos de competências descritos na MCN, foram incluídos dados de caracterização, como: sexo; formação; estado civil; se possui filhos; profissão anterior; e avaliação do Curso de Formação de Praças 2018/2019 (com notas entre 0 a 10);

5.3.4. Procedimentos éticos

O protocolo ético foi submetido à Comissão de Ética da Pesquisa, aprovado com o Parecer Nº 3.788.991. Mediante este documento, garantiu-se o anonimato dos participantes, bem como se ressaltou a voluntariedade dos policiais e a concessão da Corporação Polícia Militar do Pará para realização da pesquisa. Outrossim, assegurou-se a observância da vigilância epistemológica no que tange ao distanciamento do que é praticado de forma sistêmica no ensino profissional policial, sobretudo em relação ao que se busca identificar como resposta científica à problemática da pesquisa.

5.3.5. Análise de dados

As informações coletadas foram tratadas com base no método de estatística descritiva que visa realizar uma análise prévia dos dados antes de aplicar qualquer técnica estatística. Nesta ordem, o pesquisador consegue ter um entendimento básico dos seus dados e das variáveis a serem analisadas. Em seguida, faz-se uso de tabelas, gráficos e medidas descritivas como ferramentas de análise, de forma a viabilizar certo conhecimento de causa ao pesquisador e, assim, possibilitar uma síntese e organização dos dados com a finalidade de obter informações imprescindíveis para a resposta daquilo que se está pesquisando (BUSSAB; MORETTIN, 2013).

CAPÍTULO 2

2. ARTIGOS CIENTÍFICOS

ARTIGO 1

Autoeficácia e o Desempenho de soldados da Polícia Militar
Self-efficacy and Performance of Military Police Soldiers
Autoeficacia y desempeño de los soldados de la policía military⁴

Fabício Silva Bassalo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9417-9176>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: fabassalo@gmail.com

Maély Ferreira Holanda Ramos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6150-6345>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: maelyramos@hotmail.com

Silvia dos Santos de Almeida

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4817-7804>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: salmeidaufpa@gmail.com

Emmanuelle Pantoja Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0134-4350>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: emmanuellepantojas@gmail.com

Resumo

A temática acerca da formação policial no Brasil tem ocupado lugar nas discussões sobre novos modelos de segurança pública e perfil profissional adequados à atividade policial ostensiva. Neste sentido, buscou-se avaliar a percepção de autoeficácia de desempenho na formação dos soldados da Polícia Militar. Para isto, realizou-se pesquisa de campo e aplicação

⁴ Artigo publicado em julho de 2020, na revista *Research, Society and Development* (ISSN 2525-3409), de acordo com as normas da publicação.

de formulários, a fim conhecer aspectos específicos dos mesmos. Participaram da pesquisa 284 recém-formados no Curso de Formação de Praças 2018/2019. Os resultados mostraram que 63% participantes apresentam-se acima do grau de escolaridade exigido pelo concurso. Quanto à avaliação do curso, segundo a percepção dos mesmos, as notas com maior expressão foram 1 (0,4%) e 8,0 (33,2%). Ao considerar a formação para capacidades de compor sindicância policial e capacidade de interagir com órgãos da justiça, 75,6% possuem nível superior completo, 70,8% possuem ensino superior incompleto e 55,2% possuem ensino médio, os quais responderam se sentir capazes para o item, corroborando a ideia de que os mesmos apresentam níveis de autoeficácia. Sugere-se que estudos futuros possam abranger novos polos de formação, a fim de compreender outras localidades.

Palavras-Chave: Autoeficácia; ensino profissional policial; formação policial; ensino.

Abstract

The theme about police training in Brazil has taken place in discussions about new models of public security and an adequate professional profile for executive police activity. In this matter, we sought to evaluate the perception of performance of self-efficacy in the training of soldiers of the Military Police. A field research was conducted in a survey in order to know specific aspects of personal perception. A total of 284 graduates from 2018/2019 class participated. The results showed that 63% participants are above the level of education required by the contest. Regarding the evaluation of the course, according to their perception, the grades with the highest expression were 1 (0.4%) and 8.0 (33.2%). Considering the training for police inquire skills and the ability to interact with justice agencies, 75.6% have completed higher education, 70.8% have incomplete higher education and 55.2% have high school, which answered feeling capable for this item, corroborating the idea that they have levels of self-efficacy. It is suggested that future studies may encompass new training hubs in order to understand other regions.

Keywords: Self-efficacy; professional police training; police training; teaching.

Resumen

A temática acerca de la forma policial en Brasil tem ocupado lugar nas debater sobre nuevos modelos de seguridad pública y perfil profesional adecuado para la acreditación policial ostensiva. En este sentido, bus-se avaliar aef isto, realizou-se uma pesquisa de campo,

utilizando formulários, un fim conhecer aspectos específicos dos mesmos. Participaram da pesquisa 284 recém-formados no Curso de Formação de Praças 2018/2019. Os resultados mostraram que do grau de escolaridade exigido pelo concurso. Quanto à avaliação do curso, segundo a percepção dos mesmos, como notas com maior expressão foram 1 (0,4%) y 8,0 (33,2%). de compor sindicância policial y capacidade de interagir com órgãos da justiça, 75,6% possuem nível superior completo, 70,8% possui ensino superior incompleto e 55,2% possui ensino médio, os quais responderam se sentir capazes for item, corroborando uma ideia de que os mesmos apresentam níveis de autoeficácia. Sugere-se que estudos futuros possam abranger novos polos de formação, afim de compreender outras localidades

Palabras clave: Autoeficacia; policia formación profesional; entrenamiento policial; enseñanza.

1. Formação policial

A segurança humana ocupa lugar de destaque nas discussões mundiais sobre o equilíbrio na vida em sociedade, mesmo sabendo que cada sociedade define, de acordo com as características sociais, culturais e legais, os limites do que é aceito ou não como regras e transgressões. Aspectos similares são observados no que tange ao estabelecimento da criminalidade e da violência como fenômenos sociais, sejam estes causados por conflitos característicos de conflitos armados (guerras) ou por fatores sociopolíticos e econômicos (Mcenvoy & Hideg, 2017).

Szabó & Risso (2018) ponderam que no Brasil vive-se uma crise de segurança grave e com percepções de que não haja soluções visíveis para resolver o problema nesse contexto. Dessa maneira, o Estado se mostra ineficiente em suas políticas públicas de gestão e governança, o que engendra graves consequências com rebatimentos diretos em um dos pilares de estabilização de qualquer nação democrática: a segurança pública.

Nos últimos vinte anos, políticas públicas equivocadas, modelos reativos de enfrentamento do crime e ausência do Estado em áreas como infraestrutura das cidades, saúde, educação e falta de reformas nas organizações policiais, influenciaram diretamente a percepção da sociedade quanto ao modelo de segurança pública adotado no País. Considera-se que pela diversidade da nação brasileira não é possível produzir soluções generalistas ou até mesmo unificadas, isto é, que possam servir a todos os estados da federação (Soares, 2006). Nesta linha de raciocínio, o autor destaca a ausência de planejamento estratégico,

entendendo que a formação e o treinamento, se não inadequados, estão, pelo menos, em desacordo com o volume exorbitante de desafios impostos por uma sociedade em transformação exponencial como a brasileira (Soares, 2006; Leal 2016).

Neste contexto, o senso comum, geralmente, descreve o policial militar como um profissional despreparado, truculento, corrupto, desprendido da realidade, com baixa escolaridade, cultura geral e que apenas cumpre a função repressora do Estado. Silva e Sento-Sé (2013) discorrem sobre a imagem do ofício policial, principalmente das distorções do que vem a ser o trabalho desenvolvido pelo policial, e de como este é construído socialmente, relegando assim a atividade a um menor grau de importância aos olhos da sociedade, deste modo, pelo menos aos olhos do senso comum, não necessitando um nível de qualificação mais apurado.

Desta forma, questiona-se como este indivíduo, que antes de ser policial é um ser social, cidadão, com suas próprias crenças, características próprias, formação e visão de mundo, é preparado e formado pelo Estado para exercer a função de escudo e protetor dos valores estabelecidos por ordenamento jurídico e convenções sociais, respeitando preceitos constitucionais de cidadania em uma sociedade de extremos (Menandro & Souza, 1996).

Poncioni (2014) problematiza que, em se tratando do Brasil, diante da relação entre formatar a identidade profissional do policial (características, atributos e habilidades) e a formação policial ofertada pelos centros de formação, ainda existe um “abismo”, sobretudo por haver escassez de literatura sobre o tema e poucas experiências práticas, o que dificulta ainda mais as discussões sobre novos modelos de ensino policial.

A visão social empírica da função do policial, por seu turno, reforça a imagem do profissional despreparado, mas subserviente a qualquer demanda social, em que se enxerga como premissa o ato de punir o transgressor, mas não a transgressão; e que cumpra, dependendo da conveniência, os dois aspectos exigidos pela demanda social: o do garantidor de direitos e, ao mesmo tempo, o de “carrasco”, que aplica punição capital àqueles considerados páreas sem recuperação por esta mesma sociedade.

Sendo assim, faz-se necessário discutir a formação policial, pois, conforme descreve Silva (2009), a formação do policial militar precisa dar conta do modelo institucional eminentemente militar, ligado às tradições, às normas e aos comportamentos padronizados, mas também do exercício da atividade civil, que é a de exercer o policiamento ostensivo; fato que reflete, assim, uma dupla identidade profissional.

Apesar das tentativas de melhorar o sistema de ensino policial no Brasil, é preciso considerar que este processo envolve crenças, simbolismos e valores ligados à formação

militar (Poncioni, 2004; 2014). Neste contexto, elenca-se a autoeficácia e a avaliação de desempenho como possíveis instrumentos de transformação da atividade policial, de modo a vislumbrar um novo campo para atingimento de objetivos cognitivos, atitudinais e operativos envolvidos no exercício do trabalho.

2. Autoeficácia e Percepção de Desempenho

No Pará, a carreira profissional do policial militar é iniciada com declaração de aspirante a oficial, via concurso, podendo chegar ao último posto da corporação, desde que, ao longo da carreira, o oficial cumpra as exigências legislativas vigentes. Destaca-se, neste momento, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), condição indispensável para concorrer ao posto imediato de major Polícia Militar, e o Curso Superior de Polícia, efetuado para habilitar os oficiais do penúltimo posto da PM (tenente-coronel) à promoção de coronel (Pará, 2016; 2017).

Outra porta de entrada é o provimento de vagas para o Curso de Formação de Praças, que também segue suas respectivas graduações e interstícios, iniciando na graduação de soldado e seguindo até a graduação de subtenente, desde que se cumpram os Cursos de Adaptação a Graduação de Sargentos (CGS) e o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS) (Pará, 2016; 2017).

Considerando a relevância da formação policial, entende-se que este processo deve ir para além da mera capacitação operacional, com o objetivo de fazer o profissional não apenas cumprir uma tarefa específica, mas, além disso, que possa constituir capacidades de automonitoramento e autoavaliação, as quais são reguladas por suas crenças pessoais. É importante privilegiar saberes que contemplem um arcabouço metacognitivo. Neste particular, Bandura (1977; 1986) apresenta os conceitos da autoeficácia como a crença de uma pessoa na sua capacidade para realizar tarefas com qualidade; crenças estas que estão relacionadas à motivação quanto ao uso de recursos cognitivos adquiridos para traçar metas tendo em vista o alcance de um objetivo.

Assim, pensar em formação policial sob essa ótica é tornar o aprendizado menos resistivo e mais responsivo e analítico, uma vez que, ao receber conhecimentos que irão gerar habilidades específicas, a crença na capacidade pessoal de que pode lançar mão destas para obter sucesso na realização da tarefa poderá criar maior possibilidade de eficácia nas tarefas. Portanto, quanto maior a geração de expectativas de eficácia, maior será o esforço despendido pelo indivíduo para superar dificuldades (Bandura, 1977; Ramos 2015; Ramos *et al.*, 2016). Vale ressaltar, no entanto, que a crença da autoeficácia, tomada isoladamente, não

chancela o sucesso, pois ela deve ser acompanhada de um conjunto de saberes que tornam o indivíduo capaz de organizar um cenário futuro para a realização da tarefa (Bandura, 1986).

Segundo Bandura (1977; 2018), as crenças de autoeficácia são constituídas por meio de quatro (4) fontes distintas, a saber: experiência de domínio, experiência vicária, persuasão verbal e estados afetivos e fisiológicos.

A experiência de domínio é baseada nas experiências pessoais dos indivíduos, ressaltando que vivências exitosas fortalecem a crença da autoeficácia, assim como as derrotas enfraquecem. A experiência vicária baseia-se na *performance* de outras pessoas, ou seja, quando se observa outros indivíduos realizando tarefas que para si não pareciam capazes, podendo gerar autopersuasão de que conseguem superar suas respectivas expectativas. A persuasão verbal é vastamente utilizada, dada a sua natureza simples e de disponibilidade imediata em que os indivíduos são levados a crer, por meio de avaliações dos seus desempenhos, que podem superar obstáculos (Bandura, 1977, 1986; Ramos, 2015; Ramos *et al.*, 2016).

Os estados afetivos e fisiológicos são as fontes provenientes de condições variadas, como estresse, fortes emoções e manifestações fisiológicas que podem afetar a autoeficácia percebida ao lidar com ameaças. Os indivíduos observam suas reações psicofisiológicas associadas a diferentes situações, sejam elas boas ou ruins. Excitação emocional elevada, de forma geral, afeta negativamente a *performance*, enquanto as reações de medo geram posteriores situações de desencorajamento, pelo simples fato do indivíduo pensar na situação. Sendo assim, em situações de estresse elevado, por exemplo, um indivíduo é levado a crer que não é capaz de superar o episódio em questão. Desta forma, a autocompetência percebida pode ser mais suscetível a pensamentos incapacitantes diante de situações ameaçadoras (Bandura, 1977, 1986; Ramos, 2015; Ramos *et al.*, 2016).

Entende-se que discutir esses aspectos na formação do policial militar poderá contribuir para o melhoramento do desempenho de sua função. Diante do exposto, tem-se como objetivo avaliar a autoeficácia de soldados da Polícia Militar (PM) aplicada à percepção de desempenho a partir do Curso de Formação de Soldados da PM do Pará.

2. Metodologia

2.1. Natureza na pesquisa

Quanto ao problema, a abordagem de pesquisa é quantitativa, uma vez que se busca apontar, estatisticamente, a autoeficácia aplicada à percepção de desempenho sob a ótica dos

conhecimentos adquiridos durante a fase de formação profissional dos Soldados da Polícia Militar da turma de 2018/2019 (Silva *et al.*, 2014).

No que diz respeito aos objetivos, utilizou-se da abordagem descritiva, pois foram observados, analisados, registrados e catalogados os aspectos da autoeficácia quanto aos conhecimentos adquiridos no Curso de Formação de Praças da Polícia Militar do Pará, na turma 2018/2019, tendo sido este escolhido com o intuito de identificar, registrar, analisar vetores e variáveis que dimensionam o fenômeno estudado (Perovano, 2016). Os procedimentos da pesquisa foram norteados pela técnica de pesquisa de campo mediante levantamento, de modo a conhecer aspectos específicos do tema estudado e quantificá-los para a análise dos dados (Gil, 2002).

2.2. Delimitação do contexto e seleção dos participantes

A pesquisa foi realizada na Polícia Militar do Pará, com os soldados recém-formados no Curso de Formação de Praças 2018/2019, polo Belém. Acrescenta-se que esta turma específica contou com a última atualização da malha e desenho curricular dos cursos de formação, ora realizado na corporação.

Esta atualização consta do documento “Projeto Pedagógico - Curso de Formação de Praças 2018”, o qual descreve o desenho curricular em consonância com a Matriz Curricular Nacional, dividindo as disciplinas e módulos por eixos temáticos, totalizando uma carga horária de 1.300 hora/aula.

Realizou-se um censo com a população composta por 283 Policiais Militares provenientes da última turma do Curso de Formação de Praças, polo Belém, declarados praças da graduação inicial dos quadros da Polícia Militar do Pará.

2.3. Cuidados Éticos, Coleta e Análise de dados

Foi oficiado ao Chefe do Estado Maior da Polícia Militar do Pará, por meio da parte, sem número - PM2/2019, de 03 de junho de 2019, solicitando autorização para realização da pesquisa junto aos formandos do Curso de Formação de Praças, bem como aos sujeitos da pesquisa, que também autorizaram ser submetidos ao preenchimento do instrumento de coleta.

O instrumento de coleta, a escala tipo Likert, autoaplicada, foi composto por trinta (30) perguntas divididas em três grandes grupos de competências (cognitivas, operativas e atitudinais) que fazem parte da Matriz Curricular Nacional (MCN) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) (Brasil, 1988; 2014). Foram definidos três (3) intervalos de

respostas – incapaz, nem capaz nem incapaz e capaz – com o fito de compreender a manifestação da autoeficácia na relação do aprendizado teórico adquirido no período de formação com a prática profissional recém-adquirida. Este instrumento foi criado especificamente para este estudo, sendo de autoria própria.

Além das perguntas provenientes dos grupos de competências descritos na MCN, foram incluídos dados de caracterização, como: sexo, formação, estado civil, se possui filhos; profissão anterior; e avaliação do curso de formação de praças 2018/2019 (com notas entre 0 a 10). O protocolo ético foi seguido, garantindo o anonimato dos participantes e com aplicação do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), bem como ressaltando a voluntariedade dos policiais e a concessão da Corporação Polícia Militar do Pará, para realização da pesquisa.

As informações coletadas foram tratadas com análise exploratória dos dados, com método de estatística descritiva, fazendo uso de tabelas, gráficos e medidas descritivas como ferramenta de análise (Bussab & Morettin, 2013).

3. Resultados e Discussão

Para melhor compreensão e descrição das dimensões encontradas na coleta, a apresentação dos dados ficou dividida em: (i) caracterização dos participantes; e (ii) percepções de autoeficácia aplicada ao desempenho após curso de formação.

3.1. Caracterização dos participantes

Neste tópico serão dispostos os resultados referentes à caracterização dos participantes. Assim, no que diz respeito à divisão dos sexos dos participantes da amostra da pesquisa, identificou-se que 218 policiais militares são do sexo masculino (77%), e 68 são do sexo feminino (23%).

Ao tratar esse dado preliminar, é válido ressaltar que, na Polícia Militar do Pará, não há diferenciação de cargos e funções para homens e mulheres, haja vista que todos concorrem em condições iguais. Porém, é importante citar que a legislação de ingresso define a proporção a ser utilizada como parâmetro para construção do edital do concurso público (Pará, 2016).

Quanto à formação dos policiais militares, 105 possuem nível médio (37%), sendo a exigência de grau mínimo de instrução prevista no edital do concurso; enquanto 82 policiais (29%) do censo possuem nível superior completo e 96 policiais (34%) possuem superior incompleto. Um ponto importante a ser destacado nesta variável é o número de participantes

que estão acima do grau de escolaridade exigido pelo edital do concurso, representando, se somados os participantes com nível superior completo e incompleto, um percentual de 63% do total, ou seja, um quantitativo expressivo quanto ao nível intelectual dos participantes.

Os participantes também informaram seu estado civil, inferindo-se que mais da metade do censo é composto por solteiros (as), com 159 policiais (56,2%), seguido de 61 militares casados (as) (21,6%), 57 em união estável (20,1%) e, por fim, seis (6) dos participantes (2,1%) encontram-se divorciados. Indagados se possuíam filhos, 120 policiais militares informaram possuir filhos (42,4%) e 162, não (57,2%). Ressalta-se que apenas um (1) participante deixou de responder à pergunta. Ainda na caracterização dos participantes, a pesquisa questionou acerca de uma avaliação dada por eles próprios ao curso da corporação. As notas variaram de 1 a 10, conforme se pode observar na Tabela 2.

Tabela 1

Avaliação dos participantes quanto ao curso da Polícia Militar, com notas de 1 a 10.

Avaliação-Nota	Quantidade	Percentual
1	1	0,4
5	3	1,1
6	11	3,9
7	36	12,7
8	94	33,2
9	4	1,4
9	75	26,5
10	46	16,3
Total	270	95,4

*Nota: 13 participantes não responderam à pesquisa.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Nos resultados relativos à avaliação do referido curso, observou-se que os pontos extremos foram uma avaliação mínima (nota 1), representando 0,4% do censo, enquanto 94 participantes avaliaram o curso com nota 8, representando o maior percentual do censo 33,2%. Vale ressaltar que 13 participantes (4,6%) preferiram não responder à pergunta (Tabela 1).

3.2. Percepções de autoeficácia aplicada ao desempenho após curso de formação

Como descrito anteriormente, e a partir das informações extraídas da MCN, foram escolhidas trinta (30) perguntas divididas em três (3) grupos de competências julgadas

essenciais e preponderantes para a formação profissional do policial militar. Neste contexto, para fins de análise dos dados, foram selecionadas duas perguntas de cada grupo de competências, consideradas mais significativas pelas respostas obtidas no formulário.

Ademais, torna-se imprescindível ressaltar que a escolha por analisar as competências corresponde à avaliação de questões que estejam fora do eixo estritamente técnico-profissional da atividade policial, ou seja, as disciplinas inerentes ao serviço policial militar, tais como: manuseio de armamentos, defesa pessoal policial, técnicas de abordagem, regulamentos militares e afins. Desta forma, buscou-se compreender a autoeficácia e o desempenho na formação policial, conforme previsão no projeto pedagógico (Pará, 2018), priorizando os aspectos analítico-cognitivos das competências de disciplinas humanistas da matriz curricular.

3.2.1. Dimensão cognitiva

Nesta dimensão, os participantes foram questionados acerca da sua percepção quanto à autoeficácia e ao seu desempenho. No item **“Ter a capacidade de interagir com órgãos e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social”**, os participantes julgaram sua capacidade. De acordo com a resposta dos mesmos, observou-se que 210 militares (75%) informaram serem capazes de interagir com conhecimentos do campo judicial, penitenciário e de defesa social, a partir da formação que receberam no curso. No entanto 66 participantes (23%) indicaram que não se sentem nem capazes nem incapazes neste item. Identificou-se ainda que seis policiais (2%) manifestaram percepção de incapacidade neste aspecto.

Em relação ao Item **“Compor sindicância policial militar, demonstrar conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares e sindicância”**, notou-se que 188 policiais militares (66%) responderam que acreditam serem capazes de produzir sindicância policial a partir da formação que receberam no curso. No entanto, 66 (31%) e seis (3%) policiais militares indicaram que não se sentem nem capazes nem incapazes, ou incapazes, respectivamente.

Ao tratar dos dados gerados, a partir dos itens de competências cognitivas, observou-se a manifestação das teorias de Bandura (1977; 1986; 2018) quando trata da crença, não isoladamente, mas composta por um conjunto de saberes que tornam o indivíduo capaz de gerar expectativas de êxito futuro, sendo possível, assim, traçar um paralelo a partir dos percentuais das respostas dos participantes.

No item **“Ser capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa”**, percebeu-se que 198 policiais militares (70%) responderam que acreditam serem capazes de elaborar relatórios a partir da formação que receberam no curso. Seguido dos 74 participantes (26%) que indicaram que não se sentem nem capazes nem incapazes e 11 policiais militares (4%) manifestaram percepção de incapacidade neste aspecto.

Quanto ao item **“Ter capacidade de gerenciar dados relativos à segurança pública (por exemplo, dados de geoprocessamento, mapas e boletins de ocorrência, dentre outros)”**, constatou-se que 151 policiais (53%) responderam acreditar serem capazes de gerenciar dados a partir da formação, enquanto 108 participantes (38%) indicaram que não se sentir nem capazes nem incapazes e 24 (9%) manifestaram percepção de incapacidade.

Neste item, se considerar as repostas de incapazes e nem capazes nem incapazes, é possível observar um percentual alto de insegurança quanto à operacionalização do conhecimento, podendo apontar para uma fragilidade do conteúdo programático de disciplinas que induzem esse conhecimento específico, ou mesmo na transmissão do conhecimento por parte do instrutor.

Em relação ao item **“Ter capacidade de negociação (buscar o consenso de ideias; demonstrar firmeza em seus posicionamentos, sem ser intransigente)”**, a maioria dos militares (257, 91%) respondeu acreditar ter capacidade de negociação, a partir da formação que receberam no curso. No entanto, 26 participantes (9%) indicaram não se sentirem capazes nem incapazes. É importante ressaltar que esta competência é altamente desejável no perfil profissional policial.

A competência de negociação policial está inserida dentro de um contexto maior, o de mediação de conflitos. A negociação é o meio de solução de conflitos em que os indivíduos conversam e encontram um acordo sem a necessidade da arbitragem por terceiros. Sobre isso, Lima (1995) afirma ser necessária uma mudança significativa, tanto no fazer da Polícia, quanto na formação do seu efetivo profissional, para que haja uma quebra de paradigmas na relação Estado e sociedade. Para tanto, a garantia do ordenamento social legítimo, definido pela sociedade, e seus instrumentos de controle social primário devem ser os de mediação de conflitos pela negociação, exercidos pelos agentes treinados e formados para tal função.

No item, **“Agir com senso crítico (ter postura crítica frente à determinada situação ou evento, após se cientificar das possíveis consequências)”**, os participantes posicionaram-se da seguinte maneira: 257 policiais militares (91%) acreditam serem capazes

de agir com senso crítico, considerando a formação que receberam no curso. Todavia, 25 participantes (9%) indicaram não se sentirem capazes nem incapazes para tal. Identificou-se, ainda, que um policial militar, menos de 1% da amostra, manifestou percepção de incapacidade neste aspecto.

Tabela 2

Percepção dos participantes quanto à sua capacidade de compor sindicância policial, por grau de escolaridade no CFP.

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Sindicância policial	Formação			Total
	Ensino Médio	Ensino Superior	Ensino Superior incompleto	
Incapaz	4 3,8%	2 2,4%	1 1,0%	7 2,5%
Nem capaz, nem incapaz	43 41,0%	18 22,0%	27 28,1%	88 31,1%
Capaz	58 55,2%	62 75,6%	68 70,8%	188 66,4%
Total	105 100,0%	82 100,0%	96 100,0%	283 100,0%

No decorrer da análise, buscou-se observar como a percepção de competência para compor sindicância policial se manifestava na diferenciação por nível de formação (Ensino Médio, Superior Incompleto e Superior), visando, assim, lançar um olhar sobre o impacto da educação formal no aprendizado de novos conhecimentos, sobretudo na formação profissional policial (Tabela 2).

A partir dos resultados dispostos na Tabela 2, infere-se que 62 policiais com nível superior completo (75,6%), somado com 68 militares com ensino superior incompleto (70,8%) e 58 (55,2%) com ensino médio responderam que se sentem capazes neste domínio (competência para compor sindicância policial). Ao todo, contabilizou-se 188 policiais, o que corresponde à maioria da amostra (66,4%). Assim, quando esses dados são interpretados pelo fator cognitivo, à luz de uma das fontes de autoeficácia, a experiência de domínio, percebe-se uma importante relação.

A fonte de experiência de domínio refere-se às vivências de sucessos que podem aumentar as crenças nas capacidades próprias para realizar determinadas tarefas. Os resultados provenientes das ações dos indivíduos são interpretados para desenvolver crenças positivas ou negativas a respeito de suas capacidades frente à realização de atividades, atuando conforme as crenças produzidas (Bandura, 1977; 1986; Ramos, 2015). Neste item

específico, as experiências de formação parecem ter efeito sobre a autoeficácia dos participantes, indicando que quanto maior o nível de formação, mais elevada é a autoeficácia neste fator de domínio. Quanto à análise da percepção de competência para interagir com órgão e integrantes do sistema judiciário, ainda levando em consideração o grau de escolaridade, a Tabela 3 dispõe os resultados.

Tabela 3

Percepção dos participantes quanto à sua capacidade de interagir com órgão e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social.

Ter capacidade de interagir com órgão e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social.	Formação			Total
	Ensino Médio	Ensino Superior	Ensino Superior incompleto	
Incapaz	3 2,9%	2 2,4%	1 1,0%	6 2,1%
Nem capaz nem incapaz	25 23,8%	18 22,0%	23 24,0%	66 23,3%
Capaz	77 73,3%	62 75,6%	71 74,0%	210 74,2%
Não respondeu	0 0,0%	0 0,0%	1 1,0%	1 ,4%
Total	105 100,0%	82 100,0%	96 100,0%	283 100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

A partir da Tabela 3, observou-se que 75,6% dos policiais com nível superior, 74% dos que possuem ensino superior incompleto e 73,3% dos policiais com ensino médio responderam que se sentem capazes neste domínio, corroborando ainda mais com análise da correlação de grau de escolaridade com a autoeficácia.

As percepções dos sujeitos desta pesquisa sob o contexto do aprendizado da atividade policial, considerando o construto de autoeficácia para o campo da formação profissional policial, foi um foco importante de análise, uma vez que, segundo Azzi & Polydoro (2006) e Pajares & Olaz (2008), as concepções de autoeficácia encontram abrigo nas mais diversas áreas do conhecimento, tais como, saúde, educação e trabalho, não sendo diferente no campo da segurança pública.

Acredita-se que as exigências sociais por uma “nova” Polícia Militar devem necessariamente passar por uma reforma no modelo de ensino policial. Em parte, foi possível

alcançar algumas mudanças com a Matriz Curricular Nacional, a qual, reconhecidamente, incluiu eixos temáticos e grupos de competências que vão além das disciplinas formais de um modelo de formação militarizado, voltado, em grande parte, para “equipar” o policial com um conjunto de saberes estritamente técnico-profissional e unidimensional, com vistas a ser uma organização de cunho combativo-repressivo de reforço da lei, referindo-se a um modelo dual de polícia dos diferentes fazeres (dimensões da atividade) – a militar e a policial –, seguindo a estética militar tradicional, graças aos ritos e tradições formais (Silva, 2009).

Neste contexto, é plausível acolher que a ideia de formar um profissional que exerce uma atividade tão complexa como a policial, com conhecimentos unilaterais, somente seguindo a égide dos aspectos técnico-profissionais, não respondeu no passado tampouco tem apresentado resultados que levem a uma prospecção de eficácia no presente e no futuro. Portanto, os resultados desta pesquisa apontam na direção de dotar o ensino em segurança pública, do policial em sua carreira inicial, da tríade das ações formativas de conhecimentos formais, pois que o ensino superior pode fornecer conhecimentos cognitivos voltados para autoeficácia de Bandura (1986) e conhecimentos específicos da atividade, sem perder a identidade profissional (a estética e o *ethos* militar).

4. Considerações Finais

O caminho percorrido neste artigo visou lançar um olhar sobre a formação inicial do policial militar do Pará, considerando a perspectiva deste profissional recém-formado e incorporado às fileiras operativas da corporação, analisando como o mesmo percebeu o nível de conhecimento ofertado, o desenvolvimento das competências e as dimensões dos eixos temáticos envolvidos na malha curricular de ensino sob a perspectiva da autoeficácia, como construto da Teoria Social Cognitiva, desenvolvida por Albert Bandura.

Este modelo de formação, voltado somente à estética de formação militar, anterior aos avanços alcançados pela MCN, deixou claras lacunas na atuação policial diante de uma sociedade em constante transformação. Sendo o policial um cumpridor de ordens em uma estrutura piramidal hierárquica escalonada e apenas formado para ser um reforçador da lei, não consegue dar conta da enorme complexidade da atividade de operador de segurança pública. Nesse contexto, foi necessário refletir em qual pode ser o perfil profissional desejável para cumprir um papel tão importante para a comunidade, que divide em uma linha tênue a vida em sociedade da barbárie.

A Matriz Curricular de Ensino do ano de 2018, contida no projeto pedagógico, possui forte concepção de formação de um profissional que, além das dimensões legais que regem a

atividade policial, possa formar valores e práticas profissionais voltados para o desenvolvimento do raciocínio analítico. Além disso, que ele possa contextualizar e relativizar conflitos, articulações sociais, proximidade com a comunidade a que serve e preparo técnico.

Neste estudo, a partir deste novo modelo de ensino, buscou-se compreender e analisar os dados coletados, avaliando como este profissional percebe sua capacidade diante do cruzamento de duas dimensões: a primeira, ligada ao conjunto de conhecimentos e competências aprendidas na fase de formação; e a segunda, relacionada à expectativa de aplicação destes conhecimentos e competências na prática profissional.

É imprescindível ressaltar que a escolha por analisar pontos específicos dos grupos de competências da lista de perguntas do formulário, primeiro, referiu-se a avaliar questões que estivessem fora do eixo estritamente técnico-profissional da atividade policial, tais como: manuseio de armamentos, defesa pessoal policial, técnicas de abordagem, regulamentos militares e afins. Isto porque, a pesquisa buscou compreender a autoeficácia e desempenho na formação policial, priorizando os aspectos analítico-cognitivos das competências de disciplinas humanistas da Matriz Curricular.

As limitações observadas neste estudo encontram razão no fato do formulário ter sido aplicado apenas ao Polo Belém, fornecendo um recorte regional de realidade. Sendo assim, é possível que se encontre realidades diferentes nas diversas regiões que possuem polos de formação, podendo, portanto, estender a pesquisa para outras localidades ou mesmo fazer a pesquisa em nível de estado, com o intuito de cruzar os dados por polo de formação.

Referências

- Azzi, R. G. & Polydoro, S. A. J. (Orgs). (2006). *Autoeficácia em diferentes contextos*. Campinas - SP: Alínea.
- Bandura, A. (1977). *Self-efficacy: Toward a Unifying Theory of behavioral change*, 84(2), 191-215.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action: a social cognitive theory*. Englewood Cliffs, NJ.
- Bandura, A. (2018). Toward a psychology of human agency: Pathways and reflections. *Perspectives on Psychological Science*, 13(2), 130-136.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal.
- Brasil. Ministério da justiça. (2014). *Matriz curricular nacional*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública, p.362.

- Bussab, W. de O. & Morettin, P. A. (2013). *Estatística Básica*, 7 ed., São Paulo: Saraiva.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas.
- Leal, G. R. (2016). *Fundamentos das ciências policiais: da barbárie a segurança pública*. Curitiba: CRV.
- Lima, R. K. de. (1995). *A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos*. Rio de Janeiro: Editora Forense.
- Mcenvoy, C. & Hideg, G. (2017). *Global violent deaths 2017: Time to decide*. Suíça. Disponível em: <http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/U-Reports/SAS-Report-GVD2017.pdf>.
- Menandro, P.R. M. & Souza, L. de. (1996). “O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade”. *Psicol. USP*, São Paulo, 12(7), p. 133-141.
- Pajares, F. & Olaz, F. (2008). Teoria Social Cognitiva e auto-eficácia: uma visão geral. In: Bandura, A.; Azzi, R.; Polydoro, S. A. J. (Orgs) *Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos*. Porto Alegre: Editora Artmed. p.97-114.
- Pará. Polícia Militar do Pará. (2016). *Lei 8.342 de 14 de janeiro de 2016*. Estabelece normas de ingresso na Polícia Militar do Pará.
- Pará. Polícia Militar do Pará. (2017). *Manual do aluno*: Dispõe sobre normas condutas e procedimentos do aluno do Curso de formação de praças da Polícia Militar do Pará – PMPA.
- Pará. Polícia Militar do Pará. (2018). *Projeto Pedagógico CFP 2018*. Belém, PA: Polícia Militar do Pará.
- Perovano, D. G. (2016). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. Curitiba: InterSaberes.
- Poncioni, P. (2004). Tornar-se policial: A construção da identidade profissional do policial do Rio de Janeiro. *Tese*. (Doutorado em sociologia)- Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Poncioni, P. (2014). *Crime, polícia e justiça no Brasil: Identidade profissional policial*, 1 ed., reimpressão. São Paulo: Contexto.
- Ramos, M. F. H. (2015). Modelo social cognitivo de satisfação no trabalho e eficácia coletiva: percepções sobre a docência (*Tese de doutorado*). Universidade Federal do Pará.
- Ramos, M. F. H., Fernandez, A. P. D. O., Furtado, K. C. N., Ramos, E. M. L. S., Silva, S. S. D. C., & Pontes, F. A. R. (2016). Satisfação no trabalho docente: Uma análise a partir do modelo social cognitivo de satisfação no trabalho e da eficácia coletiva docente. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 21(2), 179-191.

- Silva, A. M. C. & Sento-Sé, João T. (2013). A polícia e o espelho da sociedade. *Interseções*, 15(2), p. 329-355, Rio de Janeiro.
- Silva, D. *et al.*(2014). “Pesquisa Quantitativa: Elementos, paradigmas e definições”. *Revista Gestão e secretariado*, 5(1), p. 01-18, São Paulo.
- Silva, R. R. (2009). Entre a caserna e a rua: O dilema do “pato”. 211p. *Dissertação*. (Mestrado em antropologia) - Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro.
- Soares, L. E. (2006). Segurança pública: presente e futuro. *Estud. Av.*, São Paulo, 20(56), p. 91-106.
- Szabó, I. & Risso, M. (2018). *Segurança pública para virar o jogo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Fabício Silva Bassalo – 25%

Maély Ferreira Holanda Ramos – 25 %

Silvia dos Santos de Almeida – 25%

Emmanuelle Pantoja Silva – 25%

ARTIGO 2**A autoeficácia na formação profissional superior: uma revisão da literatura.****Self-efficacy in professional training: a literature review****Autoeficacia en la educación profesional superior: una revisión de la literatura.⁵****Luciana Amaral Garcia**ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9095-7276>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: luje2504@gmail.com**Maély Ferreira Holanda Ramos**ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6150-6345>

Universidade Federal do Pará, Brasil

Fabricio Silva BassaloORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9417-9176>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: fabassalo@gmail.com**Resumo**

Este artigo objetivou analisar estudos de formação profissional em nível superior nos seus diferentes níveis e áreas pautados em investigações de autoeficácia sob a ótica da Teoria Social Cognitiva (TSC), a qual aduz que cada indivíduo em suas ações pode ser tanto causa quanto resultado dos seus extratos sociais. Neste sentido, a teoria admite que as pessoas podem exercer influência sobre seus atos e ações, postulando que grande parte do comportamento humano é determinada por interações com ambiente e outros indivíduos. Portanto, as pessoas são vetores dos acontecimentos que lhe envolvem, mas não determinam os eventos que ocorrem (Bandura, 1986). Esta pesquisa possui abordagem quanti-qualitativa, utilizando da técnica da revisão da literatura. As fontes foram artigos científicos pesquisados em diretórios de buscas, como: CAPES, SciELO, LILACS. Após a aplicação dos critérios de inclusão, puderam ser selecionados 13 artigos. Pode-se perceber que os artigos sobre a temática “autoeficácia na formação profissional” foram publicados entre os anos de 2008 e

⁵ Artigo publicado em julho de 2020, na revista *Research, Society and Development* (ISSN 2525-3409), de acordo com as normas da publicação.

2019, tendo maior frequência de publicações nos últimos quatro (4) anos. A maioria dos artigos utiliza abordagem quantitativa, ocorrendo a aplicação de escalas e questionários. As temáticas mais relacionadas à autoeficácia foram: *desenvolvimento profissional* (f=4), *Teoria Social Cognitiva* (f=3), *orientação profissional* (f=3) e *avaliação psicológica* (f=3). Também surgiram com menor frequência outros temas, a saber: bem-estar, internet e empregabilidade. No entanto, é importante que esta temática seja aprofundada, investigando-se, por exemplo, as ações e implicações da autoeficácia em diferentes níveis da vida profissional.

Palavras-chave: Formação superior; formação profissional; crenças de autoeficácia; pesquisa bibliográfica; ensino.

Abstract

This article aimed to analyze professional training studies at a higher level in its different levels and areas, based on self-efficacy investigations from the perspective of Social Cognitive Theory (TSC), which adds that each individual in his actions can be both cause and result of their social extracts. In this, the theory admits that people can exert influence on their acts and actions, postulating that a large part of human behavior is determined by interactions with the environment and other individuals. Therefore, people are vectors of the events that involve them, but they do not determine the events that occur (Bandura, 1986). This research has a quantitative and qualitative approach, using the literature review technique. The sources were scientific articles, searched in search directories such as: CAPES, SCIELO, LILACS, and after applying the inclusion criteria, 13 articles could be selected. It can be seen that the articles on the theme Self-efficacy in Vocational Training were published from 2008 to 2019, with a higher frequency of publications in the last 4 years. Most articles use a quantitative approach, with the application of scales and questionnaires. The themes most related to Self-efficacy were: Professional Development (f = 4), Cognitive Social Theory (f = 3), Professional Guidance (f = 3), and Psychological Assessment (f = 3). Other themes also appeared less frequently, such as: well-being, internet and employability. However, it is important that this theme is further developed, investigating, for example, the actions and implications of self-efficacy at different levels of professional life.

Keywords: College formation; professional formation; self-efficacy beliefs; bibliographic research; teaching.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo analizar los estudios de capacitación profesional en un nivel superior en sus diferentes niveles y áreas, basados en investigaciones de autoeficacia desde la perspectiva de la Teoría Cognitiva Social (TSC), que agrega que cada individuo en sus acciones puede ser causa y resultado de sus extractos sociales. En esto, la teoría admite que las personas pueden ejercer influencia sobre sus actos y acciones, postulando que una gran parte del comportamiento humano está determinado por las interacciones con el medio ambiente y otros individuos. Por lo tanto, las personas son vectores de los eventos que los involucran, pero no determinan los eventos que ocurren (Bandura, 1986). Esta investigación tiene un enfoque cuantitativo y cualitativo, utilizando la técnica de revisión de literatura. Las fuentes fueron artículos científicos, buscados en directorios de búsqueda como: CAPES, SCIELO, LILACS, y después de aplicar los criterios de inclusión, se pudieron seleccionar 13 artículos. Se puede ver que los artículos sobre el tema Autoeficacia en la formación profesional se publicaron de 2008 a 2019, con una mayor frecuencia de publicaciones en los últimos 4 años. La mayoría de los artículos utilizan un enfoque cuantitativo, con la aplicación de escalas y cuestionarios. Los temas más relacionados con la autoeficacia fueron: Desarrollo profesional (f = 4), Teoría social cognitiva (f = 3), Orientación profesional (f = 3) y Evaluación psicológica (f = 3). Otros temas también aparecieron con menos frecuencia, como: bienestar, internet y empleabilidad. Sin embargo, es importante que este tema se desarrolle aún más, investigando, por ejemplo, las acciones y las implicaciones de la autoeficacia en diferentes niveles de la vida profesional

Palabras clave: Educación superior; formación profesional; creencias de autoeficacia; investigación bibliográfica; enseñanza.

1. Introdução

A sociedade sempre buscou compreender os motivos que levam os sujeitos a assumirem algumas posturas ou comportamentos frente a situações diárias que encontram. No mundo profissional não é diferente, pois cada indivíduo ocupa uma função em áreas distintas de atuação, como em empresas, hospitais e escolas, que possuem demandas características de cada meio (Freitas & Dias, 2010). No meio profissional, os desafios são inúmeros e as tensões podem impulsionar ou fragilizar o desejo de alcançar seus objetivos. No entanto, é fundamental que o indivíduo acredite que irá conseguir realizar o necessário para que alcance os resultados que espera, ou seja, ele precisa ter elevada a sua autoeficácia (Bandura, 1997).

O construto da autoeficácia faz parte da Teoria Social Cognitiva (TSC) postulada por Albert Bandura (1986). Segundo Azzi (2014), o sujeito se envolve na busca de uma nova realização quando acredita em si para executá-la de maneira satisfatória, visando seus objetivos. Se a autoeficácia percebida for elevada, maior será o empenho investido e a persistência, de modo que a meta estabelecida possa ser alcançada. Além disso, a crença da autoeficácia é contextual, ou seja, dependendo das ações e realizações que se pretendem, surgem diferentes crenças de autoeficácia (Azzi, 2014; Santos, Zanon & Ilha, 2019). Entretanto, ressalta-se que não adianta apenas ter as crenças elevadas para que o desempenho seja positivo. Faz-se necessário, também, possuir as habilidades, assim como ter a clareza que os eventos contextuais também interferem nas crenças.

É importante salientar que tais crenças vão sendo construídas ao longo da vida. Uma pessoa necessita estabelecer interações entre aspectos pessoais, comportamentais e sociais para que o processo de aquisição da autoeficácia possa se consolidar (Guerreiro-Casanova & Polydoro, 2011). Segundo Bandura (1997), são quatro as fontes que influenciam as crenças de autoeficácia: experiências diretas, experiências vicárias, persuasão verbal e estados fisiológicos e afetivos.

As experiências diretas correspondem à fonte de maior influência na formação da crença, pois as próprias experiências fundamentam os resultados. Neste sentido, bons resultados fortalecem a crença, enquanto que o contrário, isto é, as experiências ruins, podem diminuir. Já as experiências vicárias, por seu turno, dizem respeito à habilidade humana de aprender por observação com outras pessoas. Existe também a possibilidade de o indivíduo ter influência do seu ambiente social para a construção de sua crença. Esta fonte é conhecida como persuasão social e sabe-se que um ambiente social que sustente esse indivíduo em situações difíceis o ajudará a se perceber capaz de resolvê-las. A última fonte é denominada como estados fisiológicos e emocionais. Indica que circunstâncias de ansiedade, estresse e cansaço, por exemplo, podem ser decodificadas levando a um entendimento equivocado quanto à capacidade e à competência para lidar com determinada situação, enfraquecendo a crença de autoeficácia (Guerreiro-Casanova; Polydoro, 2011; Bandura, 1997).

O indivíduo passa por mudanças em diferentes fases de sua vida, principalmente quando as exigências por formação adequada e emprego começam a ocorrer; fato que se dá geralmente quando o sujeito passa da adolescência para a vida adulta. Neste processo, o indivíduo depara-se com momentos que poderão elevar ou diminuir suas intenções em relação aos seus objetivos, afetando sua crença em si para enfrentar mudanças. É na adolescência que os sujeitos começam a ter interesses profissionais e a compreender suas habilidades; transição

que ocorre da adolescência para a vida adulta e nem sempre é realizada de forma autônoma, fato que carece de suporte adequado para concretizá-la (Ambiel & Hernández, 2016). Um estudo recente realizado por Rossi, Trevisol, dos Santos-Nunes, Dapieve-Patias, & Von Hohendorff (2020) relacionou autoeficácia com níveis de motivação de adolescentes e indicou que aqueles com alta autoeficácia tendem a ter níveis de motivação intrínseca elevados, sendo importante buscar se os fatores que contribuem com o aumento dessa motivação estão relacionados com interesses profissionais.

Doenças que afetam a saúde mental podem surgir em todos os momentos da vida – inclusive na adolescência – e fragilizar as tomadas de decisões. Um estudo feito por Ambiel, Martins & Hernández em 2018, com 237 adolescentes dos três anos do ensino médio brasileiro, teve por objetivo verificar o quanto variáveis como personalidade, adaptabilidade de carreira, autoeficácia e exploração vocacional explicam a indecisão vocacional e a intenção de busca por orientação profissional. Seus achados sugerem que os adolescentes que vivenciam uma maior instabilidade emocional são mais indecisos em relação à escolha da profissão em comparação àqueles menos ansiosos e deprimidos, ou mesmo com mais afetos positivos (Ambiel *et al.*, 2018). Outras investigações com adolescentes do ensino fundamental e médio indicam a necessária presença de psicólogos que implementem programas de orientação escolar e profissional para busca adequada sobre informação a respeito de carreiras (Inácio & Gamboa, 2008) e que estudem suas condições para a escolha profissional (Ventura & Noronha, 2014).

Ainda de acordo com Ambiel & Hernández (2016), esta mesma postura não é diferente na vida da maioria dos adultos, pois se compreende que nessa fase o trabalho é considerado uma das atividades que mais exigem reflexão, e isto devido às tomadas de decisões prévias que são necessárias para que o indivíduo possa se definir quanto à trajetória que deseja ou que é possível construir. Além do trabalho, soma-se a necessidade de formação superior ou profissional adequada. No caso da busca por formação superior adequada, Salles *et al.* (2015) compreendem que os cursos de formação inicial carecem de estratégias didático-pedagógicas que sejam mais significativas aos estudantes e que os instruem a organizar seus cursos de ação.

Por isso, Guerreiro-Casanova & Polydoro (2011) discutem em sua pesquisa que as universidades devem contar com serviços de apoio ao estudante que estejam à disposição, que tragam temas a serem discutidos e colocados em prática, como oficinas para promoção de orientações e estratégias de estudo, utilizando a autorregulação da aprendizagem com o fito de

fortalecer a crença de autoeficácia na formação dos estudantes. As autoras também sugerem que o convívio social deve ser estimulado por meio de encontros sociais, eventos culturais e desportivos; ações estas que poderiam otimizar a autoeficácia nas relações sociais, contribuindo para o processo de formação superior. Andrade & Oliveira (2020), por sua vez, destacam que o aconselhamento de carreira ajudará as pessoas nas escolhas relacionadas ao trabalho e na autoafirmação de seus papéis ocupacionais.

Diante do exposto a respeito da formação profissional em nível superior e da importância das crenças de autoeficácia dos profissionais, esta pesquisa procurou analisar estudos de formação profissional em diferentes níveis e áreas pautados em investigações de autoeficácia.

2. Metodologia

Natureza da Pesquisa

Este artigo é de **natureza aplicada**, pois, conforme Kauark, Manhães & Medeiros (2010), sua execução poderá suscitar novos conhecimentos que contribuirão para a resolução de problemas particulares ou locais. A forma de abordagem do problema é **quanti-qualitativa**, uma vez que ao se quantificar os trabalhos encontrados com as temáticas de formação superior, profissional e autoeficácia, obtém-se um panorama sobre as pesquisas nessa área (*ibidem*, 2010).

Do ponto de vista dos seus objetivos, a investigação é **exploratória e descritiva**. Desta maneira, utiliza-se de levantamento bibliográfico e, após a compreensão adequada do fenômeno em questão, pretende-se gerar novos problemas a serem investigados. No que diz respeito ao seu caráter descritivo, aponta-se que, mediante levantamentos, a pesquisa estabelece relação entre a formação superior e a formação profissional específica de diversas áreas do conhecimento (Gil, 2008). Os procedimentos técnicos utilizados são os que correspondem à **pesquisa bibliográfica**, tendo em vista a mobilização e a análise de fontes secundárias para tal, isto é, de artigos científicos publicados em periódicos.

Delimitação das fontes e procedimentos de coleta de dados

Neste momento, destacam-se os seguintes descritores definidos para serem pesquisados: (1) formação superior; (2) profissional; e (3) autoeficácia. Ademais, foram

realizados cruzamentos para buscas nestes diretórios: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). O Quadro 1 apresenta um resumo dos descritores de busca e das relações estabelecidas entre eles para a realização do recolhimento de dados nos diretórios.

Quadro 1

Descritores utilizados para busca de artigos sobre autoeficácia na formação superior e profissional, nos diretórios de pesquisa da CAPES, LILACS e SciELO no período de 2009 a 2019.

Descritores		
Formação	Profissional	Autoeficácia
Cruzamentos realizados para buscas nas bases de dados		
Formação superior X Autoeficácia		Profissional X Autoeficácia

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Os materiais encontrados precisaram passar por um refinamento para fazerem parte da pesquisa, obedecendo aos seguintes critérios: 1) somente artigos; 2) publicados nos últimos 10 anos; 3) escritos em inglês ou português; e 4) que tivessem os descritores *formação*, *profissional* e *autoeficácia* nos títulos ou nas palavras-chave. Os artigos que não atenderam a estes critérios foram automaticamente descartados. Na sequência, os trabalhos levantados foram submetidos à leitura e análise tendo em vista a coleta das seguintes variáveis: a) palavras-chaves; b) fontes/participantes; c) ano de publicação; e d) tipo de pesquisa.

Análise de dados

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva com o levantamento de frequências visualizado em tabelas, quadros e gráficos a partir da ferramenta Microsoft Excel. Utilizou-se também a técnica de “nuvem de palavras” com base no software online *Wordle*, de modo a visualizar os termos-chave que representam as temáticas que estão mais relacionadas à formação profissional e à autoeficácia. Este procedimento compõe uma das técnicas de análise de conteúdo (Bardin, 1977), que, através do enfoque lexical, frequênciamos os termos de um *corpus* textual para identificar, por número de ocorrências, categorias temáticas.

3. Resultados e Discussão

Segundo Ambiel & Noronha (2012), uma das utilidades da autoeficácia para a escolha profissional é o planejamento de ações interventivas e a avaliação desta escolha, de forma que os profissionais aí responsáveis devem estar embasados na teoria da orientação vocacional. Os autores também constataram que estudos sobre a referida temática são incipientes no Brasil, mas afirmam que a utilização da teoria de autoeficácia parece ser um construto importante, uma vez que há consideráveis números de publicações internacionais a partir de estudos empíricos a este respeito (*Ibidem*, 2012).

Esta pesquisa, por sua vez, visa trazer parte do arcabouço teórico sobre o assunto. A seguir, serão apresentadas as informações referentes aos artigos encontrados nas buscas por cruzamentos da temática “autoeficácia na formação profissional”. Na Tabela 1, pode-se visualizar o resultado dos cruzamentos estabelecidos para a pesquisa nos sites de busca, bem como o total de estudos selecionados para serem investigados.

Tabela 1

Resultado da quantidade de artigos sobre “autoeficácia na formação profissional” encontrados nas bases de dados da CAPES, LILACS e SciELO, no período entre 2008 e 2019.

Descritores: Profissional X Autoeficácia			
Diretórios	Busca Geral	Selecionados após aplicação dos critérios	Total
SCIELO	7	0	
CAPES	144	0	7
LILACS	81	7	
Descritores: Formação X Autoeficácia			
	Busca Geral	Selecionados após aplicação dos critérios	Total
SCIELO	7	2	
CAPES	187	4	6
LILACS	39	1	

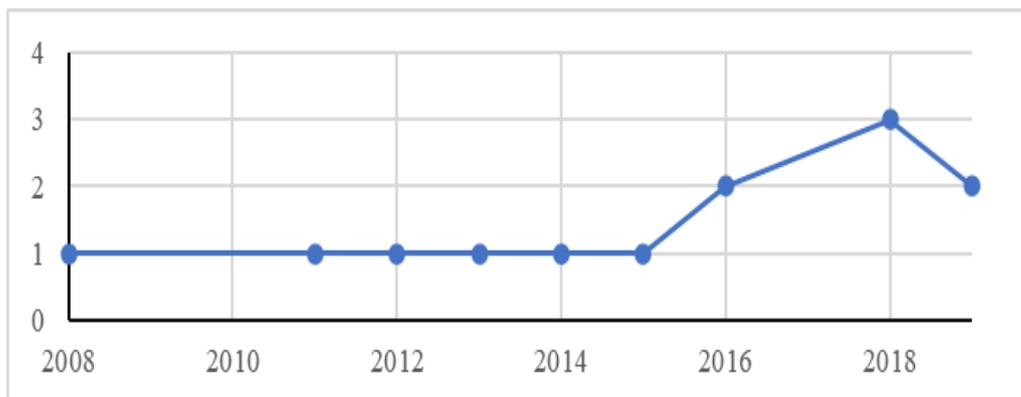
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Como se percebe na Tabela 1, os descritores foram pesquisados em dois grupos que relacionaram *autoeficácia X formação* e *autoeficácia X profissional* com o intuito de ampliar a possibilidade de resultados. As buscas resultaram em 13 artigos – pesquisas nacionais – que

discutem “autoeficácia na formação profissional”; informação esta que leva à reflexão sobre o número baixo de publicações brasileiras que estabeleça tal relação. Contudo, vale ressaltar que o número de publicações se elevou nos últimos quatro (4) anos, demonstrando ser um campo em crescimento no País, como evidencia o Gráfico 1.

Figura 1

Distribuição dos artigos científicos sobre “autoeficácia na formação profissional” com base no ano de publicação, no período entre 2008 e 2019.



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Apesar do aumento nas pesquisas representado na Figura 1, pode-se supor que um dos fatores para esse pequeno crescimento nos últimos anos e para o ínfimo número de publicações nos anos anteriores a 2016 é o desconhecimento sobre o tema da autoeficácia e de sua importância para os profissionais em geral ou em formação. Depois de analisadas as pesquisas, constatou-se que o primeiro trabalho brasileiro relacionando autoeficácia na formação profissional é de Inácio e Gamboa, datado do ano de 2008. Trata-se de uma investigação com 187 alunos do 7º, 9º e 12º anos escolares e que tem como objetivo analisar a autoeficácia na pesquisa de informação escolar e profissional na internet. Os autores concluíram que quanto mais elevado é o sentimento de autoeficácia, maior é a atividade exploratória na internet por parte dos estudantes, principalmente sobre assuntos como profissões, universidades e ofertas emprego.

Outro dado importante diz respeito ao tipo de pesquisa mais utilizado nos materiais encontrados. Como pode ser observado na Tabela 2, a maioria dos estudos (85%) possui abordagem quantitativa, dada a aplicação de escalas e questionários, enquanto um (1) artigo

utilizou de uma abordagem quanti-qualitativa, integrando instrumentos quantitativos a métodos qualitativos. Outra contribuição identificada caracteriza-se como ensaio teórico.

Tabela 2

Tipos de abordagem metodológica mais utilizadas nas pesquisas sobre “autoeficácia na formação profissional”, no período entre 2008 e 2019.

Tipo de Pesquisa	f	%
Quantitativa	11	85%
Quanti-Qualitativa	1	8%
Estudo Teórico	1	8%
Total	13	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Como indicado na Tabela 2, a abordagem mais empregada nas pesquisas é quantitativa, o que indica a necessidade de se buscar dados mais subjetivos por meio de abordagens qualitativas. Contudo, as pesquisas investigaram a autoeficácia na formação profissional em diferentes grupos de participantes e fontes. O Quadro 2 apresenta os (as) participantes/fontes de 12 pesquisas, divididas por grupos, e a quantidade de estudos que investigaram tais grupos.

Quadro 2

Grupos de participantes/fontes investigados nos 12 artigos científicos sobre “autoeficácia na formação profissional” encontrados nas bases de dados da CAPES, LILACS e SciELO, no período entre 2008 e 2019.

Nº	Fontes/Participantes	Grupos de Investigação
1	385 estudantes de Educação Física da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	5 estudos que investigaram estudantes universitários
2	372 alunos de uma instituição de ensino superior paulista	
3	189 estudantes ingressantes nos cursos de Letras, Matemática, Informática e Administração de Empresas	
4	204 estudantes (66,7% mulheres e 73,5% cotistas).	
5	509 estudantes universitários de duas universidades públicas brasileiras.	
6	272 estudantes, de uma escola pública, com idades entre 14 e 19 anos	6 estudos que investigaram alunos do ensino fundamental e médio
7	2783 estudantes, com médias de idades de 17,02 (Portugal) e 17,96 anos (Brasil)	
8	272 estudantes de ensino médio de uma escola pública do interior de São Paulo	
9	142 jovens do ensino médio (1º, 2º e 3º anos)	
10	187 estudantes do 7º, 9º e 12º	
11	509 jovens, 250 participantes do Programa Jovem Aprendiz e 259 adolescentes que compuseram o grupo controle.	
12	34 trabalhos sobre autoeficácia docente; 74 trabalhos que tinham como objeto de estudo a autoeficácia docente em relação à Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva; 12 estudos que objetivaram investigar os efeitos da formação sobre a autoeficácia docente para a inclusão do público da Educação Especial	1 estudo que investigou teses, dissertações artigos científicos

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Dos 13 trabalhos encontrados nas buscas, 12 utilizaram participantes/fontes e um (1) se configura como ensaio teórico. Assim, verifica-se no Quadro 2 que os estudos investigam 2 grupos de participantes: universitários (f=5) e estudantes do ensino fundamental e médio (f=6). Um artigo levantou teses, dissertações e artigos como fontes, enquanto os artigos a respeito dos alunos do ensino superior estipularam como critério que esses discentes

pequeno, como, por exemplo, *estudantes* (f=2), *universidades* (f=2), *ensino superior* (f=2), *ensino médio* (f=2), *ensino profissional* (f=2), *internet* (f=2) e *escolha profissional* (f=2). Outras palavras são mencionadas apenas uma vez: família, eficácia, bem-estar, jovem aprendiz, empregabilidade, dentre outras.

São sete (7) os artigos nos quais se encontra o termo *autoeficácia* nas palavras-chave. São artigos que: avaliaram se a autoeficácia na formação superior pode prever a satisfação com a experiência acadêmica (Santos *et al.*, 2019); compararam a autoeficácia na formação superior entre o primeiro e o segundo períodos letivos (Guerreiro-Casanova & Polydoro, 2011); verificaram a produção de conhecimentos sobre autoeficácia docente no contexto da educação especial no Brasil e no exterior e analisaram as pesquisas que investigaram os efeitos da formação sobre a autoeficácia de professores para a inclusão escolar de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (Martins & Chacon, 2019); investigaram a autoeficácia na formação superior e as vivências acadêmicas de estudantes cotistas e não cotistas de uma universidade pública (Sousa, Bardagi & Nunes, 2013); analisaram a relação entre autoeficácia para escolha profissional e adaptabilidade de carreira em estudantes do ensino médio, bem como verificaram possíveis diferenças quanto à intenção ou não de participar em um processo orientação vocacional (Ambiel *et al.*, 2018); exploraram os preditores de autoeficácia acadêmica em estudantes do ensino profissional em Portugal e no Brasil (Martins *et al.*, 2018); e testaram um modelo teórico no qual as dimensões do ajuste da faculdade mediam a relação entre sintomas de TDAH e autoeficácia no trabalho (Oliveira, Hauck-Filho & Dias, 2016).

A maior relação (coocorrências) percebida está entre os termos *autoeficácia* (f=7) e *desenvolvimento profissional* (f=4), e que são encontrados no texto de Ambiel *et al.* (2018). O estudo investigou 272 estudantes de uma escola pública (com idades entre 14 e 19 anos), sendo 51,5% do sexo feminino. O objetivo da pesquisa foi analisar a relação entre autoeficácia para escolha profissional e adaptabilidade de carreira em estudantes do ensino médio, bem como, verificar possíveis diferenças quanto à intenção ou não de participar de um processo de orientação vocacional. Chegou-se à conclusão de que quando os adolescentes avaliam suas crenças a partir de suas opiniões e características, eles saberão lidar de maneira mais adequada com os desafios com os quais possam se deparar (*ibidem*, 2018). Portanto, a autorreflexão é um mecanismo necessário para o fortalecimento da crença da autoeficácia e que implica diretamente no seu desenvolvimento profissional. Cursos de orientação vocacional pautados em ações que elevem a crença dos adolescentes poderão colaborar para a escolha profissional mais eficiente.

Como já mencionado, algumas palavras apresentaram pouca frequência nos artigos, mas chamam a atenção por estarem relacionadas ao estudo da autoeficácia na formação profissional. É o caso da palavra-chave *família*, que foi mencionada em apenas um estudo. Trata-se do trabalho de Ventura & Noronha (2014), o qual teve por objetivo verificar a predição de crenças de autoeficácia com base no suporte familiar e em estilos parentais percebidos em 142 jovens do ensino médio. Assim, um dos fatores percebidos como influenciador das escolhas profissionais desses adolescentes foi a expectativa da família ao estimulá-los a analisar questões que acompanham a decisão tomada. Os familiares se preocupam com o futuro dos filhos e os adolescentes levam em consideração essas informações, que servem de base para o trabalho em grupos de orientação vocacional. Sendo assim, se entre os familiares do adolescente há afeto, isso pode favorecer as crenças de autoeficácia no processo de escolha profissional.

4. Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, foram identificados e analisados os 13 estudos que abordam a formação profissional em diferentes níveis e áreas; estudos estes baseados em investigações de autoeficácia. O pequeno número de publicações e a característica de serem todas brasileiras indica que ainda há muito que pesquisar a respeito da expansão que o tema “autoeficácia na formação profissional” precisa alcançar, principalmente em contexto nacional. Além disso, esses estudos também devem utilizar uma abordagem quantitativa, que, inclusive, é pouco utilizada nos estudos até o momento. Formações, cursos, orientações, assim como autoridades, poderão se utilizar destes materiais para colaborar com a tomada de decisão dos futuros profissionais e com a capacitação do quadro de funcionários.

Algo evidenciado sobre os participantes é que pouco se têm investigações sobre as fases de início e conclusão do curso superior. Esta comparação é necessária para que se possa constatar se há mudança nos níveis das crenças de autoeficácia desse profissional que está sendo formado, afinal, a crença em suas habilidades poderá indicar se sua atuação será de qualidade e prazerosa. Já nas contribuições que envolvem estudantes do ensino médio, na fase de escolha profissional, é importante que se investigue esses alunos após passarem por cursos de orientação vocacional, que estejam sob o olhar da Teoria Social Cognitiva, especialmente que se preocupem em melhorar suas crenças de autoeficácia profissional.

Acredita-se que há uma gama de profissionais que precisam ter elevadas crenças de autoeficácia no seu ambiente laboral, mas que podem desconhecer sobre o assunto e não

desenvolver adequadamente suas habilidades para uma prática de excelência. Por isso, espera-se que este trabalho possa contribuir com a sociedade no sentido de ser um alerta quanto à importância de se investir em uma formação profissional com este propósito.

Por fim, sugere-se que novos estudos se utilizem de outros diretórios de pesquisa, além dos já mencionados, e que empregue um parecer quanti-qualitativo sobre autoeficácia na formação profissional que possa ser colocado em prática, principalmente relacionando-o a novas áreas e temáticas. Espera-se, ademais, que seus resultados confirmem robustez ao arcabouço teórico sobre o tema, para que futuras revisões da literatura possam apontar crescimento da preocupação com a autoeficácia de profissionais a partir do crescimento desse recurso bibliográfico.

Referências

- Ambiel, R. A. M. & Noronha, A. P. P. (2012). Autoeficácia para Escolha Profissional: Teoria, Pesquisas e Avaliação. *Psicologia em Pesquisa*. | UFJF | 6(02) | p. 171-178. doi: 10.5327/Z1982-12472012000200010
- Ambiel, R. A. M., Martins, G. H. & Hernandez, D. N. (2018). Por que os Adolescentes Buscam Fazer Orientação Profissional? Um Estudo Preditivo com Estudantes Brasileiros. *Trends Psychol.* 26 (4), p.1971-1984.
- Ambiel, R. A.M. & Hernández, D. N. (2016). Relações entre Autoeficácia para Escolha Profissional, Exploração e Indecisão Vocacional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional.* 17(1), p. 67-75.
- Andrade, A. L. de, & Oliveira, M. Z. de (2020). Apego e o Efeito mediador da Autoeficácia e Satisfação com Vida na Expectativa de Sucesso de Universitários. *Psicol. Conoc. Soc.* 10(1). doi: <http://dx.doi.org/10.26864/pcs.v10.n1.2>
- Azzi, R. G. (2014). *Introdução à Teoria Social Cognitiva*. Série Teoria Social Cognitiva em Contexto Educativo. V. 1. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: the exercise of control*. New York: W.H. Freeman and Company.
- Freitas, M. de F. R. L. de & Dias, J. P. (2010). Teoria Social Cognitiva: conceitos básicos (Obra Resenhada). *Ciências & Cognição*; 15 (3). p. 204-205.
- GIL, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6 ed. São Paulo: Atlas.
- Guerreiro-Casanova, D. C. & Polydoro, S. A. J. (2011) Autoeficácia na Formação Superior: Percepções Durante o Primeiro Ano de Graduação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31 (1), p. 50-65. doi: <https://doi.org/10.1590/s1414-98932011000100006>

- Inácio, P. & Gamboa, V. (2008). A Auto-eficácia na utilização da internet para a pesquisa de informação escolar e profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 9(1), p. 13-28.
- Kauark, F., Manhães, F. C., & Medeiros, C. H. (2010). *Metodologia da pesquisa: guia prático*. Itabuna: Via Litterarum.
- Martins, B. A. & Chacon, M. C. M. (2019). Autoeficácia docente e Educação Especial: Revisão da produção de conhecimento nacional e internacional com ênfase na formação de professores. *Revista Educação Especial* | v. 32. doi: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X35883>
- Martins, L. L. P., Coimbra, S., & Fontaine, A. M. (2018). Preditores de autoeficácia acadêmica em jovens portugueses e brasileiros cursando ensino profissional. SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo. *Revista da SPAGESP*, 19(2), p. 6-22.
- Oliveira, C. T. de, Hauck-Filho, N., & Dias, A. Cr. G. (2016). College Adjustment as a Mediator Between Attention Deficit/Hyperactivity Disorder Symptoms and Work Self-Efficacy. *Paidéia*. 26(65), p. 283-289. doi: [doi:10.1590/1982-43272665201607](https://doi.org/10.1590/1982-43272665201607)
- Rossi, T., Trevisol, A., dos Santos-Nunes, D., Dapieve-Patias, N. & Von Hohendorff, J. (2020). Autoeficácia geral percebida e motivação para aprender em adolescentes do Ensino Médio. *Acta Colombiana de Psicología*, 23(1), p. 254-263. doi: <http://doi.org/10.14718/ACP.2020.23.1.12>
- Salles, W. das N., Nascimento, J. V. do, Rocha, J. C. S., & Souza, E. R. de. (2015). Autoeficácia discente na formação inicial de estudantes universitários de educação física. *Movimento*, 21(4), p. 1083-1097. doi: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.54185>
- Santos, A. A. A. dos, Zanon, C. & Ilha, V. D. (2019). Autoeficácia na formação superior: seu papel preditivo na satisfação com a experiência acadêmica. *Estud. psicol.* | 36. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0275201936e160077>
- Sousa, H. de, Bardagi, M. P., & Nunes, C. H. S. da S. (2013). Autoeficácia na formação superior e vivências de universitários cotistas e não cotistas. *Avaliação Psicológica*, 12(2), p. 253-261.
- Ventura, C. D. & Noronha, A. P. P. (2014). Autoeficácia para escolha profissional, suporte familiar e estilos parentais em adolescentes. *Avaliação Psicológica*, 13(3), p. 317-324.

CAPÍTULO 3

3. Produto técnico

O produto técnico desta dissertação é o resultado das pesquisas realizadas junto à Polícia Militar do Pará, mais precisamente com os atores que compõe as áreas de ensino e instrução da corporação, isto é, tanto o corpo técnico-pedagógico quanto os discentes do curso de formação.

É importante ressaltar que o produto técnico se apresenta como uma alternativa ao que vem sendo realizado atualmente na avaliação de retenção do aprendizado profissional no curso de formação, invertendo a lógica de apreciação do aluno quanto ao instrutor/professor. Destaca-se isto, pois, com base na TSC e sob o construto da autoeficácia, pretende-se compreender como esse profissional formado percebe sua capacidade de aplicar o conhecimento adquirido na fase de formação.

Para a construção deste produto, desenvolveram-se as seguintes etapas: (i) levantamento documental; (ii) construção da prévia do instrumento de autoavaliação; (iii) teste da prévia do instrumento; (iv) entrevistas com seis (06) oficiais, sendo dois (02) pertencentes ao Departamento Geral de Ensino e Cultura da PMPA e quatro(04) ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças da PMPA; e (v) teste de juízes do instrumento final com especialistas da área (Quadro 1).

Quadro 1 - Etapas de construção do instrumento de autoavaliação e autoeficácia dos praças a partir da tríade de competências (operativas, cognitivas e atitudinais) do Curso de Formação de Praças, 2021.

Etapa	Fonte	Tratamento dos dados	Síntese dos resultados
Levantamento documental	Projeto pedagógico CFP(2014-2018); NPCEI; Resolução N° 10- Estado Maior Geral da PMPA (entre outros)	Análise documental descritiva	Diferenças curriculares; acréscimos e cortes nas disciplinas e carga horária; ausência de um instrumento claro de avaliação; caráter obsoleto das normas de ensino.
Construção e teste do instrumento de autoavaliação	283 policiais; quatro (4) juízes	Estatística descritiva (fase quanti) Descrição simples do conteúdo (fase quali)	Após a avaliação dos juízes, percebeu-se a necessidade de aperfeiçoar o produto em aspectos específicos correlatos à formação no Pará.
Entrevista	Seis (6) oficiais, sendo dois (2) do DGEC (Departamento) E quatro (4) do CFAP (Centro de Formação)	Análise de conteúdo; Descrição simples do conteúdo com frequênciação	Atualização das legislações; adequação de saberes a demandas sociais; pensar o perfil profissiográfico; direcionamento de ações futuras.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

3.1. Levantamento Documental

Para analisar o modelo do perfil profissional utilizado na construção da malha curricular do curso de formação, foram mobilizadas estas fontes: a) primárias – momento em que se realizou uma análise das legislações que regem os parâmetros legais de regulamentação e funcionamento do curso: Lei Complementar N° 126, de 13 de janeiro de 2020 – Lei de Organização Básica (LOB) (PARÁ, 2006; 2016 2020), Lei N° 5.251, de 31 de Julho de 1985 (Estatuto da PMPA), Lei N° 6.257, de 17 de novembro de 1999 (Lei de

Criação do IESP); Resolução N° 742, de 14 de dezembro de 2017, do Conselho Estadual de Educação (CEE/PA), que credencia o IESP e autoriza o Curso de Bacharelado em Ciências de Defesa Social e Cidadania; Resolução N° 02/2007 CES/CNE e o Parecer N° 08/2007 CES/CNE, que versam sobre o Estágio Supervisionado nos Cursos de Bacharelados; Portaria N° 011/2002-DEI, publicada no Aditamento ao Boletim Geral (BG) N° 018, de 27 de janeiro de 2003, que dispõe sobre as Normas para o Planejamento e Conduta de Ensino e Instrução e Resolução N° 012/1999 CONSEP, publicado no Diário Oficial do Estado N° 29122, de 05 de janeiro de 2000 (Estatuto do IESP); Resolução N° 10 Estado Maior Geral da PMPA, de 20 de outubro de 2016, que dispõe sobre a aprovação das matrizes curriculares dos cursos de formação de praças, do Curso de Adaptação à Graduação de Sargentos, do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos e dá outras providências, publicado em Boletim Geral N° 206, de 04 de novembro de 2016; b) secundárias – em que foram analisadas a evolução e as respectivas mudanças nos projetos pedagógicos de 2014 até 2018 (Figura 1).

Figura 1 - Mapa conceitual sobre o percurso metodológico na construção do produto técnico.

<i>Legislações analisadas</i>	<i>Parâmetros legais de regulamentação dos cursos</i>	<i>Pontos relevantes na análise</i>	<i>Técnicas aplicadas na construção do Produto ESCALA DE LIKERT</i>	<i>AJUSTES</i>
<p>PRIMÁRIAS</p> <p>Lei N° 5251 (estatuto PM), de 31JUL85</p> <p>Lei de organização Básica(LOB) N° 126, de 13JAN20</p> <p>NPCEI, de 27JAN 2003; Portaria N° 10-EMG, de 20 OUT16</p>	<p>Lei de organização Básica(LOB) N° 126, de 13JAN20</p> <p><i>Documentos Relevantes para construção do instrumento</i></p> <p>NPCEI, de 27JAN 2003; Portaria N° 10-EMG, de 20 OUT16</p> <p>Projeto pedagógico CFP(2014-2018)</p>	<p>Ausência de método científico na construção do Projeto Pedagógico</p> <p>Caráter obsoleto das normas e procedimentos de ensino aplicados ao CFP</p> <p>Ausência de um modelo objetivo de avaliação do ensino aplicado a formação profissional</p>	<p>Instrumento de autoavaliação-artigo 1</p> <p>ENTREVISTAS</p> <p>Entrevistas semi-estruturadas</p> <p>TESTAGEM</p> <p>teste de quatro(04) juízes especialistas</p>	<p>Análise das entrevistas</p> <p>Análise do instrumento pelos juízes</p>
<p>SECUNDÁRIA</p> <p>Projeto pedagógico CFP(2014-2018)</p>	<p>PRODUTO TÉCNICO</p> <p>INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO BASEADO NO CONSTRUTO DE AUTOEFICÁCIA APLICADA A FORMAÇÃO DE PRAÇAS COM CARACTERÍSTICAS MODULARES DE AJUSTES A CRITÉRIO E NECESSIDADE DE APLICAÇÃO EM DIFERENTES FORMATOS</p>			

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

3.2. Construção e teste do instrumento

Com base na análise documental de todos os arquivos organizados acerca da documentação legal e técnica-pedagógica que consolida a formatação do CFP, desenvolveu-se uma prévia do instrumento de autoavaliação a partir da tríade de competências previstas na Matriz Curricular Nacional, sendo: (i) a competência cognitiva, que exige o desenvolvimento do raciocínio por meio da investigação e organização do conhecimento; (ii) competência operativa, cuja finalidade é a aplicação prática do aprendizado em caráter consciente, responsável e refletido; e (iii) competência atitudinal, responsável por estimular a compreensão e a percepção da realidade ao seu redor mediante a absorção dos conhecimentos e a consciência de suas potencialidades, sendo capaz de interagir de forma adequada em múltiplos ambientes (BRASIL, 2014).

Desta maneira, a escolha das perguntas específicas consideradas no instrumento enfocou a formação à luz do construto da Autoeficácia da Teoria Social Cognitiva. Assim, levou-se em conta a sua influência em torno de saberes que se distanciam das habilidades estritamente técnico-profissionais da atividade policial, enfatizando os seguintes aspectos cognitivos e analíticos: “por que fazer?”, “como fazer?” e “quando fazer?” (Quadro 2).

Esta escala foi testada com 283 praças recém-formados da turma 2019 do CFP. Os resultados foram publicados em forma de artigo na revista *Research, society and Development* (RSD) e diz respeito ao capítulo 2 desta dissertação. Posteriormente, o instrumento foi submetido à avaliação de quatro (4) juízes especialistas na área, dos quais três (3) deles fazem parte do Departamento de Ensino e Cultura da PMPA, além de um professor do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP) da UFPA. Após as considerações dos juízes, o instrumento passou pelos ajustes necessários.

Quadro 2 - Itens referentes às perguntas do instrumento de autoavaliação e autoeficácia dos praças da turma 2019, a partir da tríade de competências (operativas, cognitivas e atitudinais) estabelecidas no Curso de Formação de Praças da PMPA.

(continua)

Item (competência)	Juiz 1	Juiz 2	Juiz 3	Juiz 4
Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre legislação, normas e regimentos internos aplicados à função (cognitiva)	Alterar a redação	Alterar a redação	Alterar a redação	Alterar a redação
Ter a capacidade de interagir com órgãos e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social (cognitiva)	Fracionar a pergunta	Fracionar a pergunta	Manter	Manter
Ao compor sindicância policial militar, demonstrar conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares e sindicância (cognitiva)	Manter	Manter	Manter	Manter
Atuar demonstrando conhecimento sobre ética, cidadania e direitos humanos, respeitando-os (cognitiva)	Alterar a redação	Alterar a redação	Alterar a redação	Alterar a redação
Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia (cognitiva)	Alterar a redação	Alterar a redação	Alterar a redação	Alterar a redação
Atuar demonstrando conhecimento sobre sociologia, história, folclore ou costumes da localidade ao interagir com a comunidade (cognitiva)	Manter	Manter	Manter	Manter
Proceder ao encaminhamento de vítimas para o juizado de pequenas causas ao registrar ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo no local do fato (cognitiva)	Alterar a redação	Alterar a redação	Alterar a redação	Alterar a redação
Atuar com conhecimentos sobre criminologia, vitimologia e sociologia da violência (cognitiva)	Manter	Manter	Manter	Manter
Atuar de acordo com a filosofia do policiamento comunitário (cognitiva)	Manter	Alterar a redação	Alterar a redação	Alterar a redação
Ter a capacidade de zelar pela manutenção e guarda dos bens, equipamentos e demais materiais sob sua responsabilidade (operativa)	Manter	Manter	Manter	Manter

Quadro 2 – Itens referentes às perguntas do instrumento de autoavaliação e autoeficácia das praças da turma 2019, a partir da tríade de competências (operativas, cognitivas e atitudinais) estabelecidas no Curso de Formação de Praças da PMPA.

(continuação)

Item (competência)	Juiz 1	Juiz 2	Juiz 3	Juiz 4
Capacidade de zelar pela boa imagem de si e da instituição (operativa)	Manter	Manter	Manter	Manter
Capacidade de raciocínio verbal (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita) (operativa)	Manter	Manter	Manter	Manter
Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções e gerenciamento de conflitos (operativa)	Retirar	Alterar a redação	Alterar a redação	Alterar a redação
Capacidade de identificar situações de risco e antever sua ocorrência (operativa)	Retirar	Retirar	Retirar	Retirar
Ao realizar revista em suspeitos, ter conhecimento sobre as técnicas de abordagem (operativa)	Manter	Manter	Manter	Manter
Ser capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa (operativa)	Manter	Manter	Manter	Manter
Atuar demonstrando conhecimento sobre técnicas de tiro policial (tiro de precisão, sob estresse, tiro noturno, intuitivo, dentre outros) (operativa)	Manter	Manter	Manter	Manter
Ser capaz de gerenciar dados relativos à segurança pública (por exemplo, dados de geoprocessamento, mapas e boletins de ocorrência, dentre outros) (operativa)	Substituir	Substituir	Substituir	Substituir
Capacidade de discernimento (julgar e agir de forma clara, com base na razão e sem deixar-se envolver por sentimentos e emoções) (atitudinal)	Manter	Manter	Manter	Manter
Capacidade de agir com imparcialidade (agir com neutralidade e impessoalidade) (atitudinal)	Manter	Manter	Manter	Manter

Quadro 2 - (conclusão) Itens referentes às perguntas do instrumento de autoavaliação e autoeficácia dos praças da turma 2019, a partir da tríade de competências (operativas, cognitivas e atitudinais) estabelecidas no Curso de Formação de Praças da PMPA.

(conclusão)

Item (competência)	Juiz 1	Juiz 2	Juiz 3	Juiz 4
Capacidade de agir com flexibilidade (saber aceitar sugestões e críticas, bem como ajustar-se, de forma apropriada, a novos fatos, conceitos ou situações) (atitudinal)	Manter	Manter	Manter	Manter
Capacidade de ter controle emocional (atitudinal)	Alterar redação	Alterar redação	Alterar redação	Alterar redação
Capacidade de negociação (buscar o consenso de ideias; demonstrar firmeza em seus posicionamentos, sem ser intransigente) (atitudinal)	Alterar redação	Alterar redação	Manter	Manter
Ter manejo de estresse (saber controlar-se em situações difíceis/estressantes) (atitudinal)	Retirar	Retirar	Retirar	Retirar
Ter capacidade de agir com empatia (entender e colocar-se no lugar do outro, compreendendo seus sentimentos, percepções e crenças) (atitudinal)	Manter	Manter	Manter	Manter
Capacidade de agir com senso crítico (ter postura crítica frente à determinada situação ou evento, após se cientificar das possíveis consequências) (atitudinal)	Manter	Manter	Manter	Manter
Ao realizar as tarefas do cargo, analisar o trabalho e os resultados alcançados de forma crítica e criteriosa (atitudinal)	Retirar	Retirar	Retirar	Retirar

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A aplicação do teste de juízes se mostrou uma etapa importante na consolidação do produto, mostrando considerações pertinentes acerca de quais perguntas são mais adequadas para que o instrumento de autoavaliação se apresente mais eficaz dentro do percurso desta pesquisa, bem como sua aplicação prática no Curso de Formação de Praças da PMPA. As contribuições dos juízes trouxeram a baila questões da prática profissional que precisam estar em constante avaliação.

Em outro aspecto, os juízes consideraram a possibilidade de o produto ter um caráter modular ou morfológico, podendo ser adaptado a outros modelos de ensino utilizados pela PMPA, quais sejam, cursos técnicos, de adaptação e ensino continuado, suscitando a possibilidade de se tornar um padrão avaliativo como alternativa à desatualização das normas de ensino em vigor na Corporação.

3.3. Entrevista

A técnica de entrevista semiestruturada foi utilizada nesta pesquisa a fim de conectar o rigor regimental descritos nos documentos analisados com a prática real daquilo que é aplicado pelo corpo técnico de ensino da PMPA, uma vez que se vislumbrou uma diferença entre a descrição legislativa das etapas pedagógico-avaliativas do curso e o que é aplicado pelos componentes do Centro de Formação de Praças e do Departamento Geral de Ensino e Cultura da PMPA.

Assim, com objetivo de compreender melhor a problemática do tema, optou-se por aplicar 12 perguntas com questões bases pré-determinadas. A partir delas, os participantes, seis (6) oficiais que exercem funções na área de ensino e instrução da PMPA, tiveram a possibilidade de discorrer sobre suas experiências à luz de um direcionamento específico, mas não formatado, o que permitiu a formulação de respostas livres e espontâneas em suas contribuições (Quadro 3).

Quadro 3 - Síntese do conteúdo resultante das entrevistas semiestruturadas aplicadas em dezembro de 2021 a seis (6) oficiais integrantes do Corpo Técnico do DGEC/CFAP da PMPA.

(continua)

Pergunta	Respostas mais incidentes	f	Outras respostas	f
Como são trabalhados, no âmbito das ações formativas, os relatórios de avaliação curricular do CFP?	Instrumento de avaliação ao final de cada disciplina	3	Seção de avaliação nos relatórios que não está funcionando adequadamente	1
Como o DGEC/CFAP desenvolve o projeto pedagógico/matriz curricular do CFP?	PP anteriores	4	Relatórios	1
			Necessidades sociais, econômicas e de inovação	1
			Atualização da legislação	1
			Formação de comissão especial	2
Que ações têm sido desenvolvidas, desde a adoção da Matriz Curricular Nacional, com o objetivo de melhorar a malha curricular do CFP?	Parâmetros da MCN	3	Adequação de saberes a demandas sociais	1
			Evoluções dos tipos penais	1
			Pensar o perfil profissiográfico	1
			Parâmetros da MCN	1
Em que tipo de dados o DGEC/CFAP se baseia para estabelecer as prioridades para a construção dos projetos pedagógicos subsequentes voltados às novas turmas de formação?	Projeto pedagógico anterior	2	MCN	1
			Legislações	1
			Novas técnicas policiais	1
			Edital de concurso	1
Qual ferramenta o DGEC/CFAP utiliza para avaliar o trabalho do corpo docente do curso de formação?	Instrumento avaliativo ao final de cada disciplina	3	O instrumento proposto é incipiente	1
Qual instrumento é aplicado para definição da linha pedagógica a ser seguida em cada novo ciclo de formação (oficinas pedagógicas, congresso técnico, cursos de multiplicadores)?	Curso de formação de instrutores	3	Visitas técnicas em outros estados	1
			Plataforma de ensino à distância	1
			Cursos de formação (especializações)	1
			Semanas pedagógicas	1
Para você, qual a importância de um instrumento de			Ajuda a detectar erros	1

(conclusão)

avaliação do projeto pedagógico após o ciclo de formação?	-		Importante na solução de problemas	1
			Importante na tomada de decisão	1
			Importante para ajustar ações	1
			Importante para melhorar	1
			Importante no direcionamento de ações futuras	1
Você considera possível a aplicação prática dos resultados de um instrumento de avaliação para subsidiar ações de proposição de mudanças no projeto pedagógico/matriz curricular em novos ciclos de formação	-		Sim, mas é preciso investir na formação continuada.	1
			Sim, para padronizar a prática pedagógica	1
			Sim, não temos outra ferramenta para fazer mudanças	1
			Sim, ajuda em novos projetos	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Neste sentido, a entrevista semiestruturada possibilitou conhecer a perspectiva dos participantes quanto à prática avaliativa do Curso de Formação de Praças. Sua realização traduziu a representação dos partícipes sobre o distanciamento ou até mesmo a afirmação de inexistência de padronização e aplicação de técnica avaliativa no âmbito da formação profissional, mesmo compreendendo não ser possível reduzir a realidade à concepção particular das vivências de cada participante da entrevista. Ademais, ela também ofereceu a oportunidade de complementar e servir como contraponto com os dados obtidos por meio da análise documental. As questões desenvolvidas para esta entrevista não tiveram cunho contextual da formação ou mesmo dados de caracterização, pois elas se ativeram à praxe pedagógico-metodológica aplicada à avaliação da formação, totalizando 12 questões.

3.4. Versão final do instrumento de autoavaliação



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**Instrumento de avaliação da autoeficácia das competências desenvolvidas no Curso de
Formação de Praças da Polícia Militar do Pará.**

Instruções: Este instrumento tem como objetivo avaliar a autoeficácia aplicada às competências desenvolvidas pelos novos soldados da Polícia Militar do Pará durante o período de formação do Curso de Formação de Praças. Responda todas as questões. Procure sempre pela resposta que mais se aproxime daquilo que você considera ter absorvido durante a formação. As perguntas seguem uma escala de cinco (5) intervalos de respostas: () **SEMPRE INCAPAZ** ; () **NA MAIORIA DAS VEZES INCAPAZ**; () **NA METADE DAS VEZES INCAPAZ**; () **NA MAIORIA DAS VEZES INCAPAZ**; () **SEMPRE CAPAZ**. Todas as perguntas são adequações feitas a partir de um teste de juízes realizado com especialistas da área de ensino e instrução policial da PMPA e UFPA, além dos referentes aos três (3) grandes grupos de competências descritas na Matriz Curricular Nacional irradiada pela Secretária Nacional de Segurança Pública, a qual referenda o parâmetro unificado de formação para as Polícias Militares estaduais. Os grupos de competências estão divididos em: **1) Cognitivos; 2) Operativos; e 3) Atitudinais.**

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO

- A) Sexo: () Feminino () Masculino
- B) Idade: _____
- C) Formação: () Ensino Médio () Ensino Superior () Superior incompleto
- D) Estado Civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () União Estável
() Divorciado (a) () Viúvo (a)
- E) Possui filhos: () sim () não
- F) Profissão anterior: _____
- G) Dê uma nota de 0 à 10 para o Curso de Formação de Praças (ano de formação), sendo de zero a três totalmente ineficaz, de quatro à cinco insuficientemente eficaz, de seis a sete parcialmente eficaz e de oito à dez totalmente eficaz: _____.
- H) Indique pontos fortes do curso:
- _____
- _____
- _____
- I) Indique aspectos que podem melhorar no curso:
- _____
- _____
- _____
- _____

1. AUTOEFICÁCIA: COMPETÊNCIAS COGNITIVAS

A) Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre a legislação jurídica voltada à prática da atividade policial.

() Sempre incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Na metade das vezes incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Sempre capaz.

B) Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre o código de ética da PMPA, aplicados à vida cotidiana e à atividade profissional.

() Sempre incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Na metade das vezes incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Sempre capaz.

C) Ter a capacidade de interagir com órgãos e integrantes do sistema judiciário

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

D) Ter a capacidade de interagir com órgão e integrantes do sistema penitenciário

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

E) Ter a capacidade de interagir com órgão e integrantes do sistema de defesa social.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

F) Ao compor sindicância policial militar, demonstrar conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares e sindicância.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

G) Atuar demonstrando conhecimento sobre cidadania e direitos humanos.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

H) Ter a capacidade de conhecer a estrutura administrativa e organizacional da Polícia Militar, compreendendo os ditames legais da atividade policial militar.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

I) Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações interpessoais e noções de psicologia.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

J) Atuar demonstrando conhecimento sobre sociologia, história, folclore ou costumes da localidade ao interagir com a comunidade.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

K) Proceder ao encaminhamento de vítima ao órgão competente, sobre ocorrências que estejam fora de sua alçada legal .

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

L) Atuar com conhecimentos sobre criminologia, vitimologia e sociologia da violência.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

M) Ter capacidade de atuar de acordo com a doutrina de polícia de proximidade.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

N) Capacidade de raciocínio verbal (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

2. AUTOEFICÁCIA: COMPETÊNCIAS OPERATIVAS

A) Ter a capacidade de zelar pela manutenção e guarda dos bens, equipamentos e demais materiais sob sua responsabilidade.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

B) Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções e gerenciamento de conflitos.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

C) Demonstrar domínio no uso operacional de veículos de emergência da Corporação.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

D) Ter capacidade de atenção concentrada (manter a atenção focada apenas em uma atividade, não permitindo que algo externo interfira).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

F) Ao realizar revista em suspeitos, ter conhecimento sobre as técnicas de abordagem.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

G) Ser capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

H) Atuar demonstrando conhecimento sobre técnicas de tiro policial (tiro de precisão, sob estresse, tiro noturno, intuitivo, dentre outros).

() Sempre incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Na metade das vezes incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Sempre capaz.

I) Ter a capacidade de avaliar o grau de risco de uma ocorrência, considerando sua finalidade, objetivos e periculosidade.

() Sempre incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Na metade das vezes incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Sempre capaz.

J) Ter a capacidade de utilizar a experiência pessoal e profissional ao planejar ações, seguindo normas, doutrinas e legislações pertinentes à segurança pública.

() Sempre incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Na metade das vezes incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Sempre capaz.

K) Ser capaz de aplicar técnicas de imobilização, se necessário, ao cumprir mandados de prisão, atendendo os preceitos legais.

() Sempre incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Na metade das vezes incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Sempre capaz.

L) Demonstrar domínio no uso de armamentos e equipamentos utilizados pela instituição.

() Sempre incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Na metade das vezes incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Sempre capaz.

M) Ser capaz de atuar de acordo com o escalonamento do uso progressivo (diferenciado) da força.

() Sempre incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Na metade das vezes incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Sempre capaz.

N) Ser capaz de utilizar equipamentos e meios de comunicação (*laptops, smartphones, GPS, aplicativos softwares*) relacionados à segurança pública.

() Sempre incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Na metade das vezes incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Sempre capaz.

3. AUTOEFICÁCIA: COMPETÊNCIAS ATITUDINAIS

A) Capacidade de discernimento (julgar e agir de forma clara, com base na razão e sem deixar-se envolver por sentimentos e emoções).

() Sempre incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Na metade das vezes incapaz; () Na maioria das vezes incapaz; () Sempre capaz.

B) Capacidade de zelar pela boa imagem própria e da instituição.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

C) Capacidade de agir com imparcialidade (agir com neutralidade e impessoalidade).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

D) Capacidade de agir com flexibilidade (saber aceitar sugestões e críticas, bem como ajustar-se, de forma apropriada, a novos fatos, conceitos ou situações).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

E) Capacidade de ter controle emocional em condições de estresse da atividade policial (ex.: manifestações; ocorrências com refém).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

F) Capacidade de mediar conflitos (buscar o consenso de ideias; demonstrar firmeza em seus posicionamentos, sem ser intransigente).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

G) Ter capacidade de agir proativamente (buscar soluções de problemas demonstrando determinação).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

H) Ter capacidade de agir com empatia (entender e colocar-se no lugar do outro, compreendendo seus sentimentos, percepções e crenças).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

I) Capacidade de agir com senso crítico (ter postura crítica frente à determinada situação ou evento, após se certificar das possíveis consequências).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

J) Capacidade de resistência à frustração (capacidade de enfrentamento a situações de adversidade).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

K) Ser capaz de agir com preocupação com a própria segurança (estando ou não no exercício da atividade policial).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

L) Capacidade de manter-se motivado (capacidade de encontrar forças em si mesmo e entusiasmo mesmo diante dos desafios).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

M) Ter capacidade de trabalhar em equipe.

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

N) Ter capacidade de agir com urbanidade (agir com civilidade, ser polido e cortês ao desempenhar suas atribuições).

Sempre incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Na metade das vezes incapaz; Na maioria das vezes incapaz; Sempre capaz.

3.5. Propostas de Intervenção

1) **Título da proposta:** Aplicar o instrumento de avaliação de competências no início e ao final dos cursos de formação inicial, a fim de mensurar a autoeficácia percebida nos participantes.

Objetivo: servir como indicador da qualidade de ensino aplicada na PMPA.

Quem pode executar a proposta: o Departamento Geral de Ensino e Cultura da PMPA, por meio da seção de avaliação.

Resultados esperados: estabelecimento de protocolos claros na tomada de decisão quanto às políticas de ensino institucionais.

2) **Título da proposta:** Promover a atualização das Normas para Planejamento e Conduta de Ensino e Instrução da PMPA, editadas há 18 anos (2002).

Objetivo: prover a área de ensino da Corporação com novas condutas, teorias e técnicas de ensino e avaliação dos métodos.

Que pode executar a proposta: o Estado Maior Geral da PMPA.

Resultados esperados: aplicação de método científico, produção de indicadores, avaliação pedagógica e melhor qualidade no ensino de formação e especialização profissional da Polícia Militar do Pará.

3) **Título da proposta:** Adequar a matriz curricular e o projeto pedagógico do Curso de Formação de Praças às previsões legais de um curso de formação superior, como medida inicial e preditiva para chancela do curso como formação de graduação em nível de tecnólogo, em consonância com o parecer CNE/CES Nº 945/2019, do Ministério da Educação, que reconhece as ciências policiais como área do conhecimento no rol de ciências estudadas no país .

Objetivo: requerer o enquadramento do CFP como um curso de graduação.

Quem pode executar a proposta: a Polícia Militar do Pará, por meio do Departamento Geral de Ensino e Cultura e do Estado Maior Geral da PMPA.

Resultados esperados: estabelecimento da instrumentalização das regras de ensino aplicadas ao ensino superior para efetivar o curso de formação como graduação.

CAPÍTULO 4

4.1. Considerações Finais

A pesquisa buscou analisar a formação inicial do policial militar e as crenças de autoeficácia. A investigação mostrou que o campo de pesquisa dessa área específica do conhecimento ainda é pouco explorado no meio acadêmico. Revelou também que a relação entre segurança pública e educação não despertou o julgo investigativo do fenômeno no referido meio, tal como pôde ser percebido na escassez de literatura sobre o tema, resguardando-se, neste sentido, a complexidade que envolve pesquisas dessa natureza.

Outrossim, é notório observar as poucas mudanças no modelo de ensino em que os policiais militares do Pará são formados, constatando-se que a construção da matriz e do projeto pedagógico dos cursos de formação tem se consolidado por meio da ortodoxia da legislação técnico-pedagógica obsoleta, além da aplicação empírica de resultados obtidos em ciclos anteriores de formação, chegando à formatação final por intermédio de grupos de trabalho designados pelo Órgão de Ensino da Polícia Militar do Pará.

Nesse contexto, ainda que a adoção da Matriz Curricular Nacional tenha dado um direcionamento à formação policial, constatou-se que, no recorte temporal de 2014 a 2018 dos projetos pedagógicos do Curso de Formação da PMPA, mudanças, acréscimo e supressão de disciplinas e alterações na carga horária de toda ordem foram realizadas sem uma justificativa acadêmica clara que pudesse decodificar tais mudanças.

Desse modo, restou provado que o modelo de formação continua sendo baseado no padrão tradicional do profissional moldado para o reforço da lei e repressor de condutas que estejam fora do ordenamento jurídico, majorando o *ethos* militar e o arcabouço jurídico-legal do conhecimento profissional. Destarte, torna-se minimamente possível admitir a construção de outro perfil profissional, o de mediador de conflitos, uma vez que a adoção da MCN apresenta estas possibilidades.

É importante ressaltar que, apesar da PMPA possuir normas e procedimentos de avaliação tanto para os cursos de formação quanto para os de ensino continuado, as Normas para Planejamento e Conduta em Ensino e Instrução (NPCEI) (PARÁ, 2016) e a resolução Nº 10 do Estado Maior Geral da PMPA (PARÁ, 2003) necessitam passar por uma reformulação e atualização, pois ficou constatado que não são levadas em consideração quando da construção dos projetos pedagógicos de novos ciclos de formação.

Nesta perspectiva, o capítulo 2 desta dissertação apresentou, no artigo 1, resultados satisfatórios com um instrumento de avaliação que pode fornecer à Polícia Militar uma ferramenta objetiva e acurada a respeito do processo de formação do policial militar naquele ciclo, subsidiando a tomada de decisão para novos ciclos de formação. Nessa ordem, o construto das crenças de Autoeficácia da Teoria Social Cognitiva se mostrou eficiente e eficaz, sobretudo quando aplicado em consonância com o instrumento da escala de Likert.

No artigo 2 evidenciou-se a necessidade de investigação das crenças de autoeficácia nas fases iniciais e de conclusão nos cursos de graduação; comparação esta que se faz necessária para que se possa constatar se há mudanças nos níveis das crenças de autoeficácia desse profissional que está sendo formado, afinal, a crença em suas habilidades poderá indicar se sua formação e sua atuação profissional são de qualidade.

Dessa maneira, acredita-se que o profissional de segurança pública, no caso específico desta dissertação, o soldado da Polícia Militar do Pará, necessita ter elevadas crenças de autoeficácia no seu ambiente laboral, podendo, entretanto, desconhecer sobre o assunto e não desenvolver adequadamente suas habilidades para uma prática de excelência. Por isso, espera-se que este trabalho possa contribuir para que a Polícia Militar do Pará se aproprie do referencial teórico aqui arrolado no sentido de investir em uma formação profissional com este propósito, quais sejam construir elevadas crenças de autoeficácia nesse profissional

Por fim, a dissertação trouxe como produto técnico uma ferramenta que permitirá a PMPA/DGEC avaliar com método e de forma objetiva as ações formativas contidas no projeto pedagógico do Curso de Formação de Praças; ferramenta esta que, por sua natureza flexível, poderá ser moldada de acordo com a necessidade e com o perfil profissional desejável, em cada novo ciclo de formação. O produto foi denominado como “Formulário de avaliação da autoeficácia das competências desenvolvidas no Curso de Formação de Praças”, que é uma ferramenta que fará parte do projeto pedagógico do curso.

4.2 Recomendações para trabalhos futuros

Ainda que esta pesquisa tenha alcançado os objetivos propostos, alguns pontos tiveram que ser modificados entre a apresentação do relatório de qualificação e a dissertação, uma vez que questões ligadas à organização estatal e de legislação dos órgãos públicos, neste caso a Polícia Militar do Pará, influenciaram na análise de documentos que não foram chancelados oficialmente e, portanto, não puderam ser utilizados na pesquisa. Assim, a fim de produzir mais referenciais teóricos no que tange à área de ensino policial, faz-se necessário que outros

fatores sejam investigados. De tal modo, destacam-se, abaixo, algumas sugestões e recomendações para trabalhos futuros:

- a) pesquisar a eficácia da adoção da Matriz Curricular Nacional, desde sua adoção em 2014 nos cursos de formação inicial e continuada da Polícia Militar do Pará;
- b) produzir um estudo comparado com outros entes federativos que já definiram o Curso de Formação de Praças como um curso de graduação, com o objetivo de determinar a viabilidade de criação da graduação em nível de tecnólogo na formação inicial da Polícia Militar do Pará;
- c) pesquisar a viabilidade e a aplicabilidade do construto de Autoeficácia da Teoria Social Cognitiva como ferramenta pedagógica de ensino dos cursos de formação inicial das praças e oficiais da Polícia Militar do Pará.

REFERÊNCIAS CAPÍTULO 1

- BANDURA, A. *The evolution of social cognitive theory*. In: Smith, K.G.; Hitt, M.A. *Great minds in management*. Oxford University Press, p. 9-35.2005.
- BANDURA, A. *Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change*. **Psychological review**, v. 84, n. 2, p. 191, 1977.
- BANDURA, A. The explanatory and predictive scope of self-efficacy theory. **Journal of Clinical and Social Psychology**, v. 4, p. 359-373, 1986.
- BANDURA, A. *Self-efficacy: The exercise of control*. New York: Freeman, 1997.
- BANDURA, A. *Social cognitive theory: An agentic perspective*. **Annual review of psychology**, v. 52, n. 1, p. 1-26, 2001.
- BANDURA, A.; AZZI, R. G.; POLYDORO, S. A. **Teoria social cognitiva: conceitos básicos**. Artmed Editora, 2009.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEM, A. S. do; SANTOS, S. da S. Entre a tradição e a inovação: A Matriz Curricular Nacional e a formação policial em Alagoas. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 3, p. 481-504, 2016.
- BIRUEL, E. P., PINTO, R. Bibliotecário: um profissional a serviço da pesquisa. In **Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, documentação e Ciência da Informação** pp. 330-333, Maceió, AL: Universidade Federal de Alagoas. 2011
- BITTNER, E. **Aspectos do trabalho policial**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional: versão modificada e ampliada**. Brasília: SENASP, 2009.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública**. Brasília: SENASP, 2014.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Sub chefia para assuntos jurídicos **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística Básica**. 9. ed., São Paulo: Saraiva, 2017.
- CAETANO, C. I. A exigência do ensino superior para ingresso na Polícia Militar do Paraná. **REBESP- revista brasileira de segurança pública**, v. 12, n. 1, 2019
- CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. M. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014.
- COELHO, Eduardo *et al.* Autoeficácia e Qualidade de Vida no Trabalho: um estudo com policiais militares. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. SPE, 2016.

CORRÊA, Rosália S. Quando o excesso de ordem provoca o caos: as contradições do “estado jardineiro” na atuação policial nos centros urbanos. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, AP, v. 8, n. 1, p.1435-162, jan.-jun. 2015

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. *Statistics without maths for psychology*. Pearson education, 2007.

GIL, Antoni.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.

LIMA, R. S. de; BUENO, S; GUARACY, M. **Revista Direito GV**. São Paulo. 2016.

MELO, José. J. S.; CARVALHO, Waldênia L. Educação corporativa e as políticas públicas: Influências e novos desafios para a formação do Profissional de Segurança pública Formação Policial. *Educ. rev.*, Belo Horizonte , v. 35, e203643, 2019.

MELLO, C. M. de A. Mesmo com o sacrifício da própria vida: A multiplicidade dos Riscos na Profissão Policial Militar. 75p. **Dissertação** (Mestrado em Segurança Pública na Universidade Federal do Pará). Guamá, 2015.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

MIRANDA, A. K. P. C. Segurança pública, formação policial e mediação de conflitos: Novas orientações para a atuação de uma polícia cidadã?. p.126. **Dissertação** (mestrado acadêmico em políticas públicas e sociedade) - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: UECE, 2011.

PARÁ. Polícia Militar do Pará. Estado Maior da PMPA. 6ª Seção do EMG – Planejamento e orçamento. **Plano Estratégico da Polícia Militar do Pará 2015/2025**. 1ª edição. Belém. PMPA-2015.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. Polícia Militar do Pará. **Altera a Lei Complementar Nº 053, de 7 de fevereiro de 2006**. Dispõe sobre a Organização Básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA). Pará, 2020.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Pará. Secretaria executiva de Segurança Pública. **lei Nº 6.257, de 17 de novembro de 1999**. Cria o Instituto de Ensino de Segurança do Estado do Pará - IESP, e dá outras providências.

PARÁ. Policia Militar do Pará. Diretoria de ensino e instrução. **Projeto pedagógico CFSD 2014**. 12 de junho de 2014.

PARÁ. Policia Militar do Pará. Diretoria de ensino e instrução. **Projeto pedagógico CFP 2015**. 11 de Agosto de 2015.

PARÁ. Policia Militar do Pará. Diretoria de ensino e instrução. **Projeto pedagógico CFP 2017**. 01 de Agosto de 2017.

PARÁ. Policia Militar do Pará. Diretoria de ensino e instrução. **Projeto pedagógico CFP 2018**. 01 de Agosto de 2018.

PARÁ. Policia Militar do Pará. Diretoria de ensino e instrução. **Portaria Nº 011/2002- DEI** . Aprova as Normas para planejamento e conduta de ensino e instrução(NPCEI) no âmbito da PMPA. Publicado no Aditamento ao Boletim Geral Nº 018, de 27 de janeiro de 2003.

PARÁ. Policia Militar do Pará. Diretoria de ensino e instrução. **Portaria Nº 10/2016- EMG** . Aprova as matrizes curriculares do Curso de Formação de praças, do curso de adaptação a graduação de

sargentos e do curso de aperfeiçoamento de sargentos no âmbito da PMPA e dá outras providências. Publicado em Boletim Geral Nº 206, de 04 de novembro de 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. – 2. ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICCIO, V.; MIRANDA, M.R.M.; MÜLLER, A. *Professionalizing the Amazonas military police through training. Police Practice and Research: An International Journal*, v. 14, n. 4 , p. 295 -307, 2013.

SANTOS JUNIOR, A. O Cotidiano da Docência no Ensino Superior Policial Militar. **Revista Militar** n. 2513/2514, p. 911 – 935, 2011.

SILVA, Anderson M. C.; SENTO-SÉ, João T. A polícia e o espelho da sociedade. **Interseções** [Rio de Janeiro] v. 15 n. 2, p. 329-355, 2013.

SILVA, R.P. Educação e Segurança Pública: Uma perspectiva de Cidadania e Direitos Humanos. **Revista espaço acadêmico**, v. 11, n1254, p. 85-93, 2011.

SOUSA, H. de; BARDAGI, M. P.; NUNES, C. H. S. da S. **Autoeficácia na formação superior e vivências de universitários cotistas e não cotistas.** *Avaliação Psicológica*, v. 12 n 2, p. 253-261. 2013.

SZABÓ, I. ; RISSO, M. **Segurança pública para virar o jogo.** 1. ed., Rio de Janeiro: Zahar. 2018.

VEIGA, C; FIGUEIREDO, B. A proposição de cursos superiores de tecnologia para formação do trabalhador de novo tipo. **RTPS - revista trabalho, política e sociedade**, v. 5, n. 8, p. 139-157, 25 maio 2020.

ZANINI, M.T; MIGUELES, C.; COLMERAUER, M. A ponta da lança: Intangíveis em equipes de alto desempenho. 1. Ed. São Paulo: Elsevier, 2014.

ANEXO 1

PARECER DA COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Autorregulação e capacitação de pedagogos, policiais militares e civis.

Pesquisador: MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 25425819.2.0000.0018

Instituição Proponente: Universidade Federal do Pará

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.788.991

Apresentação do Projeto:

O Projeto considera que o cenário educacional vem sofrendo diversas alterações no decorrer dos anos, uma delas é a maneira com que está se desdobrando o aprender do aluno, um dos principais cerne do processo educativo. Neste cenário, o construto da Autorregulação vem ganhando espaço entre pesquisadores nacionais e internacionais, os quais buscam alternativas de aperfeiçoar a essência do aprender a aprender. A Teoria Social Cognitiva, preconizada por Albert Bandura (1986) adota tal construto como um conceito essencial e que possui influências diretas e significativas no processo de aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo. Esta teoria investiga, dentre outros aspectos, mecanismos cognitivos (intrínsecos), fatores contextuais (extrínsecos), e suas relações com o comportamento humano (GATTI, 2010; BANDURA 1986). No meio acadêmico, considera-se que tal construto é indispensável para todos os indivíduos, independente do nível de ensino, devido sua operacionalidade auxiliar no desenvolvimento integral e autônomo, e na sua formação profissional. O baixo índice de autonomia do aluno pode ser considerado um aspecto gerador de problemáticas no processo de formação de professores. Sendo necessário, portanto, pensar e repensar estratégias promotoras de comportamentos autorregulatórios. A aprendizagem de modo geral, deve ser compreendida nos mais diversos contextos, como é o caso da Segurança Pública. A formação dos policiais militares ou civis é de suma importância para enfrentar e combater o avanço da violência, sendo ela, manifestada de várias formas, como física, psicológica, cibernética, e outras. O combate aos crimes virtuais tem sem intensificado nos últimos anos, necessitando

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá, UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

Continuação do Parecer: 3.788.991

assim, de profissionais capacitados para inferir casos de forma precisa, como é o caso das operações policiais que envolvem crimes de pornografia infantil.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário

Analisar os efeitos da autorregulação na formação de alunos do curso de pedagogia da UFPA, sua relação com as dificuldades com a escrita acadêmica de alunos do curso Pedagogia a Distância da UemaNet/UEMA. Além de, por intermédio da educação, na segurança pública, analisar as matrizes curriculares dos cursos de Formação de Praças da Polícia Militar do Pará e seus desdobramentos acerca da percepção de agentes e profissionais de educação sobre o perfil do pornógrafo no estado do Pará.

Objetivo Secundário:

- Identificar comportamentos autorregulatórios em alunos do curso de pedagogia da UFPA;
- Identificar alunos com baixos escores de autorregulação da aprendizagem, por meio da Escala de Autorregulação Acadêmica;
- Construir, validar e testar um software voltado para a autorregulação da aprendizagem, baseado no Modelo Instrucional da Autorregulação da Aprendizagem;
- Avaliar o currículo do curso de Pedagogia da UemaNet/UEMA;
- Identificar as dificuldades relacionadas as normas da ABNT contidas no gênero acadêmico TCC e da escrita acadêmica de alunos do curso de Pedagogia UemaNet/UEMA;
- Analisar como são orientadas as alunas (os) em relação a elaboração de gêneros acadêmicos durante o curso de Pedagogia da UemaNet/UEMA;
- Compreender as relações existentes entre a falta de letramento acadêmico, as dificuldades com a escrita acadêmica, o plágio nos TCCs com a formação por meio da EAD;
- Identificar as discrepâncias do desenho curricular da matriz, ao longo da série histórica de 2014 a 2018 na PMPA;
- b) Analisar que legislações e modelos de ensino que vêm sendo adotados na corporação para formação policial;
- c) Verificar se existem medidas ou estudos dentro do sistema de segurança pública do Pará, que possam consolidar uma formação mais tecnicista,

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

Continuação do Parecer: 3.788.991

adicionando conjunto de saberes e atendimento de exigências legais que tornem o curso de formação de praças, reconhecido como graduação

superior;

- d) Fazer um estudo comparado com outras Corporações que tenham atingido essa classificação de formação superior;
- e) Indicar soluções e políticas de gestão do conhecimento profissional que sejam capazes de mudar o modelo atual de ensino policial da PMPA;
- Descrever os horários de maior fluxo de pornografia infanto-juvenil nos principais municípios do estado do Pará;
- Descrever os tipos de arquivos mais compartilhados;
- Descrever as cidades com maior atividade de registro de trânsito de pornografia na internet;
- Comparar o trânsito de arquivos pornográficos em função do mês do ano;
- Comparar a percepção do agente de segurança e de educadores sobre as características socioeconômicas, demográficas e psicológicas do infrator;
- Apresentar ciclo de palestras preventivas aos profissionais de escolas de ensino fundamental e médio com abordagem sobre os riscos na internet e a atuação dos pornógrafos infanto-juvenis nas redes virtuais;
- Criar, no âmbito da Academia de Polícia Civil do Pará, o curso de capacitação sobre a atuação dos pornógrafos infanto-juvenis em redes virtuais, a fim de aperfeiçoar a atuação policial, frente a esta nova modalidade criminosa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Todos os cuidados serão tomados a fim de garantir qualquer tipo de dano aos participantes, pois, entende-se que existem riscos, ainda que mínimos, decorrentes de pesquisas que envolvem seres humanos. Nesta pesquisa, os possíveis riscos são constrangimentos aos participantes ou quebra de sigilo dos dados da pesquisa. No caso do risco envolvendo constrangimento, os participantes terão suporte psicológico. Para evitar a quebra de sigilo, os arquivos contendo os dados da pesquisa serão de acesso exclusivo do pesquisador e serão protegidos com senha.

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

Continuação do Parecer: 3.788.991

Benefícios:

Entende-se que este estudo oferecerá à comunidade educacional, representada nas categorias dos professores, diretores de escolas, alunos e pais, conhecimentos importantes para o melhoramento dos desempenhos de docentes e alunos e para o aprimoramento das relações desenvolvidas no ambiente escolar, potencializando os resultados de ensino. Desta forma, o diferencial desta pesquisa reside na ampliação dos estudos sobre Autorregulação de estudantes de pedagogia, e capacitação de policiais militares e civis, em nível individual e coletivo e clima organizacional, bem como entrega à comunidade científica e educacional de dados que poderão ser utilizados em futuras pesquisas e no aperfeiçoamento das instituições de ensino.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este projeto justifica-se pela necessidade de desenvolver em alunos, mais especificamente nos professores em formação – do curso de pedagogia da UFPA – mecanismos cognitivos e comportamentais autorregulatórios que possam auxiliar o discente em sua trajetória acadêmica, utilizando ferramentas de aporte, como o uso de softwares, que possam gerar melhor desempenho, bem como qualificando o processo de formação.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de apresentação obrigatória estão satisfatórios e ratificamos seu aceite

Recomendações:

Sugerimos que esse projeto seja divulgado nas conferências e congressos para conhecimento da comunidade acadêmica e a comunidade em geral.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1449976.pdf	08/11/2019 10:43:51		Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	08/11/2019 10:43:28	MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS	Aceito

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



Continuação do Parecer: 3.788.991

Projeto Detalhado / Brochura Investigador	autorregulacaoecapacitacaodepedagogo semilitares.docx	08/11/2019 10:43:14	MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	aceiteorientadora.pdf	28/10/2019 14:10:11	MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaoosemonusfinanceiro.pdf	28/10/2019 14:09:23	MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termodainstituicao.pdf	28/10/2019 14:07:26	MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	cartadeencaminhamento.pdf	28/10/2019 14:05:39	MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS	Aceito
Folha de Rosto	CCF28102019.pdf	28/10/2019 13:29:02	MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	10/10/2019 07:54:34	MAELY FERREIRA HOLANDA RAMOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 23 de Dezembro de 2019

Assinado por:

Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

ANEXO 2

NORMAS DO PERIÓDICO: “*RESEARCH, SOCIETY AND DEVELOPMENT*”

DIRETRIZES PARA AUTORES

1. Estrutura do texto:

Título em português, inglês e espanhol.

Os autores do artigo (devem ser colocados nesta sequência: nome, ORCID, instituição, e-mail). OBS.: O número do ORCID é individual para cada autor, e ele é necessário para o registro no DOI, e em caso de erro, não é possível realizar o registro no DOI).

Resumo e Palavras-chave em português, inglês e espanhol (o resumo deve conter objetivo do artigo, metodologia, resultados e conclusão do estudo. Deve ter entre 150 a 250 palavras);

Corpo do texto (deve conter: introdução na qual haja contextualização, problema estudado e objetivo do artigo, a metodologia utilizada no estudo, bem como autores de suporte a metodologia, resultados, discussão e considerações finais ou conclusão);

Referências: (Autores utilizar o bom senso e colocar no máximo até 20 referências, exceto em caso de revisão bibliográfica. Tanto a citação no texto, quanto no item de Referências, utilizar o estilo de formatação da APA - American Psychological Association. As referências devem ser completas e atualizadas. Colocadas em ordem alfabética crescente, pelo sobrenome do primeiro autor da referência. Não devem ser numeradas. Devem ser colocadas em tamanho 12 e espaçamento 1,5, separadas uma das outras por um espaço em branco).

2. Layout:

Formato Word (.doc);

Escrito em espaço 1,5 cm, utilizando Times New Roman fonte 12, em formato A4 e as margens do texto deverão ser inferior, superior, direita e esquerda de 2,5 cm.; Recuos são feitos na régua do editor de texto (não pela tecla TAB); Os artigos científicos devem ter mais de 5 páginas.

3. Figuras:

O uso de imagens, tabelas e as ilustrações deve seguir o bom senso e, preferencialmente, a ética e axiologia da comunidade científica que discute os temas do manuscrito.

As figuras, tabelas, quadros etc. (devem ter sua chamada no texto antes de serem inseridas. Após a sua inserção, deve constar a fonte (de onde vem a figura ou tabela...) e um parágrafo de comentário no qual se diga o que o leitor deve observar de importante neste recurso. As figuras, tabelas e quadros... devem ser numeradas em ordem crescente. Os títulos das tabelas, figuras ou quadros devem ser colocados na parte superior e as fontes na parte inferior.

4. Autoria:

O arquivo em word enviado no momento da submissão NÃO deve ter os nomes dos autores. Todos os autores precisam ser incluídos apenas nos metadados e na versão final do artigo (após análise dos pareceristas da revista). Os autores devem ser registrados apenas nos metadados e na versão final do artigo em ordem de importância e contribuição na construção do texto. OBS.: Autores escrevam o nome dos autores com a grafia correta e sem abreviaturas no início e final artigo e também nos metadados. Se o nome for incorreto para o DOI, vai gerar um custo, pois, será gerado um novo DOI.

5. Metadados:

Em relação aos metadados, recomenda-se: O preenchimento dos metadados para o artigo, é responsabilidade do autor. Neste preenchimento certifiquem-se, de que a ordem dos autores é a mesma do artigo. Exemplo de preenchimento: José Carlos da Silva Andrade de Souza. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3476-3985>. Exemplo de Preenchimento dos Metadados:

Autores:

Nome: José

Nome do meio: Carlos da Silva Andrade de

Sobrenome: Souza

E-mail: souza@gmail.com

ORCIDiD: <http://orcid.org/0000-0003-3476-3985> (obs: tirar o s de https e deixar só http. Não colocar espaço em lugar nenhum do orcid). Os outros dados não apresentam problemas no seu preenchimento.

OBS.: Os nomes dos autores não podem ser em caixa alta, somente a primeira letra do nome é em letra maiúscula. E, lembrem-se a ordem dos autores nos metadados deve ser a mesma da do artigo final. Se quiserem trocar a ordem devem digitar todos os autores novamente.

Resumos nos metadados, é necessário, quando entrar em “editar metadados”, primeiramente deve selecionar o “Idioma do Formulário” (Português, Inglês ou Espanhol) e submeter, que fica na parte superior, logo que entra em “editar metadados”. Se escolher português (colocar autores, resumo, título e palavras-chave em português). Depois de ter preenchido o título, resumo, palavras-chave em português, salvar e; vai novamente em “editar metadados’ e escolha o idioma inglês ai não é mais necessário preencher os autores e nem as referências, somente deve preencher o título, resumo e palavras-chave em inglês, no final salva e; depois entra novamente em “editar metadados’ e escolha o idioma de espanhol, e preenche o título, resumo e palavras-chave em espanhol.

OBS.: O idioma que aparece, logo abaixo de palavras-chave, é referente à língua do texto e não do resumo, título e palavras-chave). Se o texto está escrito em português o idioma é pt. Se você escreveu o artigo em inglês o idioma é en, se escreveu o artigo em espanhol é es. Escreva o idioma somente uma vez.

6. Exemplo de referências em APA:

Artigo em periódico:

Gohn, M. G. & Hom, C. S. (2008). Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. *Caderno CRH*, 21(54), 439-455.

Livro:

Ganga, G. M. D.; Soma, T. S. & Hoh, G. D. (2012). Trabalho de conclusão de curso (TCC) na engenharia de produção. São Paulo: Atlas.

Página da internet:

Amoroso, D. (2016). O que é Web 2.0? Acesso em 12 março, em <http://www.tecmundo.com.br/web/183-o-que-e-web-2-0->

7. A revista publica artigos originais e inéditos que não estejam postulados simultaneamente em outras revistas ou órgãos editoriais.

8. Dúvidas: Quaisquer dúvidas, envie um e-mail para rsd.articles@gmail.com

9. A revista Research, Society and Development está no Facebook, sigam-nos em <https://www.facebook.com/Research-Society-and-Development-56342045749>.

APÊNDICE A

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO- ARTIGO 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA



Formulário de avaliação da autoeficácia das competências desenvolvidas no Curso de Formação de Praças 2018/2019 da Polícia Militar do Pará.

Instruções: Este formulário tem como objetivo avaliar a autoeficácia aplicada as competências desenvolvidas pelos novos Soldados da Polícia Militar do Pará, durante o período de formação do Curso de Formação de Praças 2018/2019. Responda todas as questões. Procure sempre pela resposta que mais se aproxime daquilo que você considera ter absorvido durante a formação. As perguntas seguem uma escala de 3 respostas: () INCAPAZ ; () NEM CAPAZ E NEM INCAPAZ ; () CAPAZ. Todas as perguntas são referentes aos 3 grandes grupos de competências descritas na Matriz Curricular Nacional irradiada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, a qual referencia o parâmetro unificado de formação para as Polícias Militares estaduais. Os Grupos de competências estão divididos em: 1. *Cognitivos*; 2. *Operativos* e 3. *Atitudinais*.

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO

A) Sexo: () Feminino () Masculino

B) Idade: _____

C) Formação: () Ensino Médio () Ensino Superior () Superior incompleto

D) Estado Civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () União Estável

() Divorciado (a)

E) Possui filhos: () sim () não

F) Profissão anterior: _____

G) Dê uma nota para o curso de formação de praças 2018/2019 (0 a 10): _____

H) Indique pontos fortes do curso:

I) Indique aspectos que podem melhorar no curso:



1. AUTOEFICÁCIA: COMPETÊNCIAS COGNITIVAS

A) Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre a legislação, normas e regimentos internos aplicados à função.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

B) Ter a capacidade de interagir com órgãos e integrantes dos sistemas judiciário, penitenciário e de defesa social.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

C) Ao compor sindicância policial militar, demonstrar conhecimento sobre legislação de procedimentos administrativos disciplinares e sindicância.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

D) Atuar demonstrando conhecimento sobre ética, cidadania e direitos humanos, respeitando-os.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

E) Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre relações humanas e noções de psicologia.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

F) Atuar demonstrando conhecimento sobre sociologia, história, folclore ou costumes da localidade ao interagir com a Comunidade.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

G) Proceder ao encaminhamento de vítima para o juizado de pequenas causas, ao registrar ocorrência de crimes de menor potencial ofensivo no local do fato.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

H) Atuar com conhecimentos sobre criminologia, vitimologia e sociologia da violência.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

I) Atuar de acordo com a filosofia do policiamento comunitário.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz



2. AUTOEFICÁCIA: COMPETÊNCIAS OPERATIVAS

A) Ter a capacidade de zelar pela manutenção e guarda dos bens, equipamentos e demais materiais sob sua responsabilidade.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

B) Capacidade de zelar pela boa imagem própria e da instituição.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

C) Capacidade de raciocínio verbal (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita).

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

D) Ser capaz de agir demonstrando conhecimentos sobre metodologias e técnicas de resoluções e gerenciamento de conflitos.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

E) Capacidade de identificar situações de risco e antever sua ocorrência.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

F) Ao realizar revista em suspeitos, ter conhecimento sobre as técnicas de abordagem.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

G) Ser capaz de elaborar relatório, demonstrando conhecimento sobre os tipos de documentos e utilizando linguagem técnica segundo padrões de redação e de Língua Portuguesa.

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

H) Atuar demonstrando conhecimento sobre técnicas de tiro policial (tiro de precisão, sob estresse, tiro noturno, intuitivo, dentre outros).

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

I) Ser capaz de gerenciar dados relativos à segurança pública (por exemplo, dados de geoprocessamento, mapas e boletins de ocorrência, dentre outros).

Incapaz Nem capaz nem Incapaz Capaz

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO

Nome:

Idade:

Posto:

Tempo de serviço:

Tempo na atividade de ensino:

Formação Acadêmica:

1. Na sua função atual como se dá sua participação na formatação da matriz curricular/ projeto pedagógico do Curso de Formação de Praças da PMPA?
2. Como são trabalhados, no âmbito das ações formativas, os relatórios de avaliação curricular do CFP?
3. Como o DGEC/CFAP, desenvolve a matriz curricular/projeto pedagógico do CFP? (Faz planejamento de trabalho a partir dos resultados? Produz relatório?).
4. Que ações têm sido desenvolvidas, desde a adoção da matriz curricular nacional, no objetivo de melhorar a malha curricular do CFP?
5. Em que tipo de dados o DGEC/CFAP se baseia para estabelecer as prioridades para a construção dos projetos pedagógicos subsequentes para as novas turmas de formação?
6. Qual ferramenta o DGEC/CFAP utiliza para avaliar o trabalho do corpo docente do curso de formação?
7. Qual instrumento é aplicado para definição da linha pedagógica a ser seguida a cada novo ciclo de formação? (oficinas pedagógicas, congresso técnico, cursos de multiplicadores). Se forem desenvolvidos projetos específicos do DGEC, cite exemplos.
8. Como você avalia a recepção, pelos instrutores civis e militares, das ações formativas propostas pelo projeto pedagógico?
9. Para você, qual a importância de um instrumento de avaliação do projeto pedagógico após o ciclo de formação?
10. Você considera possível a aplicação prática dos resultados de um instrumento de avaliação para subsidiar ações de proposição de mudanças na matriz curricular/projeto pedagógico em novos ciclos de formação? justifique
11. Na sua opinião, um instrumento de avaliação do Curso de formação poderia desenvolver outras ações, diversas das que vêm desenvolvendo atualmente, para subsidiar as ações de formação? Se não, por quê? Se sim, o que seria necessário para desenvolvê-las? (exemplos: mais verba, mais pessoal técnico).
12. Faça um breve comentário do trabalho desenvolvido no DGEC, no que se refere à elaboração de programas e projetos a partir de instrumentos de análise de dados de instrumentos de avaliação dos cursos.

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

BA SEADO NA 8 DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CN 8 Nº488/2012, M 8.

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre *"A formação do Policial Militar do Pará e as crenças de autoeficácia"* e está sendo desenvolvida por **Fabrizio Silva Bassalo** discente do Mestrado profissional do Programa de Pós Graduação em Segurança Pública da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da **Prof.ª Dr.ª Maíly Ferreira Holanda Ramos**.

Os objetivos do estudo são analisar a matriz curricular do curso de formação de praças da **Polícia Militar do Pará**, para avaliar sua adequação a uma malha correspondente a nível superior com aplicabilidade aos princípios conceituais da autoeficácia. A finalidade deste trabalho é contribuir para a elaboração de um instrumento de avaliação da Matriz curricular/projeto pedagógico do CFP, com a finalidade de mensurar a qualidade do curso a cada novo ciclo de formação.

Solicitamos a sua colaboração para ~~responder a entrevista de tipo semi-estruturada~~ com um tempo médio de 40 minutos, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em dissertação do programa de pós graduação (PPGSP) da Universidade Federal do Pará e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Informamos que os riscos de sua participação nesta pesquisa são mínimos e decorrem de possíveis constrangimentos ao responder algumas perguntas da entrevista. A sua participação, embora não lhe traga benefícios individualmente, produzirá uma importante colaboração para as ações formativas de Policiais Militares da carreira inicial (Curso de Formação de Praças-CFP). Você poderá ter todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e poderá não participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo ao seu atendimento habitual. Antes e durante toda a pesquisa, o senhor (a) tem o direito de ser esclarecido (a) sobre todos os procedimentos que participará.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. O pesquisador está a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Fabrizio Silva Bassalo RG 24964
Discente do PPGSP/UFFPA Turma 2019

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Belém, de de

Assinatura do participante

Contato com o Pesquisador:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor contactar o pesquisador através do celular: (91) 985737919, [e-mail: fabbasalo@gmail.com](mailto:fabbasalo@gmail.com), [e-mail institucional: fabrizio.bassalo@fch.ufpa.br](mailto:fabrizio.bassalo@fch.ufpa.br) - Endereço UFFPA/PPGSP: Rua Augusto Corrêa, 01 – Guamá Belém, PA, CEP: 66075-110. E-mail: ppgspsecretaria@gmail.com, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-segundo andar.